

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação

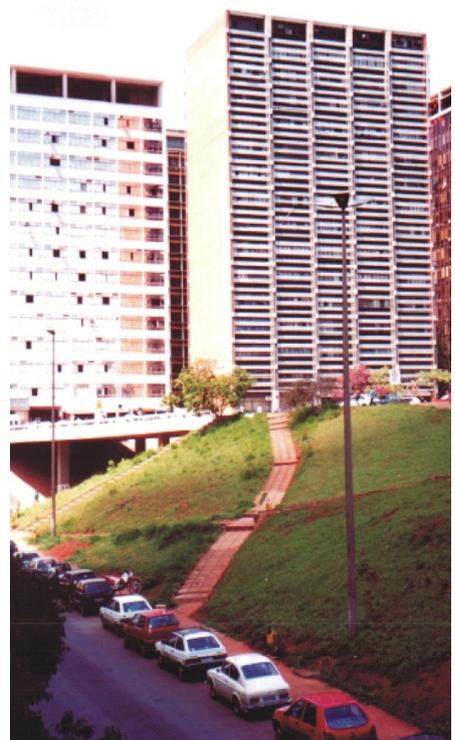
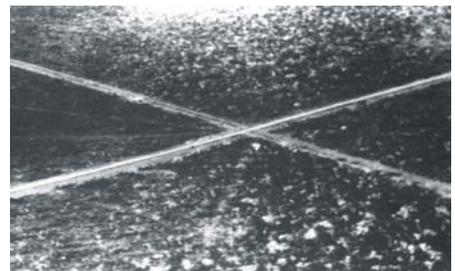
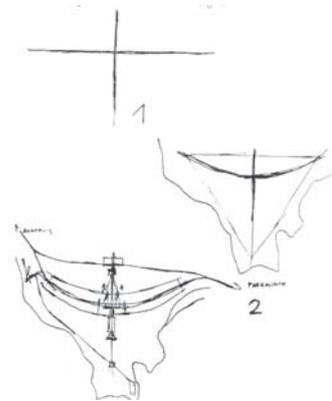
BRASÍLIA: Espaço, Patrimônio e Gestão Urbana

Carlos Madson Reis

Dissertação apresentada no Curso de
Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de Brasília, para
obtenção do grau de Mestre.

Orientador
Prof. Dr. Benny Schavsberg

Brasília, dezembro de 2001



*Aos meus pais Tancredo e Helena
que, com singeleza e ousadia,
romperam com o meio rural,
e me transformaram em um ser urbano.
À Angela, Léo e Jana, família amada
que, com carinho e cobrança,
forneceram o combustível necessário
para esta travessia.*

AGRADECIMENTOS

Um trabalho desta natureza envolve, certamente, a contribuição de muitas pessoas ao longo de sua feitura. Portanto, um sincero agradecimento a todos que possibilitaram a sua efetivação.

Em especial a Dulce Blanco, Marta Lietwinczk e Sandra Bernardes pelo apoio e pelos textos emprestados. Também a Cláudia Vasques pelas informações sobre a 14ª SR/IPHAN.

Da mesma forma, aos amigos do finado IPDF: Phellipe Torelly, Marília Machado, Mara Souto, Alexandre Soares, Denise Gouveia, Cláudia Hofmann, Ranieri (que também me ajudou com a digitalização das fotos). Ao Francisco de Almeida, velho amigo de jornada. Além de muitos outros colegas pelas constantes discussões sobre Brasília.

*Ao professor Neio Campos, companheiro de luta, pela indicação do livro *Cidades do Amanhã*.*

Um agradecimento fraternal aos professores Frederico Holanda e Paulo Ormino (UFBA), tanto pela gentil disposição de participarem da banca examinadora, em um típico final de ano brasiliense, quanto pela rica discussão que suscitaram sobre o trabalho.

E um agradecimento especial ao professor Benny, orientador preciso, competente e de valiosa contribuição. Que com sua paciência e bom humor, tornou este trabalho possível.

*Antes de morrer, o filósofo Epixírnus voltou a opinar
sobre a utopia da cidade perfeita.
Em carta a sua amante Nifoxmina, afirmou:
"Talvez o erro esteja em se projetarem cidades ao invés
de deixá-las nascer espontaneamente,
porque quem recebe a incumbência de projetar uma cidade
está obrigado a concebê-la perfeita e justa;
absurdo seria projetá-la deliberadamente imperfeita e injusta.
A natureza pode se dar ao luxo da injustiça e da imperfeição;
o homem, não."*

*Ferreira Gullar
Cidades Inventadas
Adrixerlinus*

SUMÁRIO

RESUMO	VI
INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1: HISTÓRIA E CIDADE	23
1.1. Tempo, Espaço e Memória	24
1.2. O Espaço Urbano Moderno	30
Capítulo 2: GESTÃO URBANA E CENTROS HISTÓRICOS	52
2.1. Preservação, Urbanidade e Gestão	53
2.2. A Trajetória Brasileira na Preservação de Núcleos Históricos	60
2.3. Gestão Urbana de Núcleos Históricos: desafios e caminhos	70
Capítulo 3: BRASÍLIA, CIDADE INVENTADA	73
3.1. O Sonho Mudancista: motivações e expectativas	74
3.2. Brasília e o Movimento Moderno	86
3.3. Brasília e a sua Concepção Urbanística	97
Capítulo 4: BRASÍLIA E A GESTÃO DO SEU CONJUNTO URBANÍSTICO	106
4.1. Marco Institucional e Marco Legal	107
4.2. O período de 1960 a 1985	114
4.3. O período de 1985 a 1990	123
4.4. O período de 1991 a 1998	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
BIBLIOGRAFIA	147

RESUMO

O estudo ora apresentado discorre sobre a realidade urbana do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto de Brasília, buscando refletir sobre a sua espacialidade e seu processo de gerenciamento urbanístico sob o ponto de vista da preservação histórica. Para tanto, são utilizadas duas vertentes analíticas. A primeira, de caráter físico-espacial, trata dos aspectos configuracionais que determinam a sua espacialidade e possibilidades de apropriação social de seu espaço público. A segunda, de caráter gerencial, analisa o processo de gestão político-institucional que tem pautado o seu desenvolvimento urbanístico, enfocando os instrumentos jurídicos que respaldam esse trabalho – leis de proteção histórica e normas urbanísticas, bem como a postura técnica dos órgãos envolvidos. O propósito é o registro de ações, inquietações, contradições, intenções e desafios embutidos no modelo de gerenciamento urbano do espaço do Plano Piloto de Brasília, levantados a partir de uma leitura crítica da realidade urbanística dos espaços públicos e na cultura preservacionista que lhe tem dado sustentação.

Palavras - chave: Brasília, centros históricos, cidade, cultura urbanística, espaços públicos, gestão urbana, modernidade, patrimônio histórico, planejamento urbano, urbanidade.

ABSTRACT

The study herewith presented runs through the urban reality of urban set of the Brasília Pilot Plan, seeking to reflect on its spatiality and the urbanistic management process in the light of historic preservation. In that sense, two analytical directives are used. The first, of physical/spatial nature, deals with urban design that determines both its spatiality and the possibilities of social appropriation. The second one, of managerial nature, analyses the political/institutional management process that has distinguished the urbanistic development, by focusing on the juridical tools that support this work – laws of historic protection and urban planning rules, besides the technical background of the involved organisms. The purpose to be attained is the record of inquietudes, contradictions, actions, intents and challenges, all comprehended in the urban management model of space of the Brasilia Pilot Plan, brought about from the critical interpretation of urbanistic reality of public spaces and the preservationist culture that holds it up.

Key words: Brasilia, city, urban planning, modernity, historic heritage, historical sites, urbanistic culture, urbanity, public spaces.

INTRODUÇÃO

*Xérnie era uma bela cidade
nascida à entrada de uma baía azul e rumorosa (...)*

*(...) Os invasores – correndo aos berros pelas ruas e ruelas,
becos e travessas, arrombando portas e portões -
buscavam as mulheres de Xérnie,
tidas como lindas e fogosas.
E por não terem encontrado um só xerniana,
tocaram fogo na cidade e se retiraram.*

*Hipidroxérnus, ao contrário do que se poderia esperar,
rejubilou-se com a destruição de Xérnie.
"Agora, podemos construir aqui uma nova cidade,
a cidade perfeita: Adrixerlinus" (...)
E pôs mãos à obra.*

*Ferreira Gullar
Cidades Inventadas
Adrixerlinus*

INTRODUÇÃO

*Não sou eu quem me navega
Quem me navega é o mar
É ele quem me carrega
Como nem fosse levar...*

Paulinho da Viola
Timoneiro¹

O presente estudo tem como tema Brasília. Seu propósito é delinear uma trajetória do processo evolutivo do desenvolvimento urbano da cidade, buscando refletir sobre a sua realidade espacial e o modelo de gerenciamento urbano que tem conduzido as intervenções em seu espaço. Para tanto, faz-se o registro das intenções, contradições e dos desafios embutidos nesse modelo, no sentido de identificar a cultura urbanística que lhe tem dado sustentação.

A expectativa é que seu produto possa fornecer elementos que contribuam para o entendimento do modelo de gestão urbana praticado na cidade, e suas implicações na realidade urbanística dos seus espaços públicos. Nesse sentido, define-se como área de estudo o espaço do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto de Brasília², identificado e referenciado pela população apenas como Plano Piloto. Concentra-se a análise no processo de gestão urbana da cidade no período que vai de 1960, ano de sua inauguração, até 1998, ano de encerramento de mais um período administrativo do governo local. mapa 1 e mapa 2.

As questões aqui apresentadas buscam argumentar que o desenvolvimento urbano de Brasília e, conseqüentemente, a constituição dos seus espaços públicos vêm se realizando a partir de uma cultura urbanística socialmente e espacialmente segregadora³, calcada nos princípios funcionalistas do movimento moderno que, ao invés de tentar reverter à notória aridez do seu espaço urbano, vem acentuando o seu esvaziamento social. O que se pretende demonstrar é que não só os espaços originais do Plano Piloto padecem de um padrão de urbanidade - aqui entendida como qualidade urbanística que garante a apropriação e a diversidade de utilização dos espaços públicos pelos diferentes segmentos sociais - como também, as novas intervenções na estrutura da cidade vêm, cada vez mais, reiterando essa cultura.

Como suporte analítico utiliza-se duas linhas de abordagem: a primeira, de caráter físico-espacial, traça uma perspectiva histórica dos aspectos conceituais que

¹ Música composta por Paulinho da Viola e Hermínio Bello de Carvalho.

² Denominação utilizada na definição e delimitação da área considerada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, conforme Decreto GDF 10.829/87 e Portaria N.º14./IPHAN e que será adotada como área de estudo neste trabalho.

³ Estamos nos referindo a uma cultura que estimula a divisão da cidade em setores socialmente padronizados e separados fisicamente

caracterizam a espacialidade da área de estudo, no sentido de identificar as correntes teóricas do urbanismo que lhe amparam.

Nessa linha investigativa e utilizando princípios teóricos da sintaxe espacial, tenta-se analisar os espaços resultantes das quatro escalas definidoras de sua estrutura urbana estabelecidas em seu projeto urbanístico: monumental, gregária, residencial e bucólica, a partir de um ponto de vista centrado em elementos da sua dimensão sintática, mais precisamente nos aspectos da co-presença, ou seja, da utilização social. O intuito é identificar possíveis implicações entre a configuração desses espaços e o grau de urbanidade que eles efetivamente oferecem. Urbanidade, conforme observado, entendida como qualidade urbanística que permite aos espaços públicos a sua apropriação pelos mais diferentes segmentos da sociedade, a partir de atributos físicos, sociais e culturais que possibilitam aos seus usuários, desfrutá-los com conforto, prazer e segurança. Propiciando, ao mesmo tempo, o fortalecimento das relações sociais.

É certo que não se tem a pretensão de oferecer um novo entendimento sobre essa questão, uma vez que a vasta literatura sobre esse tema nos permite compreender, satisfatoriamente, a corrente teórica de sua concepção e de sua espacialidade. Portanto, trata-se apenas de estruturar uma leitura sobre a cidade a partir do cotejamento de estudos de alguns autores.⁴

A segunda linha, de caráter gerencial, analisa o modelo de gestão político-institucional que tem pautado o desenvolvimento urbano de Brasília ao longo desses anos, buscando identificar e caracterizar a prática urbanística que lhe tem dado sustentação. Essa análise estará concentrada na legislação de proteção urbana, bem como, na atuação institucional dos três principais órgãos legalmente constituídos para responder pela gestão do espaço urbano de Brasília, tanto em seus aspectos urbanísticos quanto preservacionistas. São eles: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – IPDF⁵, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal – DePHA. Essa leitura busca identificar as políticas, as relações institucionais, e as posturas técnicas frente à realidade urbana do objeto de estudo.

⁴ Sobre essa questão cabe referenciar o trabalho de Alberto F. Xavier (1973) *Bibliografia sobre Brasília e Arquitetura Moderna Brasileira*. UnB, IAA (mimeo) que traz um apanhado de títulos publicados até o ano de 1972. Entre os estudos mais recentes podemos citar os estudos de Frederico de Holanda (1997) – *O Espaço de Exceção*; James Holston (1993) – *A Cidade Modernista – uma crítica de Brasília e sua utopia*; Paulo Bicca (1985) – *Brasília, Mitos e realidades*. Antônio C. Carpintero (1998) *Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998* e outros que serão tratados ao longo do nosso estudo.

⁵ A reforma administrativa posta em prática pela nova gestão do Governo do Distrito Federal, iniciada em 1999, extinguiu o IPDF e, criou em seu lugar, a Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano e Preservação. Do mesmo modo, alterou a estrutura institucional do DePHA reduzindo as suas competências administrativas.

Embora a Câmara Legislativa do Distrito Federal participe de maneira determinante no processo de desenvolvimento urbano da cidade, produzindo por iniciativa própria leis que interferem no seu ordenamento e gerenciamento, no presente estudo, esta não foi arrolada como diretamente responsável pelas ações nessa área. Esse posicionamento justifica-se pela diferenciação de sua responsabilidade institucional nesse processo e pela complexidade de sua atuação, envolvendo aspectos que exigiriam uma abordagem fora dos objetivos e dimensionamento do trabalho. Portanto, sua atuação não será analisada na mesma dimensão que as instituições referenciadas.

A motivação desse estudo surge por duas inquietantes questões a respeito da realidade urbanística do espaço do Plano Piloto de Brasília e que, de certa forma estão entrelaçadas. A primeira diz respeito à intrigante constatação de uma estrutura urbana tão recente já apresentar, por um lado, um expressivo número de áreas (setores) envelhecidas, em franco processo de degradação socioespacial, e a exigirem ações revitalizadoras de suas ambiências e funcionalidades. Como por exemplo: Setor Comercial Sul, Setor de Diversão Sul, W-3 Sul, SCLN 206/207 entre outros. E por outro, um grande número de espaços previstos para uma forte utilização social, mas que ainda não tiveram a sua apropriação efetivada - Setor Bancário Norte, Setor Comercial Norte etc.

A segunda questão se relaciona com o próprio modelo de gestão urbana instituído desde sempre na cidade e que dá sustentação ao seu processo de desenvolvimento urbano, que insiste em se manter centralizado na figura do Estado, burocratizado, com forte caráter autoritário e pouca participação social. E que, ao tratar a cidade como um conjunto monolítico, ignorando as particularidades espaciais dos seus setores, tem tido enorme dificuldade em assimilar as demandas urbanísticas decorrentes da sua dinâmica social e pouca eficiência no controle urbanístico da cidade - vide o grande número de áreas públicas invadidas no espaço do Plano Piloto.⁶

Esse modelo de gestão urbana, fortemente alinhado com o que Bonduki denomina de Central-Desenvolvimentista, tem suas raízes ainda no Estado Novo, e se pauta no entendimento de que a centralização de poderes no Estado e o desenvolvimento e o crescimento a qualquer preço, trariam as soluções adequadas para resolver os problemas da cidade. Desse modo, a construção de mecanismos de

⁶ No trabalho *Pré-Diagnóstico dos Principais Problemas Urbanos do Plano Piloto de Brasília*, realizado pela Administração Regional de Brasília - RA-1, em 1994, a invasão de área pública comparece como um problema generalizado e entre suas causas está a “deficiência da ação fiscalizatória do Governo que permitiu que as invasões se dessem de forma incontrolável”.

participação da sociedade no processo de desenvolvimento urbano, torna-se questão secundária o que deixa um grande espaço para a prática do autoritarismo.⁷

Em Brasília essa questão agrava-se em função da cidade ser um projeto ideológico do próprio Estado. Sua materialização como artefato urbano é a afirmação do Poder Estatal sobre a sociedade, tido este o cuidado de participar de todas as suas etapas: idealização, concepção, construção e administração. Certamente, esse é um dos aspectos que explicam o discurso oficial de idealização do espaço do Plano Piloto, onde a preocupação maior é com preservação do desenho original. O argumento é que a sua concepção, pelo significado histórico e qualidade espacial, constitui-se uma obra de arte acabada e que, portanto, deve ser mantida em toda a sua plenitude.

Essa atitude, pela fragilidade de sua argumentação, conduz a uma série de contradições e equívocos no processo de desenvolvimento urbano da cidade. Mesmo porque, as alterações e adaptações na proposta original, começam a surgir ainda na fase do concurso que escolheu o projeto urbanístico da cidade. A própria Comissão Julgadora recomendou o deslocamento da cidade para leste, aproximando-a mais do lago, o que provocou, entre outras alterações, uma redução e um maior arqueamento do Eixo Rodoviário, com a conseqüente supressão de algumas superquadras residenciais – 101, 201 e 301 norte e sul. Essas e outras modificações, ainda da fase pioneira de sua construção, produziram significativas alterações na estruturação do espaço urbano do Plano Piloto, conforme analisa Carpintero, em estudo sobre o processo de projeto e construção de Brasília e as modificações ocorridas no seu projeto urbanístico.⁸

Certamente, vamos encontrar elementos que esclareçam essas questões na própria configuração espacial da cidade e no modelo modernista de sua concepção. Não se pode esquecer que Brasília representa o exemplo maior da materialização dos princípios da arquitetura moderna. Em verdade, constitui-se em seu produto emblemático, ou seja: a sua mais completa tradução⁹.

Esse modelo de cidade, sustentado pelo credo absoluto na capacidade de respostas da técnica e da ciência aos problemas humanos, buscava estabelecer um novo ideal de espaço urbano calcado numa lógica disciplinadora, higienística, esteticamente pura e onde as diferenças sociais pudessem coexistir harmoniosamente

⁷ Bonduki, Nabil (2000), *Habitar São Paulo: reflexões sobre gestão urbana*. São Paulo. Estação Liberdade, 2000.

⁸ Carpintero, Antônio Carlos Cabral (1998) *Brasília: Prática e Teoria Urbanística no Brasil, 1956 – 1998*. Tese de Doutorado.

⁹ Trecho da canção *Sampa* de Caetano Veloso, cantor e compositor brasileiro.

no mesmo espaço. Todavia, como que contradizendo esse ideal modernista que a inspirou, Brasília, hoje, tal qual o restante das cidades brasileiras, caracteriza-se por um forte quadro de exclusão social.

Essa discussão nos remete necessariamente a refletir sobre o chamado “determinismo arquitetônico” que se relaciona com possíveis implicações entre espaço e sociedade, ou seja, a arquitetura, a partir de sua configuração, poderia determinar comportamentos sociais. Holanda, em artigo sobre esse tema coloca uma precisa abordagem sobre essas implicações, onde nos faz perceber que a questão do determinismo é bem mais complexa.¹⁰ Holanda parte do pressuposto que existem muitas evidências do papel que a arquitetura exerce na construção da sociedade, produzindo “implicações que são inerentes a aspectos de sua configuração, e outras que são convencionais”. Porém, por imprecisão de conceitos, tanto da arquitetura quanto de suas implicações com os comportamentos sociais, esse papel tem sido mal compreendido e superestimado.

Nesse sentido, sugere um caminho de análise que busca precisar o conceito de determinação arquitetônica, a partir da delimitação do enfoque que deva ser dado a essa questão e do estabelecimento dos aspectos/dimensões da arquitetura que podem melhor caracterizá-lo. Para tanto, estabelece uma conceituação de arquitetura onde esta passa a ser entendida como uma “situação relacional” tendo de um lado, “padrões físico-espaciais” e, de outro, “as expectativas sociais dos mais diversos tipos.” Dessa relação, surge uma decomposição analítica onde o espaço arquitetônico, independente de sua escala, e em função das dimensões que constituem a arquitetura, assumiria um caráter multidimensional com sete aspectos de “desempenho”, assim relacionados:

- Aspectos funcionais;
- Aspectos de co-presença;
- Aspectos bioclimáticos;
- Aspectos econômicos;
- Aspectos topoceptivos;
- Aspectos emocionais e,
- Aspectos simbólicos.

¹⁰ Holanda, Frederico de (1997) “A Determinação Negativa do Movimento Moderno”, comunicação apresentada no II Seminário DOCOMOMO Brasil, 10 a 12 de setembro de 1997. Salvador, Bahia.

Dessa forma, ressalta que um fenômeno arquitetônico só poderia ser avaliado a partir do conjunto dessas dimensões. Ignorar a multidimensionalidade do espaço arquitetônico nos levaria a cometer grandes equívocos de avaliação, pois uma obra pode, ao mesmo tempo, apresentar desempenhos contraditórios entre si. Ou seja, pode, por exemplo, ter um bom desempenho econômico e um péssimo desempenho bioclimático. Com isso, o chamado determinismo arquitetônico ganharia outra conotação e dependeria das variáveis arquitetônicas e sociais que estamos utilizando.

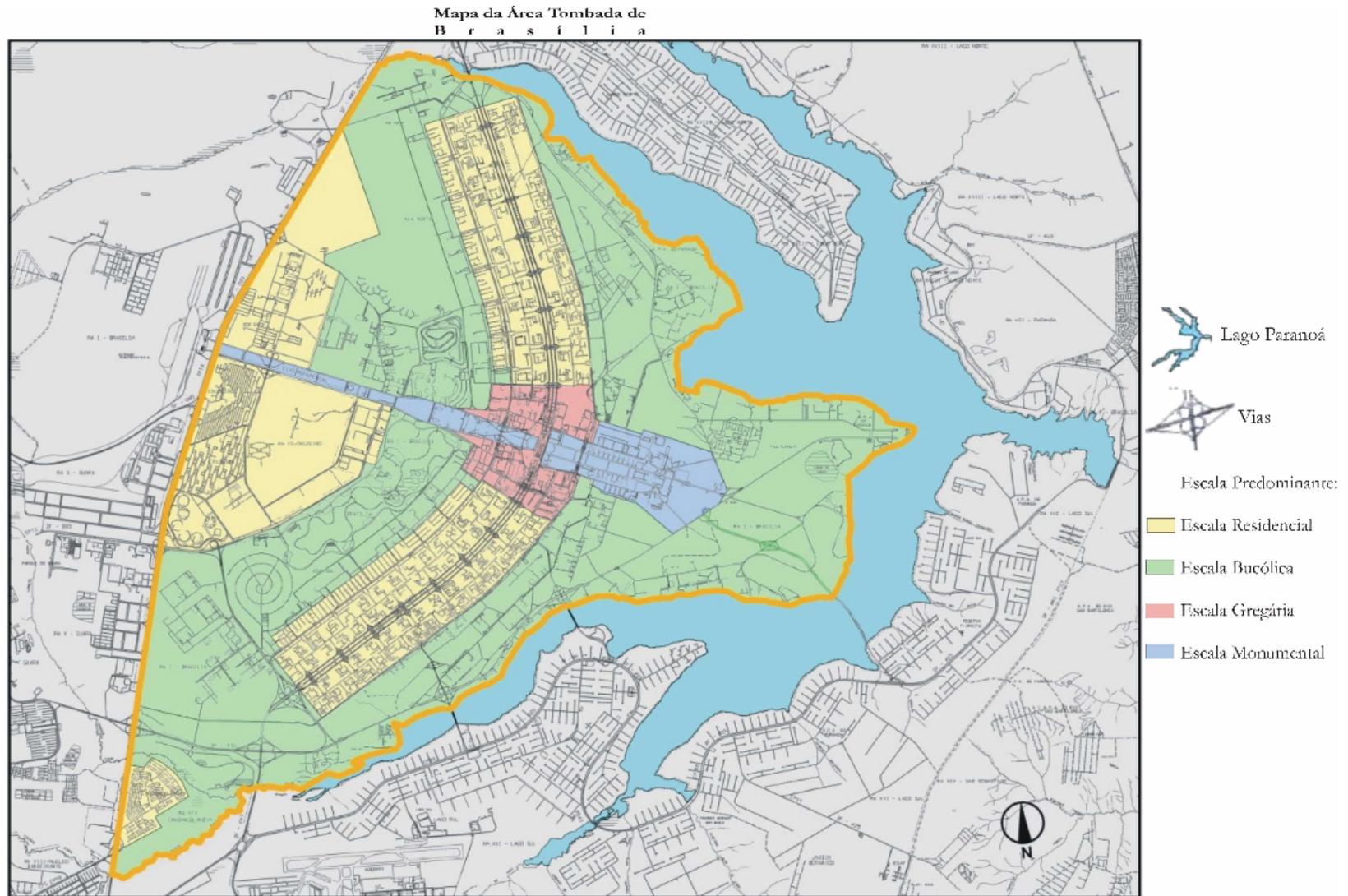
Todavia, também não se pode esquecer de referenciar um outro componente nesse processo de discussão dos destinos da cidade, representado pelos agentes do poder econômico, que aproveitando da falta de clareza e objetividade do processo de gestão urbana e da desarticulação das instituições públicas, argumentam a favor da desregulamentação total do desenvolvimento urbano da cidade. Tendo como intuito de ampliar os lucros do capital imobiliário, quase sempre, à custa do empobrecimento do espaço público. Como exemplo, basta ver as superquadras residenciais mais recentes (207, 208, 309 Norte etc.) e as edificações do Setor Comercial Norte que possuem muito pouca interação e preocupação com a qualidade do espaço público. O que se quer dizer é que esta rígida observância a um padrão urbanístico pretendido no projeto original, respaldada por uma estática legislação urbana, não tem impedido a especulação imobiliária prosperar na cidade, nem tampouco tem propiciado a valorização e qualificação urbanística dos espaços públicos.

Mapa 1 - Distrito Federal – Regiões Administrativas e Limite da Área Tombada
Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal/PDOT/1997



Legenda

 Área de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília
(Portaria nº 3141/BFCatual Iphan)



Área Tombada

Mapa 2.-limite da área considerada Patrimônio Mundial
imagem digitalizada cedida por Camille Nicola Mayer

Reiterando conceitos de outros autores cabe dizer que *a cidade, provavelmente, é a maior criação humana*,¹¹. pois se constitui no cenário maior de materialização das ações do Homem, acolhendo seus desejos, suas contradições, sua diversidade e suas disputas sociais. Ao mesmo tempo em que reflete as opções tomadas na construção do seu processo civilizatório. Esse grande palco humano, construído ao longo do tempo, muitas vezes a partir da contribuição anônima de várias gerações, traduz toda a complexidade de nossa trajetória histórica na Terra, armazenando em seu espaço diferentes memórias de tempos distintos. Também é certo que em alguns momentos ela própria, a cidade, por meio do desnudamento de seu espaço e de seus mistérios, torna-se protagonista da história que narra. Daí, talvez, surja todo o fascínio que ela nos inspira.

Nessa perspectiva não se pode negar o caráter dinâmico das estruturas urbanas, visto essas serem integrantes de um movimento histórico em constante transformação e que é determinado pelo inerente dinamismo e vitalidade das relações humanas.

Em *A Cidade Como Escrita*,¹² Willi Bolle, a partir de estudos da obra do pensador alemão Walter Benjamin (1892-1940), nos propõe uma leitura da cidade onde esta é representada não só como um código realista mas, excepcionalmente, como *“uma imensa aglomeração de escrita”*. Ou seja, o espaço urbano com toda a sua complexidade sociorepresentativa, tal qual a escrita, se revela um importante suporte de memória, registrando as marcas do tempo e nos oferecendo possibilidades variadas de leituras das sociedades que ele abrigou. Esse entendimento também se associa ao que disse Marsilio Ficino: *“A cidade não é feita de pedras, é feita de homens”*¹³. Ou seja, são as pessoas que lhe dão vida.

Portanto, analisar e buscar entender uma cidade sob o ponto de vista urbanístico é refletir sobre a sociedade que a produziu. Nestor Goulart nos ensina que *“os fenômenos da urbanização só podem ser compreendidos em toda a sua significação, quando se conhecem as suas bases sociais”* (Reis Filho, 1967:vii). Também, nos alerta que *“A mais ampla perspectiva de conjunto sobre os problemas de urbanização é, certamente, a que toma como ponto de partida uma conceituação desta como processo social”* (idem,

¹¹ Hernán Crespo Toral, Diretor do Escritório Regional de Cultura para América Latina e Caribe – UNESCO, citando Reismann em seu discurso de abertura do *Seminário Taller: Rehabilitación Integral en Areas o Sitios Historicos LatinoAmericanos*. Quito (Equador) 1994. In *Memorias Del Seminario*.

¹² In *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. DPH. São Paulo: DPH, 1992

¹³ Apud Segres, Roberto (1992) *“Havana; O Resgate Social da Memória”*, in *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. DPH. São Paulo: DPH, 1992.

1967:x). Esse entendimento nos remete, obrigatoriamente, a buscar identificar e compreender o papel dos sujeitos dessa trama social, bem como, a relação existente entre espaço e sociedade. Assim sendo, trata-se de uma tarefa complexa, de estruturação difícil, com mil possibilidades explicativas e, muitas vezes, de rebatimento diverso do pretendido.

Certamente, pelas razões que se tenta explicar ao longo do trabalho, essa tarefa se agrava quando se trata de estudar uma cidade de história recente, cuja constituição decorre da materialização de uma proposta urbanística de autoria identificada, concebida a partir do pré-estabelecimento de claros propósitos sociais, políticos e funcionais carregados de símbolos e intenções. E oriunda de uma corrente teórica, fundamentada em um idealismo formal e funcional, que buscava a instituição de um modelo urbanístico completo e acabado de cidade, como é o caso de Brasília. Pois, conforme explicita seu próprio autor, urbanista Lúcio Costa: *“Brasília é a expressão de um determinado conceito urbanístico, tem filiação certa. Não é uma cidade bastarda. O seu facies urbano é o de uma cidade inventada que se assumiu na sua singularidade e adquiriu personalidade própria...”*¹⁴ (Costa, 1985)

É inegável que Brasília, ao se constituir no principal artefato urbano produzido a partir dos princípios do Movimento Moderno de Arquitetura, preconizados pelos CIAM's (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), comparece no cenário do desenvolvimento urbano ocidental do século XX, como uma de suas mais significativas realizações. Transcorridos 41 anos de sua inauguração (1960), a sua proposta urbanística e o desempenho espacial da sua estrutura, continuam despertando interesse e alimentando polêmicas entre os diversos profissionais envolvidos com o tema cidade.

Do mesmo modo, como fenômeno social e político de grande significado no processo histórico brasileiro, Brasília tem se constituído em tema gerador de intensos debates entre os analistas políticos de diversas correntes, produzindo opiniões tão dispares quanto apaixonadas. Isso, tanto pela busca de explicações sobre os motivos que levaram um monumento dessa magnitude e de tão alto custo, ser construído em um local fora do eixo econômico e distante dos grandes centros urbanos da época. Como também, pela tentativa de analisar os desdobramentos que a construção de Brasília provocou na história sociopolítica e territorial do país.

¹⁴ In Brasília Revisitada, Revista Projeto N. 100/julho 1987, pág.122.

Nessa discussão, incontáveis estudos,¹⁵ com os mais diferentes enfoques, foram e continuam sendo produzidos, na tentativa de analisar e explicar os elementos motivadores de sua realização e concepção urbanística, bem como, os componentes determinantes da sua realidade espacial. Todavia, em que pese à riqueza do conteúdo de muitos desses estudos, alguns deles referenciados ao longo deste trabalho, sabemos que esse é um assunto controverso e inesgotável, pois, a análise e o entendimento das questões que envolvem o processo de constituição e desenvolvimento de uma cidade é uma questão complexa que requer a combinação de múltiplas variáveis de ciências diversas. Isso tanto pelas possibilidades de leituras e interpretações, cada uma com a sua lógica e as suas verdades, quanto pela abrangência e densidade do tema.

Na tarefa de tentar estudá-la devem ser considerados vários aspectos. De um lado, toda a carga do seu significado para a história do urbanismo, o qual possibilitou que se tornasse, em 1987, no primeiro artefato urbano contemporâneo a ser distinguido pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, como Patrimônio Cultural da Humanidade. A mesma razão pela qual, em 1990, por meio de lei federal, foi distinguida como Patrimônio Histórico Nacional. Ou seja, trata-se de uma estrutura urbana de valor reconhecido, verdadeiro ícone do urbanismo moderno. Porém, como nos alerta Lombardi, "*...quando começamos a refletir sobre o que é uma cidade monumento, entramos em uma série contínua de contradições, de inexatidões, de problemas que não são resolvidos*".¹⁶

Em Brasília, essas contradições se relacionam ao fato de uma cidade tão recente, com muitos setores a consolidar e construir, já se encontrar submetida a uma rígida legislação protecionista, que tem como pressuposto manter inalterado o seu plano urbanístico original. Para termos uma idéia desse ato, cabe observar que a área sob proteção histórica abrange 112,25Km², seguramente a maior área urbana tombada do mundo. Essa área inclui, além do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto, outros setores urbanos (Cruzeiro, Octogonal, Sudoeste e Candangolândia), que não apresentam a mesma relevância urbanística ou histórica, mas que por força legal, se encontram submetidos à mesma legislação preservacionista.¹⁷

¹⁵ Entre os já citados anteriormente pode-se acrescentar os trabalhos de Aldo Paviani (org) (1995) Brasília, Ideologia e realidade - espaço urbano em questão. Que contém uma série de abordagens sobre Brasília. Também cabe referenciar os estudos de Sylvia Ficher.

¹⁶ Lombardi, Giorgio (1991) *A Cidade Histórica, Como Suporte da Memória* In O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania/DPH. São Paulo. DPH, 1992.

¹⁷ Portaria Nº 314/94 IPHAN.

De outro modo, Brasília, freqüentemente, costuma ser referenciada por sua singularidade espacial e arquitetônica, e como representação de um modelo de modernidade urbana a ser buscado pelo resto do país, e porque não dizer do mundo contemporâneo. Entretanto, pouco se discute sobre o padrão de urbanidade que ela efetivamente enseja aos seus moradores e sobre a qualidade urbana dos seus espaços públicos. Raros foram os momentos para se discutir e encaminhar com profundidade os problemas urbanos existentes. Embora várias iniciativas tenham sido realizadas nesse sentido, pouca publicização tem sido dada a esse tema.¹⁸ Em verdade parece existir um impedimento velado a esse debate. As tentativas quase sempre acabaram esvaziadas por parte dos que defendem a perenização do modelo urbano atual, sob o argumento de que qualquer reorientação seria uma heresia ao seu projeto original.

Além disso, cabe observar toda a mística que cerca a sua história que, mesclando fantasia e realidade, vem sendo alimentada ao longo dos tempos por aspectos que a relacionam com a concretização dos desejos libertários dos inconfidentes (1789)¹⁹, que sonhavam em libertar a então colônia portuguesa e construir uma nova capital para o país, mais ao centro de seu território. Assim como, por leituras que buscam associá-la ao ideal cristão da terra prometida, vinculando-a à famosa profecia de Dom Bosco²⁰. Passando ainda por possíveis contatos com expedições extraterrestres, onde a área de sua localização, por possuir intensas fontes energéticas, abrigaria campos de pouso para naves espaciais²¹. Tudo isso somado aos muitos mitos e histórias que rondam o período de sua construção e inauguração - *onde o sonho vira realidade*. Enfim, por tudo que representa para os ideais brasileiros de romper com um passado colonial *atrasado* e ingressar na modernidade, Brasília, para muitos, seria a materialização desses anseios e uma das mais legítimas expressões de nossa capacidade criativa e realizadora.

Também não se pode ignorar a sua condição de metrópole nacional e de componente do quadro de contradições sociais do país, com problemas e desafios semelhantes as demais cidades brasileiras. No momento, Brasília (aqui definida como o

¹⁸ No capítulo 4 trataremos de algumas dessas iniciativas entre as quais O 1º seminário de Estudos dos problemas Urbanos de Brasília promovido pelo Senado Federal em 1974; Os trabalhos desenvolvidos pelo GT/Brasília, onde participavam IPHAN/GDF/UnB (1981-1985) entre outras instituições.

¹⁹ Movimento libertário brasileiro contra a Coroa Portuguesa, ocorrido no Estado de Minas Gerais em 1789. Conhecido como Inconfidência Mineira esse movimento foi brutalmente reprimido por Portugal.

²⁰ Essa profecia refere-se à visão de Dom Bosco, fundador dos Salesianos, que, em 1893, em um sonho teria antevisto a construção de uma cidade com um lago artificial localizada entre os paralelos 15º e 20º - exatamente onde está Brasília - de onde surgiria uma nova civilização e em cuja terra *correria o leite e o mel*.

²¹ Esse aspecto esteve muito em evidência durante os anos de 1970, quando vários grupos de ufologistas defendiam essa leitura. Entre os grupos mais atuantes desse período destaca-se o grupo do General Moacyr Uchoa.

conjunto urbanístico do Plano Piloto) constitui-se em um aglomerado urbano que extrapolou a sua condição de mero centro administrativo e, a cada dia, assume a sua condição de centro metropolitano de uma região que envolve, além dos núcleos urbanos que compõem o Distrito Federal, as chamadas cidades satélites²², alguns com população bem superior a sua, várias outras cidades da região do seu entorno e que compõem a RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno²³. Atualmente o DF está dividido em 19 Regiões Administrativas, cada uma com seu núcleo urbano – cidades. Tabelas I, II e III.

Tabela I- Distrito Federal - Regiões Administrativas e População. Fonte IBGE

Regiões Administrativas	1996	2000	Taxa de crescimento anual %
Área Tombada	272.261	273.626	0.1
RA1 Brasília	202.426	193.616	-1.1
RA 11 Cruzeiro	56.008	64.381	3.5
RA 19 Candangolândia	13.827	15.629	3.1
Demais RAs	1549.685	1769.543	3.4
RA 9 Ceilândia	342.885	343.000	0.0
RA 3 Taguatinga	223.276	243.159	2.2
RA 12 Samambaia	155.319	163.000	1.2
RA 6 Planaltina	116.452	147.061	6.0
RA 2 Gama	121.601	130.000	1.7
RA 5 Sobradinho	101.136	129.059	6.3
RA 10 Guará	102.709	115.192	2.9
RA 13 Santa Maria	87.706	98.615	3.0
RA 15 Recanto das Emas	51.671	93.000	15.8
RA 14 São Sebastião	44.2358	64.192	9.8
RA 7 Paranoá	47.1264	54.928	3.9
RA 4 Brazlândia	47.714	52.696	2.5
RA 17 Riacho Fundo	21.371	41.378	18.0
RA 8 Núcleo Bandeirante	31.327	36.441	3.9
RA 18 Lago Norte	26.211	29.603	3.1
RA 16 Lago Sul	28.946	28.219	-0.6
Total	1.821.946	2.043,169	2.9

²² A partir do Decreto do Governo do Distrito Federal xxxx/97 foi abolido o termo Satélite para designar as cidades que compõem o DF. Entretanto, a denominação *Cidade Satélite*, continua a ser amplamente utilizada pela população.

²³ A RIDE foi criada por Lei Complementar n.º 94/98 do Congresso Nacional e abrange 21 municípios.

Tabela II - Distrito Federal e RIDE – População Residente

População Residente	1996	2000	Taxa de crescimento anual %
Área Tombada	272.261	273.626	0.1
Restante do DF	1.549.685	1.769.543	3.4
Municípios da RIDE S/DF	739.177	898.788	3.5

Tabela III – RIDE. Localidades e População

Localidades	1996	2000	Taxa de crescimento anual %
Distrito Federal	1821.946	2.043.169	2.9
Goiás	645.717	808.388	5.8.
Luziânia (GO)	106.695	140.813	7.2
Águas Lindas de Goiás	61.478	105.379	14.4
Valparaíso	75.380	93.960	5.7
Formosa	68.704	78.647	3.4
Novo Gama	60.447	74.297	5.3
Planaltina de Goiás	58.576	73.546	5.9
Santo Antônio do Descoberto	46.194	51.717	2.9
Cidade Ocidental	33.147	40.375	5.1
Cristalina	28.262	34.060	4.8
Padre Bernardo	16.879	21.495	6.2
Pirenópolis	24.717	21.220	-3.7
Alexânia	18.623	20.063	1.9
Cocalzinho de Goiás	12.780	14.600	3.4
Abadiânia	10.144	11.418	3.0
Corumbá de Goiás	8.643	9.487	2.4
Cabeceiras	5.973	6.757	3.1
Água Fria de Goiás	3.771	4.467	14.4
Vila Boa	2.720	3.286	4.8
Mimoso de Goiás	2.584	2.801	2.0
Minas Gerais	93.460	90.400	0.8
Unai	73.664	69.996	-1.3
Buritís	19.796	20.404	0.8
Total RIDE	2.561.123	2.941.957	3.5

Fontes: IBGE - Contagem da População /1996 e Dados Preliminares do Censo de 2000.

Cristóvam Buarque, (Governador do Distrito Federal no período de 1995-1998) ao analisar Brasília a caracteriza como uma cidade que abriga em seu interior três outras cidades que, em vários momentos, funcionam de forma distinta e com interesses antagônicos. Essa caracterização leva em conta as dimensões urbanas e os papéis políticos e administrativos que ela simultaneamente desempenha. Ou seja, a Brasília

Capital do País, cidade administrativa e centro decisório nacional, com seu território definido e gerenciamento próprio, abrigando os principais organismos nacionais e internacionais. A Brasília Monumento, cidade Patrimônio Histórico Nacional e Patrimônio Cultural da Humanidade, com seus rígidos princípios preservacionistas e seu forte apelo artístico. E a Brasília MetrÓpole, cidade dos seus moradores. Composta de vários núcleos urbanos e que apresenta em seu dia a dia os desejos, as contradições e os problemas inerentes a qualquer cidade brasileira²⁴

Portanto, é natural que nesse quadro tão complexo, seu significado histórico, político e urbanístico venha provocando as manifestações mais diversas sobre a sua real dimensão como fenômeno urbano. De um lado temos uma corrente que a defende de forma ferrenha como um espaço urbano perfeito, que deu certo, sendo uma legítima concretização dos anseios do povo brasileiro. De outro, um conjunto de analistas com críticas contundentes à sua idealização de cidade perfeita e de representante autêntica da nossa cultura. Essa relação de amor e ódio que Brasília desperta tem produzido interessantes manifestações, como por exemplo:

Edgar Graeff falando sobre Brasília assim se expressa: "*Brasília é um bosque com uma cidade dentro. Ela é diferente, única, no mundo, generosa e bela, e humana. Minha cidade é brasileira, legítima arquitetura brasileira*".²⁵

Milton Santos, reconhecendo toda a complexidade do significado histórico, político e ideológico de Brasília e as possibilidades de análise que ela oferece, nos apresenta, em artigo sobre a ideologia que motivou a criação da cidade, a seguinte indagação: "*Como navegar nos meandros de tais julgamentos para obter uma avaliação crítica do desempenho dessa cidade mística?*" Para em seguida nos apontar um caminho, dizendo: "*Em primeiro lugar, fiquemos com a História*".²⁶

Desse modo, saber caminhar por esse emaranhado de possibilidades analíticas e de leituras que Brasília nos oferece, sem perder a visão de conjunto, assim como de suas particularidades, para não cair em tentação da generalidade, imprecisão ou da parcialidade, é um dos desafios deste trabalho.

²⁴ In Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (1998). O que Faz a Diferença? Brasília, SDHU/GDF.

²⁵ Graeff, Edgard (1985) *Um Bosque* in Revista AU, Ano 1 n.º 2 : Brasília Ano Zero. 25 Anos, abril, 1985.

²⁶ Santos, Milton (1985) *A Ideologia da Ocupação*. in Revista AU, Ano 1 n.º 2 Brasília Ano Zero 25 Anos. abril 1985.

Portanto, inicialmente, é necessário precisar o caminho analítico que será utilizado e de qual ponto de vista nos colocaremos frente a esse desafio. Atentos aos ensinamentos do Mestre Milton Santos, optamos em nos deixar levar pela História e, como um caminhante, seguir pela trilha que ela nos oferece.

A partir desse conjunto de inquietações e da opção analítica tomada, o trabalho foi organizado em quatro capítulos, estruturados da seguinte forma:

O primeiro capítulo, **História e Cidade**, reflete sobre os elementos conceituais da análise histórica, bem como, sobre a trajetória de formação do espaço urbano a partir da descrição sucinta de sua evolução ao longo do tempo, no sentido de construir um referencial teórico básico da abordagem que se pretende realizar. Sua estruturação compõe-se de dois itens:

O primeiro item *Tempo, Espaço e Memória* tem o intuito de introduzir elementos conceituais para uma reflexão sobre história da cidade e, particularmente, sobre o que se conhece como cidade moderna e o espaço dela decorrente. Essa reflexão tem como fio condutor à questão do novo e da modernidade, cujos conceitos têm entendimentos ambíguos, estando impregnados de intenções e de contradições, pois ao tratá-la, surgem aspectos de temporalidade e de constituição, formalmente difíceis de precisar.

O segundo, *O Espaço Urbano Moderno*, faz uma caracterização sucinta do espaço urbano, buscando traçar uma trajetória evolutiva de sua constituição e tendência atual. Nesse sentido, aborda as questões que permeiam o atual quadro de desenvolvimento urbano mundial, analisando a lógica social que lhe dá sustentação e as características morfológicas dos espaços dele decorrentes, apontando seus desafios e caminhos, a partir de estudos e conceitos emitidos por autores que têm tratado desse tema.

O segundo capítulo, **Gestão Urbana e Núcleos Históricos**, faz um balanço de diversos modelos de planejamento e gestão urbana das cidades na perspectiva de precisar conceitos e construir um painel crítico sobre as práticas de planejamento, apontando possibilidades que essa questão oferece frente aos desafios do mundo contemporâneo. A intenção é situar o modelo de planejamento e de gestão urbana posto em prática em Brasília nesse contexto. Esse capítulo se divide em três itens:

No primeiro, *Preservação, Urbanidade e Gestão*, são tratados conceitos e aspectos que determinam as ações na área de preservação histórica buscando-se refletir sobre as implicações desse trabalho na produção do espaço urbano.

O segundo, *A Trajetória Brasileira na Preservação de Núcleos Históricos*, faz uma síntese da experiência de gestão e tratamento urbanístico realizados em centros históricos, a partir da política adotada pela área federal, referenciando os seus principais momentos e apontando os desafios desse trabalho. Cabe esclarecer que não se trata de promover uma avaliação extensiva desse tema. Portanto, mesmo nos momentos tratados, não se tem a pretensão de analisá-los nas suas particularidades, pois, pela complexidade, fugiria ao dimensionamento do trabalho.

No terceiro item, *Gestão de Núcleos Históricos: Desafios e Caminhos*, reflete-se sobre os atuais desafios do trabalho de preservação de núcleos históricos no Brasil e possíveis encaminhamentos.

No terceiro capítulo, **Brasília, Cidade Inventada**, promove-se uma leitura do processo histórico de idealização de Brasília como capital do país, assim como, da base teórica de sua concepção urbanística, buscando-se a sua caracterização como fenômeno político e urbano. Do mesmo modo, é realizada uma avaliação do desempenho urbanístico de área da cidade, com ênfase na área central, sob o ponto de vista da urbanidade oferecido por este setor. Para tanto, utiliza-se como referência estudos desenvolvidos por Holanda, que analisou a cidade sob o aspecto de sua sintaxe espacial, e estudos desenvolvidos por Carpintero, cuja análise sobre a realidade urbana da cidade, nos remete a reexaminar os procedimentos de implantação da cidade, durante a sua fase executiva, a partir da dicotomia entre projeto e obra. Esse capítulo foi dividido em três itens:

O primeiro se denomina *O Sonho Mudancista: Motivações e Expectativas*, e faz um painel resumido da trajetória de toda a idealização da capital brasileira no centro do território nacional, pontuando os principais momentos dessa iniciativa.

No segundo, *Brasília e o Movimento Moderno*, faz-se uma leitura das implicações dos conceitos modernistas na formação cultural brasileira, notadamente, na área da arquitetura, a partir da análise do contexto político, cultural do período de concretização de Brasília, para identificar as relações entre a sua concepção urbanística e o discurso político-ideológico do Estado Brasileiro, naquele momento.

O terceiro item, *Brasília e sua Concepção Urbanística*, faz uma análise da concepção espacial da cidade a partir das escalas urbanas que configuram seu desenho, ao mesmo tempo em que se busca analisar a sua realidade urbana por meio da identificação de problemas na apropriação social de seus espaços. A intenção é confrontar as intenções de projeto com a realidade urbana.

No quarto capítulo, **Brasília e a Gestão do seu Conjunto Urbanístico**, apresenta-se uma análise do processo de gestão urbana do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto de Brasília, buscando-se traçar uma trajetória histórica a partir da leitura de diversos fatos relevantes ocorridos no período de estudo e as propostas de institucionalização de um tratamento urbanístico específico e sistematizado para o Plano Piloto, no sentido de identificação dos padrões de gerenciamento de vários momentos dessa trajetória. Nesse sentido, foram caracterizados três períodos:

- O primeiro, definido como pioneiro, vai de 1960, ano de inauguração da cidade, até 1985, início da Nova República, acontecimento político em que se formaliza o processo de redemocratização do país, depois de 21 anos de fechamento político, por meio da posse do primeiro Presidente da República civil, ainda eleito por voto indireto – Colégio Eleitoral constituído por membros do Congresso Nacional; Do ponto de vista do desenvolvimento urbano e gerenciamento urbanístico esse período se caracteriza como de realização de macros planos urbanos para o Distrito Federal.
- O segundo começa em 1985 e vai até 1990. Caracteriza-se pela consolidação da distensão política no país, por meio da elaboração de uma nova Constituição (1988), que instituiu eleições diretas para Presidente da República, e possibilitou a autonomia política do Distrito Federal, que passa a eleger seu Governador e uma Câmara Legislativa com 24 deputados (1990); Esse período manteve os mesmos padrões de gestão do período anterior.
- O terceiro inicia-se em 1991 com posse do 1º Governador do Distrito Federal eleito por voto direto e a instalação da Câmara Legislativa, e vai até 1998, término da 1ª administração de alinhamento político à esquerda de Brasília – Partido dos Trabalhadores. Esse período (1995 -1998) pode ser marcado por uma experiência de gestão urbana que teve como proposta de ação a tentativa de ampliar o debate sobre os problemas urbanos da cidade.

E, por fim, na última parte do trabalho são feitas as considerações finais à cerca do estudo produzido no intuito de sintetizar os resultados, refletir sobre limitações e desafios encontrados, apontando desdobramentos e possíveis encaminhamentos no tratamento das questões apresentadas.

Quanto à delimitação do período de análise, 1960 – 1998 se pretendeu abarcar um conjunto de acontecimentos de ordem social, política e administrativa, identificados como determinante para a caracterização e definição de padrões gerenciais de gestão do espaço urbano de Brasília e que, em última instância, se configurarão em elementos condutores do estudo proposto. Desse modo, no intervalo de tempo definido, foram identificados três momentos históricos distintos que se caracterizam por condições políticas e administrativas muito próprias.

O primeiro momento, caracterizado como pioneiro, inicia-se em 1960, com a inauguração da cidade e vai até 1985, com o começo do período político conhecido como Nova República. Esse período destaca-se pela continuidade do ritmo intenso do processo construtivo da cidade e passando pela sua consolidação como capital do país, tendo como aspecto determinante à falta de participação social no processo de gestão da cidade, em decorrência da supressão do Estado de Direito em todo o país.

Nesse período, destaca-se a instituição do Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília – GT/ Brasília, que se constituiu na primeira tentativa de tratar o trabalho de gestão e preservação do Conjunto Urbano de Brasília de maneira global, integrada, sistematizada e amparada institucionalmente. Esse Grupo era composto por técnicos do Governo Federal, do Governo do Distrito Federal e da Universidade de Brasília, que trabalharam sob uma mesma coordenação. Cabe observar que foram esses estudos que respaldaram tecnicamente a proposta do Governo Brasileiro perante o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, quando da solicitação da inscrição de Brasília na listagem de bens considerados Patrimônio Cultural da Humanidade (1987).

O segundo momento vai de 1985 a 1989 e caracteriza-se pela distensão política que o país passou a viver por meio do surgimento da Nova República (1985). Este arejamento político instituiu a administração José Aparecido de Oliveira em Brasília (1985 - 1988). Governo esse que tratou os problemas urbanos da cidade a partir da colaboração direta dos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, autores respectivamente do plano urbanístico e das principais obras arquitetônicas de Brasília. Esses profissionais propuseram

uma série de intervenções no espaço urbano da cidade e fizeram várias recomendações sobre seu desenvolvimento.

Inclusive, é nessa época que Lúcio Costa lança o documento *Brasília Revisitada* (1987), onde faz uma série de propostas para o desenvolvimento, ampliação e preservação da cidade. Parte dessas proposições foi executada pelo Poder Público Local.

Também, nesse período, Brasília foi contemplada pela UNESCO com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade (1987) passando a contar com uma legislação específica de preservação do seu Conjunto Urbanístico - Decreto GDF N.º 10.829/87. Também, ainda sob a chancela da Nova República, Brasília conquistou sua autonomia política (1989), passando a contar com uma Câmara Legislativa (composta de 24 deputados) e a eleger diretamente seu governador que, até aquele momento, era indicado pelo Presidente da República.

O terceiro momento abrange o período de 1990 a 1998, tendo como marco inicial à primeira legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal, cuja implantação alterou fortemente o quadro político-administrativo da cidade, criando-se uma nova correlação de forças no seu processo de desenvolvimento urbano. Para termos uma idéia dessa nova situação, basta dizer que em levantamento realizado pelo IPDF em 1995, 80% dos projetos de lei produzidos pela Câmara até aquela data, tratavam da questão urbana, particularmente, do uso e ocupação do solo. Entre os temas tratados cabe referenciar: fechamento das superquadras, aumento de taxas de ocupação, gabarito e alteração de uso em vários setores da cidade, legalização de invasões de áreas públicas, ocupação das áreas dos pilotis entre outros.

Nesse período, Brasília foi elevada à categoria de Monumento Histórico Nacional (1990), resultando na instituição de uma legislação federal específica de salvaguarda do seu conjunto urbanístico. Fundamentada no Decreto Lei N.º 25 de 1937, foi instituída a Portaria n.º 004/90 (IBPC)²⁷, que, posteriormente, após algumas alterações, foi substituída pela Portaria n.º 314/94 IPHAN que vigora até o momento.

Também, como acontecimento significativo nesse período, destaca-se o Governo do Partido dos Trabalhadores (1995 – 1998), primeiro de alinhamento político à

²⁷ Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural. Denominação dada ao IPHAN durante o Governo Collor de Melo – 1990/1992, que promoveu uma reestruturação administrativa nesse órgão.

esquerda em Brasília e que se caracterizou pela busca da instituição de um processo participativo de gestão e de um sistema de planejamento urbano e territorial para o Distrito Federal. Para tanto, foram criados o Orçamento Participativo e os Conselhos Locais de Planejamento para as cidades do DF elaboraram seus Planos Diretores.

Também, tentou intervir na área central da cidade chegando, inclusive, a instituir uma comissão multiinstitucional de trabalho, envolvendo GDF, UnB, IPHAN, IAB, para reestudar esse setor e propor ações para sua requalificação, aventando a possibilidade de realização de um concurso público nacional para elaborar um anteprojeto. Essa intenção não prosperou tendo em vista que a discussão desse tema gerou forte resistência em alguns setores, particularmente, por parte do IPHAN, por meio da Comissão Especial Brasília – CEB,²⁸ o que acabou inviabilizando o andamento dos trabalhos e do próprio Plano Diretor da RA 1. Também, nessa gestão foi realizada a primeira obra de recuperação espacial da Rodoviária, o ponto nevrálgico da área central, depois de quase 40 anos de sua inauguração, mas que igualmente gerou muita polêmica com os setores responsáveis pela preservação da cidade.

Por fim, cabe observar que a motivação do estudo que ora se apresenta, está amparada na busca do entendimento das questões aqui colocadas, tendo a perspectiva de contribuir na compreensão da realidade urbana do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto de Brasília, e do processo de gestão político-institucional que tem conduzido o seu desenvolvimento urbano.

²⁸ Comissão Especial Brasília – CEB – Comissão criada no âmbito da Diretoria de Proteção do IPHAN para responder pelas questões referentes à preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (1995).

Capítulo I

HISTÓRIA E CIDADE

A primeira providência que tomou foi traçar pessoalmente o plano da nova cidade certo de que "não se poderá jamais ordenar a vida de uma comunidade se as pessoas continuam a se mover num labirinto de vielas e becos imundos e a residir em casarios confusos, anarquicamente edificadas."

Conforme o plano urbanístico concebido por hipidroxérmus no centro da cidade estava a acrópole, donde partiam doze raios dividindo a cidade em doze partes iguais. As ruas eram todas retas, as praças redondas e as casas com o mesmo desenho e tamanho (...)

Imediatamente, deu início à construção da nova cidade. Fora dos limites do plano urbanístico, num acampamento improvisado, instalaram-se os antigos habitantes da destruída Xérnie, futuros habitantes da cidade ideal.

*Ferreira Gullar
Cidades Inventadas
Adrixerlinus*

1. HISTÓRIA E CIDADE

*Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não pára*

Cazuza
O Tempo não Para

*Ê, volta do mundo, camará
Ê, mundo dá volta camará*

Gilberto Gil
Parabolicamará

1. Tempo, Espaço e Memória

Ao longo do tempo temos convivido com um entendimento que busca fazer uma leitura da nossa trajetória histórica, como sendo um processo evolutivo, ordenado e harmonicamente seqüencial. Entretanto, se mirarmos com um pouco mais de atenção o nosso passado, logo perceberemos que este teima em não corresponder a essa lógica de ordenamento e racionalidade que com freqüência tentamos lhe imputar. Em verdade, contrariando nosso desejo, os acontecimentos parecem seguir a um movimento pendular contínuo, onde fatos que se apresentam hoje como inéditos e inovadores podem, muitas vezes, constituírem-se em meras reedições de outros já acontecidos.

Portanto, é compreensível que, freqüentemente, sejamos surpreendidos com situações sociais e políticas que parecem tão próprias de nossa época, mas, que no entanto, a leitura histórica nos mostra que outras gerações, também já vivenciaram situações semelhantes. Como exemplo, pode-se citar a questão da violência urbana que, a primeira vista, parece um mal exclusivo de nossos tempos e que não encontra paralelo na história. Porém, se buscarmos conhecer um pouco mais sobre esse tema, ficaremos surpresos com o que nos contam os relatos sobre a realidade urbana em diversos períodos da história. Como ilustração cabe citar dois pequenos trechos jornalísticos que, sem especificar a data e local, têm-se dificuldades em saber de onde e de qual período histórico se está tratando.

Os indigentes da capital (..) não foram nunca no passado expostos à tal miséria. Infelizes de ambos os sexos morrem de necessidade pelas ruas. As estatísticas dos albergues apresentariam, se publicadas, um quadro mais angustiante.

Sofreríamos ao ver um quadro tão assustador de todos os tipos de doenças e de terrível pobreza.²⁹

Na verdade, é terrível pensar que (...), todas as noites, encerra dez mil pessoas que vivem na mais vergonhosa ociosidade, à custa de seus semelhantes que trabalham. Dez mil pessoas jogadas na noite da cidade grande como um bando de animais ferozes.³⁰

Na trajetória do desenvolvimento urbano se encontra uma grande quantidade de exemplos que nos levam a confirmar esse movimento pendular da história. Nessa área, muitas vezes, as idéias nascem e como que por encanto, se recolhem (talvez por não se sentirem à vontade naquele momento), se misturam a outras e vão reaparecer muito tempo depois transmutadas, quando sua origem e paternidade já foram esquecidas. Ou mesmo surgem em territórios estranhos à sua origem e, aparentemente, sem nenhuma conexão com fatos do momento. Hall, ao explicar as razões e a abordagem dada ao seu livro, *Cidades do Amanhã*, nos coloca essa questão de maneira precisa a qual julgamos oportuno transcrever:

Muitos fatos históricos recusam-se terminantemente a obedecer a uma nítida seqüência cronológica. Isto é particularmente verdadeiro no tocante à história das idéias: os produtos da inteligência humana provêm de outros produtos, ramificam-se, fundem-se, jazem adormecidos ou são despertados dos mais complexos modos que raramente permitem qualquer descrição linear nítida. Pior: sequer se submetem a qualquer tipo de ordenação esquemática.³¹

E para corroborar sua afirmação nos apresenta o seguinte entendimento sobre as idéias urbanísticas surgidas, sobretudo, a partir dos anos 20 do século passado.

É realmente surpreendente o fato de que muitas - não todas, de maneira alguma - das primitivas visões do movimento urbanístico tenham como origem o movimento anarquista que floresceu nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX.³²

Do mesmo modo, Mariani, ao abordar o surgimento da cidade moderna nos mostra referências de sua concepção e constituição em um período que julgaríamos, em um primeiro momento, alheios à sua formação. Como exemplo, descreve uma proposta de construção de um novo modelo urbano de autoria de Alexandre Le Maitre, datada de 1682 e intitulada *La Métropolitée*. Essa proposta revolucionária e essencialmente metropolitana, segundo Mariani, tem o mérito de preconizar situações, funções e

²⁹ Gazzetta Piemontese (Itália) de 27 02. 1838. Apud Ricardo Mariani (1986) in A Cidade Moderna entre a História e a Cultura. Nobel. São Paulo. Nobel. 1986. p. 9. Aqui se está falando de Paris.

³⁰ Gazzetta Piemontese (Itália) de 28 12. 1838. Apud Ricardo Mariani (1986) op. cit. p.10

³¹ Hall, Peter (1995) Cidades do Amanhã. Perspectiva. São Paulo. 1995. p.7

³² idem p.4

caracteres de um novo modelo de urbanização que só iriam se concretizar cerca de 200 anos depois na cidade moderna, com a formação e funcionalidade das grandes metrópoles. Entre as características preconizadas estaria a definição da hierarquia urbanística, conseqüência da especialização produtiva, tornando a cidade um local privilegiado do terciário ou da sede do poder, fazendo surgir um sistema urbano onde “*bancos, bibliotecas, jardins públicos e serviços sociais*” assumiriam papel de destaque nessa nova função urbana. Outro mérito destacado por Mariani é o fato dessa proposta, ao defender a valorização da cidade e explorar as suas potencialidades, se afastar das idéias utopistas de construir um mundo novo, harmônico e fora da vida urbana existente.³³ Nesse sentido, pela eventual semelhança com o papel atual de algumas cidades contemporâneas, é interessante reproduzir um pequeno trecho das proposições apresentadas por Le Maitre.

(...) podemos então concluir que na cidade-capital não deveria existir nada além da corte, academias, sistemas de justiça e o grande comércio, com pessoas capazes de fazerem honras ao príncipe, de manter o esplendor e a magnificência da capital, a rainha das cidades, o trono do Príncipe, a sede das musas, do comércio, de todas as coisas belas e, finalmente, o ponto de encontro das pessoas do país e das estrangeiras.³⁴

É certo que a compreensão da história como sendo um processo cronológico e evolutivo encontra amparo no pensamento positivista³⁵, de linhagem cartesiana e de forte culto à ciência, à razão e à técnica, mantendo estreitas relações com os princípios da *Teoria da Evolução das Espécies* formulada por Charles Darwin³⁶. Como sabemos, essa teoria nos ensina que os seres vivos se encontram em permanente mutação, em decorrência de um processo natural de ordenamento e aprimoramento genético, feito a partir da supremacia dos elementos mais fortes (mais aptos) sobre os mais fracos (inaptos) de cada espécie. Ou seja, somos regidos por um sistema evolutivo que eliminando nossas fraquezas nos conduz sempre ao aperfeiçoamento. O que vale dizer, segundo essas regras, que hoje somos melhores do que fomos ontem e piores do que seremos amanhã.

Esse entendimento, rebatido para o campo social, tem nos induzido a fazer uma leitura preconceituosa do passado onde este, com freqüência, é visto como condição inferior ao presente e como algo que se encerra em si mesmo, sem nenhum rebatimento

³³ Mariani, Riccardo (1986) *A Cidade Moderna entre a História e a Cultura*. São Paulo. Nobel. 1986.

³⁴ idem, p. 27

³⁵ Corrente de pensamento filosófico desenvolvida por Augusto Comte, no século XIX, que tem na ciência e na razão a base de sua argumentação.

³⁶ Teoria que estuda a origem da espécie a partir de uma base comum.

no futuro. Assim, nossa missão como espécie seria a busca permanente do novo, pois é com ele que alcançaremos nosso aprimoramento genético e nele encontraremos o remédio dos nossos males. Esse pensamento nos remete ao que conhecemos como *o mito do novo ou tirania do novo*. De onde, certamente, vamos identificar as razões da associação entre os conceitos de *passado* e *atraso*, bem como, de *novo* e *progresso*. Isso, talvez, explique a nossa busca incessante pelo moderno e pela modernidade.

Como se sabe, em nosso país, esses conceitos têm assumido sentidos tão diversos quanto contraditórios servindo, inclusive, para justificar e maquiar uma boa parte dos acontecimentos de nossa história, no sentido de vesti-los numa roupagem mais adequada para serem apresentados à nação como algo inovadores, quando, em verdade, são rearranjos de velhos pactos políticos. Entre esses se podem citar: *Novo Império*, *Nova República* (em duas versões), *Estado Novo*, *Nova Capital*, *Moeda Nova* entre outros. Ou seja, ao novo busca-se associar o conceito de moderno e bom.

Nesse sentido, é interessante refletir sobre o que nos coloca Cunha sobre a questão da modernidade em nosso país:

Decididamente, esse é um país preocupado em ser “moderno”. Partidos políticos, empresários, executivos, sindicalistas de “resultados”, jovens jornalistas bem-sucedidos, todos reivindicam para si a bandeira da modernidade como se aí residisse a chave do futuro. Pelos menos desde o final do século passado, ofuscados pela opulência ou inferiorizados diante da imagem reluzente daquilo que chamam “primeiro mundo”, as elites brasileiras têm buscado colocar o país no que consideram ser os trilhos do progresso, na mão única da história.

Hoje, mais que antes, a palavra está impregnada de sentidos ambíguos e perigosos. Em seu nome, elegeu-se um Presidente que se apresentou à nação com uma aparência cuidadosamente construída: jovem, atlético, dinâmico, arrojado - a própria corporificação messiânica da “modernidade”, capaz de atualizar o país e guindá-lo para fora do seu atraso secular. Rapidamente, no entanto, o sonho da modernidade transformou-se em pesadelo.³⁷ Grifo original

Ainda sobre a relação entre passado e presente cabe atentar para o que observa Mattos sobre os aspectos da constituição da memória e da história. Em estudo em que ela utiliza como referência a obra de Walter Benjamin (1892-1940)³⁸ são discutidas as duas possibilidades de relacionamento com o passado apontadas por Benjamin: “*a relação da identificação ou da repetição e a da construção*”.

³⁷ Cunha, Maria Clementina Pereira (1991) *Patrimônio Histórico e Cidadania: Uma Discussão Necessária* in o direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/DPH. São Paulo; DPH, 1992.

³⁸ Mattos, Olgária (1991) *Memória e História em Walter Benjamin* in O Direito à Memória.

A primeira, *a da identificação*, que também seria caracterizada por Marx no seu **18 Brumário** como um mecanismo *de defesa histórico, justamente para evitar, prevenir o novo que assusta*, nos remetendo assim a uma reedição do passado, ou seja a uma identificação com coisas mortas. Nessa ótica seria o passado que iluminaria o presente. Entretanto, conforme observa Marilena Chauí analisando esse mesmo tema, Marx ao afirmar que existe apenas a ciência da história e que esta tem como objeto o presente, estaria afirmando não só que o presente é feito à luz do passado, mas também que *“o presente só se transforma verdadeiramente se compreender o passado para não repeti-lo”*.³⁹ Pois, a repetição do passado sempre será uma farsa.

A segunda relação de que nos fala Mattos, a *da construção*, tem um sentido oposto a primeira e estabelece que o presente é que iluminaria o passado pois, segundo Benjamin *“os acontecimentos do passado ou seus fragmentos só ascendem a uma legibilidade em um espaço e um tempo determinado e não necessariamente no instante que os viu nascer”*. Da mesma forma, *“o passado não permanece tal como gostaríamos que permanecesse, como dele só nos restam fragmentos que nos vêm aos pedaços, (...) não existe um controle do tempo histórico segundo o qual o presente possa compreender em toda sua inteligibilidade o passado”*. Essa concepção do processo histórico nos possibilitaria penetrar no passado e construí-lo a nossa maneira porque *“O passado não é um continuum passado, presente, futuro. O passado não é devir abstrato de tempo, o passado são fragmentos; do passado só nos resta um monte de tijolos”*.⁴⁰

O que Benjamin nos alerta, conforme observa Mattos, é que a história tem sentido amplo, múltiplo, não é uma ciência exata onde se podem estabelecer mecanismos de análise por meio de uma equação matemática. Ela é *labirintica* como afirma Benjamin. E que para entendê-la torna-se necessário despir a racionalidade analítica que tanto insistimos em vestir. Pois, a previsibilidade e o encadeamento dos fatos tal qual se deseja não existe, posto ser impossível controlar o tempo e determinar a ordem dos acontecimentos. A riqueza da história consiste exatamente na sua indeterminação, no seu inesperado... *“Pois a dedução tem como seu principal rival os **acazos da história**”*⁴¹. Grifo original.

³⁹ Chauí, Marilena (1991) Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico in O Direito à Memória op. cit.

⁴⁰ Mattos, Olgária (1991) op. cit.

⁴¹ idem

Assim retoma-se o ponto inicial de nossa colocação onde se questiona a racionalidade que se costuma utilizar na análise do nosso processo histórico, a partir de uma leitura linear do seu desenvolvimento, com passado, presente e futuro seqüencialmente bem definidos. Portanto, nessa visão *Benjaminiana* da história (com perdão do neologismo) é interessante perceber que a transversalidade de tempo dos acontecimentos rompe com a lógica do ordenamento histórico e com a noção de passado como inferior ao presente, dando-lhe dinâmica e amplitude.

Desse modo, torna-se compreensível se falar em estudos como **Neolítico: arte moderna** (Ana Cláudia de Oliveira) e **Quarenta mil anos de arte moderna** (J. A. Maudit), trabalhos esses que buscam discutir a questão do novo e da modernidade, bem como, os conceitos de progresso e desenvolvimento, a partir da análise da produção artística ao longo do tempo.⁴²

Do mesmo modo, Ariano Suassuna, ao tratar do conceito de arte popular, também aborda a questão da tirania do presente (novo) sobre o passado (antigo) ao questionar o porquê da arte rupestre ser considerada como algo menor frente à denominada *arte moderna*. Nesse sentido, ele indaga o que a diminuiria da expressão artística atual, se ela (rupestre) apresenta, entre outras, uma qualidade gráfica e uma abstração formal semelhante aos bons exemplares da arte contemporânea. Como exemplo de seu argumento apresenta uma série de desenhos rupestres representando animais que, efetivamente, nos fazem refletir sobre o nosso conceito de contemporaneidade.

Ainda analisando esse tema, Suassuna critica a não inclusão da arte indígena como expressão artística brasileira e exemplifica essa contradição citando uma recente retrospectiva sobre arte brasileira, (realizada nas comemorações dos 500 anos do Descobrimento), onde não aparece em nenhum momento referência à arte indígena. Para ele, esses dois exemplos, retratam a forma preconceituosa em que muitas vezes nos relacionamos com o passado, buscando não reconhecer suas marcas, sobretudo, quando tratamos de manifestações culturais classificadas como populares.⁴³

Holanda, ao analisar a relação entre os conceitos de formalidade e urbanidade, também aborda esse tema ao nos apresentar exemplos eloqüentes sobre a similaridade

⁴² Esses trabalhos foram citados por Nilson Moulin Louzada no texto *Diferentes Suportes para a Memória* in o direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/DPH.op.cit.

⁴³ Essa questão foi abordada por Ariano Suassuna em uma de suas aulas espetáculo exibida recentemente na TV Cultura de São Paulo.

entre formas urbanas em diversos períodos da história, além de aspectos sociais geradores desses espaços muito próximos entre si. Em seu estudo, *O Espaço de Exceção*, Holanda busca, especialmente, demonstrar as semelhanças mórficas entre Brasília e diversas formações espaciais pré-históricas ou pré-capitalistas, a partir da análise da dimensão estrutural da ordem social que compõe essas sociedades.⁴⁴

1.2. O Espaço Urbano Moderno

Ao se abordar as questões anteriormente colocadas têm-se o intuito de introduzir elementos para uma reflexão sobre a história da cidade e, particularmente, sobre o que conhecemos como *cidade moderna* e o espaço dela decorrente. Essa denominação, conforme se sabe, tem entendimento ambíguo e está impregnado de intenções e de contradições, pois ao tratá-la, surgem aspectos de temporalidade e de constituição espacial, difíceis de precisar.

O primeiro problema aparece quando se busca identificar o surgimento da cidade moderna e os elementos que lhe caracterizam. Sem dúvida, essa é uma pergunta de difícil resposta, pois, ao tentar respondê-la, temos de remontar a própria origem da cidade uma vez que elementos constitutivos comuns à sua estruturação parecem passar a sua história desde sempre.

Vários autores reconhecem a dificuldade em estabelecer um período exato em que a cidade passa a se caracterizar como moderna, pois como já se observou, as idéias urbanísticas e suas concretizações não obedecem a uma cronologia seqüencial.

Hall reconhece esse problema ao apontar a sua dificuldade em determinar os limites temporais para contar a história do planejamento urbano do século XX, objetivo de seu livro já referenciado. Essa dificuldade, conforme sua explicação, surge em decorrência do urbanismo moderno aparecer como contraponto à cidade industrial do final do século XIX (a partir dos anos 1880) que, por outro lado, começa a se formar por volta dos anos de 1840. Porém, conforme observa o autor, as idéias de sua constituição podem ser rastreadas bem antes, talvez pelos anos de 1500.⁴⁵

Benévolo, em seu clássico *História da Arquitetura Moderna*, também reconhece essa dificuldade cronológica ao tentar delimitar os limites de aplicação do termo

⁴⁴Holanda, Frederico de (1997) *O Espaço de Exceção* Tese apresentada na Universidade de Londres para obtenção do título de Ph.D. em arquitetura. Brasília. (mimeo).

⁴⁵Hall, Peter (1988), op. cit. p. 8

Movimento Moderno em relação ao passado, e nos apresenta três possíveis versões para estabelecer esse limite e tentar caracterizar o seu começo, "segundo o que se entenda por começar".⁴⁶

A primeira versão nos remete ao final do século XVIII e início do XIX, nos primórdios da revolução industrial, em função de todas as modificações tecnológicas, sociais e culturais decorrentes de seu desenvolvimento. A segunda nos leva para o ano de 1862, quando William Morris põe em prática a seu pensamento urbanístico por meio da criação e atuação da firma *Morris, Faulkner, Marshall & Co.* A terceira versão define o ano de 1919, momento em que Gropius abre a escola de Weimar na Alemanha.⁴⁷

Mariani também aponta a segunda metade do século XVIII, como o período que pode ser caracterizado como de surgimento de um novo espaço urbano, ou seja, da cidade industrial, um preâmbulo da cidade moderna. Isso graças ao uso da força motriz a vapor como fonte de energia, o que alterou toda a relação dos meios de produção da época e causou uma grande transformação social e espacial em toda a Europa, começando pela Inglaterra e se estendendo a seguir por todo o continente.⁴⁸

Esse dramático processo de transformação social, conforme observa Mariani, ao mesmo tempo em que gerava novos senhores da vida urbana, os donos do capital industrial e competidores da velha burguesia rural, também produzia um deslocamento da população rural para as cidades em busca das alternativas de sobrevivência oferecidas pelos novos estabelecimentos industriais (leiam-se fábricas). Visto que, os novos meios de produção, provocaram a redução da utilização da mão-de-obra no campo, gerando um enorme contingente de desocupados que, de uma hora para outra, tiveram de buscar sua sobrevivência na área urbana. Entretanto, as cidades não estavam preparadas para suportar toda essa pressão populacional e, tampouco, para oferecer trabalho a tanta gente. O resultado desse imbróglio social, conforme se sabe, gerou uma profunda alteração no modelo urbanístico até então conhecido, provocando a deterioração do ambiente urbano, rompendo com regras culturalmente difundidas e assimiladas ao longo dos tempos e que, de alguma maneira, determinavam certo equilíbrio espacial na cidade.

⁴⁶Benévolo, Leonardo (1976) *História da Arquitetura Moderna*. Editora Perspectiva. São Paulo. 1976.

⁴⁷Idem

⁴⁸Mariani, Riccardo (1986) op. cit. p. 1

Situação muito semelhante a que se está vivenciando no atual momento histórico, por conta da ordem econômica mundial vigente e dos avanços tecnológicos, que insistem em concentrar riquezas e reduzir postos de trabalho, empurrando para os grandes centros urbanos, um contingente enorme de pessoas em busca de alternativas de vida que seus locais de origem já não oferecem. Assim, se tem assistido, cotidianamente, a acelerada deterioração do ambiente urbano na grande maioria das cidades do mundo, notadamente, nos países classificados como periféricos.

Entretanto, reconhecendo essa dificuldade cronológica torna-se importante, mais do que tentar precisar o período de surgimento do urbanismo moderno, buscar entender as motivações do seu surgimento e os elementos que o caracterizam. Conforme foi colocado anteriormente, somos levados a acreditar que elementos constitutivos comuns às cidades têm atravessado à sua história desde sempre e que para identificá-los seria necessário remontar à sua origem.

O primeiro elemento poderia ser identificado no desejo do homem em controlar a natureza, domando a sua *agressividade* e produzindo um contraponto à realidade que lhe é oferecida. Essa, muitas vezes, vista como hostil, irracional e desordenada seria, portanto, merecedora de ajustes. Oscar Wilde tem uma humorada observação que expressa muito bem esse sentimento e que vale a pena lembrar: *“A natureza é desconfortável. O mato é áspero, úmido e cheio de horríveis insetos. Se a natureza fosse confortável, jamais a humanidade teria inventado a arquitetura.”*⁴⁹

A história mostra que é o sentimento de racionalidade, organização e ordem que tem movido à formação das cidades e levado diversos pensadores, em tempos distintos, a idealizarem utopias de um mundo diferente do real e a construírem cidades imaginárias onde a racionalidade humana e a harmonia das formas triunfariam e nos devolveriam o tão sonhado paraíso que nos foi tirado. Conforme observa Segre, citando Arendt e Rama, *“a cidade desde as suas origens constitui uma abstração humana que se contrapõe à desordem da desenfreada variedade da natureza (Hannah Arendt) e não nasce da memória, mas sim do sonho da ordem (Angel Rama)”*⁵⁰.

Portanto, é compreensível que sobreviva em nosso imaginário a busca de materialização de territórios e espacialidades como os descritos na *República* de Platão

⁴⁹ Apud Toledo, Benedito Lima in *O Ecomuseu*. Comunicação feita no Seminário Arquimemória I. São Paulo 1982. Mimeo.

⁵⁰ Segre, Roberto (1991) *Havana: O Resgate Social da Memória*. in DPH /1992 São Paulo. op. cit.

(século IV a.C.), na *Utopia* de Thomas Morus (1516), na *Cidade do Sol* de Tommaso Campanella (1602), na *Nova Atlântida* de Francis Bacon (1627), no *Eldorado* de Voltaire (1767) e por que não na *Cidade Radiieuse* de Le Cobursier (1935) e nas propostas subseqüentes de seus discípulos.

Na tentativa de explorar um pouco mais a questão da origem da cidade, para identificar traços comuns entre os distintos modelos urbanos desenvolvidos ao longo do tempo, torna-se oportuno retomar a discussão de aspectos históricos que a primeira vista parecem muito distante de nós.

Estudos antropológicos nos mostram que no mundo ocidental, os primeiros registros de agrupamentos humanos estáveis datam de cerca de três mil anos antes da era cristã, quando as populações nômades da região da Mesopotâmia começam a se fixar de forma definitiva, em pequenas aglomerações em torno dos rios Tigre e Eufrates. Esses primitivos agrupamentos têm o objetivo de enfrentar as intempéries da natureza, criar defesas comuns ao mundo selvagem e, ao mesmo tempo, delimitar a posse territorial de um determinado grupo social sobre uma área de interesse.⁵¹

Diversos autores referenciam esse local e período como a origem dos assentamentos humanos no mundo ocidental.⁵² Entretanto, não podemos deixar de referenciar a situação no Continente Americano onde o mundo pré-colombiano, com as culturas Maias, Astecas e Incas já apresentava estruturas urbanas consolidadas em torno de 2000 anos antes da era cristã.⁵³

Esse sentimento de posse territorial estável se materializa por meio da delimitação de um espaço individual dentro de certo território, onde cada membro do grupo constrói seu abrigo e guarda seus alimentos e animais. Esse abrigo, fechado para o exterior e com apenas uma ligação (acesso) com este, era denominado recinto e identificado pelo termo indo-europeu *ka*, origem do termo latino *casa* e de muitos outros relacionados com esse tema.⁵⁴

A partir do agrupamento de vários desses abrigos inicia-se a construção das primeiras formações urbanas e, conseqüentemente, de um sistema socioprodutivo que,

⁵¹ Lombardi, Giorgio (1991) op. cit. p. 83.

⁵² Reis, Nestor Goulart (1967), op. cit., p. 1. referenciando estudos de Pierre Lavedan, *Histoire de L'Urbanisme: antiquité – moyen âge*, também aponta essa mesma época e região como local dos primeiros registros sobre problemas relativos à urbanização. Inclusive, referencia a provável existência de alguns documentos sobre planos de cidades novas no Egito nesse período.

⁵³ Holanda, F. (1997) op. cit. apresenta o período de 900 - 1600 AD como um dos importantes períodos da cultura Maia. p. 126

⁵⁴ Lombardi (1991) op. cit. p. 83.

lentamente sofisticado no decorrer dos tempos, viria possibilitar o desenvolvimento de toda a complexidade urbana que hoje conhecemos.

A consolidação e sofisticação desses agrupamentos seriam a origem das cidades no continente europeu e, especialmente, da Cidade Latina, cujo modelo urbano desenvolvido no decorrer dos séculos, por meio da especialização intensa das funções espaciais e sociais, com determinações dos locais de encontros individuais e coletivos da população, dominou por longo período toda a bacia do Mediterrâneo, a partir da moldagem de um sistema social preciso e organizado baseado na ordem e hierarquia, tão bem apropriado e aperfeiçoado pelos romanos.⁵⁵

Contudo, a partir da derrocada do Império Romano, em decorrência da invasão *bárbara*, esse modelo urbano entrou em colapso dando origem a um novo arranjo espacial, totalmente diverso do modelo latino. Conforme se sabe, *os bárbaros* eram povos seminômades vindos do centro da Ásia e norte da Europa, que possuíam valores sociais totalmente distintos do mundo romano (latino). E, ao imporem aos vencidos uma nova ordem social esta implicava, entre outros aspectos, na constituição de um sistema urbano diferente, pois a formalidade e a hierarquia de utilização dos espaços urbanos existentes no mundo recém conquistado, não faziam o menor sentido frente aos seus valores.

Para entendermos um pouco mais essa transformação urbana é preciso lembrar que a estrutura organizacional desses povos vindos do norte baseava-se em grupos sociais mais homogêneos, igualitários, pouco hierarquizados e com uma participação maior dos seus componentes nas tomadas de decisões do grupo. Nesses termos, suas cidades, refletindo esses valores, eram construídas de forma distinta do modelo latino, com predominância dos espaços coletivos em detrimento dos espaços individuais e onde as casas tinham dimensões mínimas e delimitações comuns entre elas (tipo construções geminadas). Dessa forma, não viam sentido na existência de espaços e construções tão diferenciados e hierarquizados visto que a cidade era utilizada de maneira indistinta por todos.⁵⁶

O natural conflito entre essas duas visões de mundo foi tão intenso que, inicialmente, na Itália, conforme informa Lombardi, a população *bárbara* se recusou a

⁵⁵ Idem. p.84.

⁵⁶ Idem, p. 84

ocupar as cidades conquistadas optando por construir novas cidades, pois julgava a cidade latina hostil e inadequada para o sistema social em que vivia. Posteriormente, passado o choque inicial, os bárbaros paulatinamente resolvem assumir a ocupação das cidades existentes, contudo, a partir da utilização de elementos da sua cultura, o que alterou significativamente a estrutura urbana encontrada gerando assim, uma rica trama de formas e arranjos que vai pautar o desenvolvimento das cidades no mundo europeu e das suas conquistas territoriais a partir de então.

Desse modelo de ocupação assumido pelos novos dominadores surgem as conhecidas cidades medievais e as cidades góticas que com suas casas amparadas umas nas outras, com poucos vazios urbanos (decorrente da ocupação intensa das áreas entre as grandes construções) e com seus espaços menos hierarquizados e formalizados, trazem um novo modelo urbano de assentamento. Também estabelecem uma outra relação entre a construção individual e o espaço coletivo, lugar onde passa a acontecer toda a vida social da população. Nesse sistema, os grandes proprietários passam a morar fora da cidade, em seus castelos isolados, o que viria a se constituir uma das características espacial da estrutura social da época.



Ruínas do Fórum Romano – Cotrim, Gilberto (1997) Saraiva 1997.



Barcelona tendo à direita o Bairro Gótico e à esquerda o *Eixample* (parte nova) de Ildefonso Cerdá – catálogo turístico 1995

Sobre essa grande reformulação urbana, onde cidades inteiras foram refeitas e redesenhadas, Lombardi observa que: *"Na Roma de 1200 não existiam mais palácios: existiam fileiras de casas e casas em torno do pátio e as construções feudais que se integravam aos restos dos edifícios precedentes, mais ou menos protegidos das novas obras de caráter puramente funcional."*

Para explicitar um pouco mais esse choque cultural e o ambiente urbano que se criou é oportuno recorrer uma vez mais às observações de Lombardi sobre esse momento europeu dos anos 1200 e início dos 1300 de nossa era.

Toda a vida coletiva está do lado de fora, na rua, nos lugares onde pulsa toda a vida da coletividade. Não é mais a dimensão especializada, mas a rua se torna o elemento fundamental da vida coletiva de toda a cidade. Então se notam estas extraordinárias características que o proprietário de uma casa, quando quer enfeitá-la porque a sua vida produtiva lhe permite () então antes de tudo cabe enfeitar decorar ou pintar as fachadas da casa e não seu interior. (). O embelezamento da casa é uma homenagem à cidade, é uma decoração que o privado quer oferecer ao prazer de todos; ().

Em 1300, até o início de 1400, temos esta identificação que advém da cultura nórdica, da cidade como bem coletivo e a cidade latina, bem diferente, bastante fechada na sua privacidade e embelezamento do edifício particular, se rende a esta revisitação cultural profunda.⁵⁷

⁵⁷ idem, p. 85.

Porém, a partir de meados de 1400, esse sistema urbano volta a ser alterado por conta do surgimento de uma nova classe social – uma espécie de *burguesia urbana*, composta de poderosos comerciantes, que ao ascender economicamente, passam a assumir o controle da cidade, fazendo ressurgir a diferenciação social e econômica entre a população desses núcleos urbanos. Portanto, torna-se inevitável a exigência por espaços diferenciados que possam atender as necessidades dos novos senhores. E para atender essas exigências há de se buscar um modelo fora do sistema vigente, pois este não satisfazia mais aos anseios da nova elite urbana. Ou seja, esse sistema não tem mais poder de resposta frente às novas demandas que o capital impõe. Entretanto, seria necessário que esse novo modelo tivesse representatividade histórica, para que se pudesse construir uma memória, uma tradição para essa nova categoria social. Assim, essa burguesia se volta para o passado e, mais precisamente, para o modelo latino de arquitetura e cidade na busca de reviver um passado reconhecido por esta, como glorioso e caracterizado nas suas diferenças sociais.

Naquele momento, conforme observa Lombardi, o modelo da casa e da cidade greco-romana era bastante útil para se tentar remontar todas as diferenças sociais embutidas nesse sistema urbano, incluindo as distinções espaciais. Entretanto, essa remontagem histórica não poderia ocorrer, tanto tempo depois, com uma simples repetição do desenho dessas construções. É nesse momento, portanto, que entram os arquitetos do renascimento oferecendo as suas interpretações da casa latina, para satisfazer os anseios dos *emergentes* da época (para utilizarmos um termo contemporâneo para designar velhos conhecidos). A casa, então, dentro do modelo romano, se modifica assumindo na vertical o conceito da casa com pátio interno. Onde os diferentes pisos determinam a hierarquia social, antes determinada pelo número de pátios. Da mesma forma, a estrutura da cidade, com a construção de palácios e outras construções de grande porte em seu interior, reassume a hierarquização espacial por meio da caracterização construtiva.

Naquele momento, os arquitetos do Renascimento Leon Batista Alberti, Brunelleschi, Palladio, estão prontos a fornecer o novo modelo de casa para esta nova burguesia triunfante, (). O retorno ao passado metafórico para a cidade romana e para a casa romana pode ser útil para reconstruir as diferenças na cidade e as diferenças entre casas e habitações. Alberti explora a casa de Vitruvius e de, maneira totalmente inovada, imagina que o Palácio do renascimento seria a reconstrução da casa latina e imagina uma casa com pátio interno, uma casa que reconstruindo-se restitui um valor histórico à nova forma de habitar.

O palácio então se reconstrói dentro de uma cidade preexistente, já consolidada () mas não se fecha como se fechava a casa latina de modo total, ao contrário convive com a sociedade medieval.

O senhor do Renascimento pode e deve conviver com a população subordinada que está à sua volta e se abre com janelas, hierarquias simbólicas claramente expressas pelas ordens arquitetônicas.

O novo proprietário imagina que vive de novo um passado sonhado, mas sonhado de um modo absolutamente genial porque a casa com pátio de 1400 ou 1500, esse “palácio”, é a transposição metafórica da casa romana, não desenvolvida na horizontal, mas na vertical: a hierarquia que a casa romana tinha no primeiro pátio, no segundo, no terceiro, na forma horizontal onde podemos observar muito claramente em Pompéia, e também em Cuzco e ainda em muitas cidades da América Latina onde o modelo latino é tão vivo e tão perfeito quanto hoje em cada cidade européia.(...) ⁵⁸

É ainda interessante observar o que nos diz Lombardi sobre esse vai e vem dos modelos de constituição da cidade:

É neste pêndulo da história que o passado da cidade latina e o passado sucessivo do modelo da gótica e bárbara se sobrepõem. É o retorno do modelo latino através de uma seqüência hierárquica da nova aristocracia urbana que se mistura numa trama indissolúvel dentro da qual nós hoje somos chamados a trabalhar. Esta seqüência, este contínuo ir e vir da História sobre os dois grandes modelos dentro dos quais toda a civilização ocidental se encontra e desenvolve as suas cidades, da França á Itália, à Espanha, até à Alemanha, tudo está dentro destes dois modelos qualitativos impressionantemente misturados e que desenvolveram uma dialética, uma capacidade de tramas e de sobreposição extraordinária: aí está toda a nossa capacidade de leitura e de análise contemporânea. ⁵⁹

A partir dessa sumária leitura do processo de constituição do espaço urbano no continente europeu, pode-se deduzir que os nossos modelos de cidades – considerando o processo de colonização das Américas, estão fundados sobre sistemas urbanos concebidos em tempos passados que, em um primeiro momento, parecem não possuir nenhuma relação com nossas vidas. É interessante lembrar que no Brasil se vivenciou uma intensa atividade de projeção urbanística, ainda no século XVIII, onde um sem número de vilas e cidades foi construído, segundo os preceitos urbanísticos do mundo português de então, cujas bases se apoiavam nos princípios idealistas do renascimento europeu. Mesmo antes, nos séculos XVI e XVII, os portugueses já construíam suas vilas conforme um traçado urbanístico previamente elaborado, refletindo uma visão de mundo que se pretendia construir, como em Salvador (1549) e São Luís do Maranhão (1616). ⁶⁰

⁵⁸ Idem, p. 86

⁵⁹ Idem, p. 86

⁶⁰ Ver Delson, Roberta Marx, *Novas Vilas para o Brasil – Colônia: planejamento espacial e social no Século XVII*. Brasília. Ed. ALVA – CIORD, 1997, C 1979.

Esse sistema de constituição e desenvolvimento urbano fundamentado em tais princípios se mantém, sem grandes alterações no mundo ocidental, até meados do século XVIII com a Revolução Industrial. A partir de então profundas modificações nos meios de produção, de transporte e de consumo, ocasionadas pelas inovações tecnológicas e outros aspectos de ordem econômica e social, provocam o rompimento de relações seculares vigentes na sociedade e, conseqüentemente, transformações radicais na ocupação e utilização do espaço, tanto na área urbana como na rural.

Todas essas transformações no modo de vida da época levam ao surgimento de novas demandas urbanas, novos comportamentos sociais, novos conflitos e novas atribuições dos poderes constituídos e, naturalmente, exigem modificações no próprio funcionamento e estruturação político-administrativa dos centros urbanos. Pois, os organismos institucionais existentes não comportavam as novas atribuições e especializações que esse complexo quadro social e político demandava. É nesse contexto que vemos surgir um novo modelo urbano, com regras, ritmos e interpretações espaciais diferentes, o qual possibilitaria a formação do que viríamos denominar de espaço urbano moderno.

Mariani observa que frente a essa nova situação social de grande complexidade para todos e até então não vivenciada nessas dimensões, seria natural que seu enfrentamento fosse heterogêneo e propiciasse o surgimento de uma série de modelos urbanos com as mais diferentes leituras e cujas repercussões continuam a influenciar grande parte do pensamento urbanístico contemporâneo. Entretanto, pelas questões apresentadas podemos aferir que em sua grande maioria, essas proposições tinham em comum o senso da racionalidade, do pragmatismo e da *cientificidade*.⁶¹

Reis Filho, também trata dessa questão ao nos indicar que, em função dos métodos utilizados, podem ser identificadas duas linhas teóricas que conduziram o desenvolvimento desses modelos e, por conseqüência, definiram a cultura urbanística dos tempos subseqüentes. A primeira, conforme ele observa inspirada no pensamento positivista e de caráter mecanicista, recorria ao método dedutivo, buscando explorar os conhecimentos teóricos acumulados em vários campos do conhecimento científicos, confiando fortemente no poder de resolução da ciência. Esta era a Corrente Racionalista. A outra, denominada de Corrente Empirista, tinha inspirações românticas e

⁶¹ Mariani, R (1986) op. cit. p. 13. O termo *cientificidade* ele utiliza em outro trabalho: *Patrick Geddes e a Presença da História no Projeto Urbano*. In DPH /1992 . São Paulo. op.cit.

caráter antiurbano, trabalhando com o método indutivo e desprezando teorizações mais ambiciosas e, por vezes, as conquistas obtidas pela sociedade industrial.⁶²

Certamente, essas duas linhas teóricas apresentam uma série de derivações e, em alguns momentos, se apresentam muito próximas entre si. Reis Filho, cita ainda outras correntes de menores repercussões, mas que também se apresentaram como alternativas ao enfrentamento do mundo industrializado. Entre essas aponta a corrente organicista, cujo maior representante é Frank Lloyd Wright com sua *Broadacre City* e as proposições futuristas que pretendiam construir uma nova vida urbana.⁶³ Considerando o nítido alinhamento conceitual do objeto de estudo, Brasília, com o pensamento racionalista, este trabalho se concentrou na abordagem das proposições e implicações dessa linha teórica.

Conforme já observado, o tempo, além de sábio, tem seus próprios métodos e meios de costurar e mostrar seus feitos, aos quais, acrescenta também uma inconfessável dose de preguiça. Assim, essa passagem de um sistema urbano a outro e a consolidação do pensamento racionalista nessa área do conhecimento, apresentam múltiplas facetas e atravessam momentos distintos da história.

É sabido que o sentimento de racionalidade e o *sonho da ordem*, os quais temos cuidadosamente alimentado ao longo dos tempos, vêm desde sempre pautando o nosso processo de desenvolvimento urbano e que, essa desejada ordem social, tem intrínseca relação com a forma do espaço que construímos. Portanto, é fácil perceber que muitos governos, em diferentes períodos, entenderam que a planificação urbana poderia ser utilizada na afirmação dos seus propósitos políticos e administrativos.

Entre os infinitos exemplos que poderiam ilustrar essa questão, é interessante citar o que nos conta Delson a respeito do que se passou no processo de reconstrução de Lisboa, após o grande terremoto de 1º de novembro de 1755. Talvez, nesse episódio, se encontrem elementos que nos ajudem a compreender a lógica da planificação urbana vivida no mundo contemporâneo e, especialmente, em nosso país.

Após esse violento abalo sísmico, grande parte da área central da velha Lisboa estava destruída, particularmente, o setor do antigo comércio e a parte baixa da cidade. Naquele período, governava efetivamente o país o então primeiro-ministro Marquês de

⁶² Reis Filho, Nestor Goulart (1967) op. cit. p. 47

⁶³ idem.

Pombal⁶⁴ que, com mão de ferro, desenvolvia um programa de reforma político-administrativa de caráter iluminista em Portugal, cujos objetivos mais amplos eram inserir o reino português no mundo europeu da época. Assim como, ampliar e consolidar os domínios portugueses mundo afora e, fortalecer a participação do Estado no controle dos negócios. Para tanto, buscava instituir uma reorganização econômica e uma máquina administrativa estatal eficiente e centralizadora. Em suma, o objetivo era modernizar Portugal, para incorporá-lo às novas tendências do restante da Europa, considerada então como modelo de modernidade, e ampliar os domínios e os lucros da Coroa. Assim, a reconstrução de Lisboa acontece em um momento de grande transformação da sociedade portuguesa em termos sociais e econômicos, onde *reforma e eficiência* eram as palavras de ordem.

Nesse contexto era natural que surgisse um grande debate sobre o modelo urbanístico que deveria pautar a reconstrução da capital do reino. Ou seja, de qual posicionamento deveria ser escolhido o seu projeto de reconstrução: daquele que visava reconstruí-la segundo as suas formas originais, repetindo o traçado medieval e o desenho *desordenado* de suas ruas e becos. Ou daquele que incorporava os mais modernos conceitos urbanísticos europeus de ordenamento funcional e estético que floresciam na época sob a égide do Iluminismo, e propunha refazer Lisboa de forma diferente?

Conforme se sabe prosperou a segunda idéia, pois essa, naturalmente, representava todo o espírito modernizador que cobria Portugal naquele período. Vejamos o que nos diz Delson, sobre essa questão:

Muitos engenheiros com formação em arquitetura civil apresentaram diversos projetos para reedificar a área; alguns deles propuseram reconstruir as ruas seguindo o mesmo traçado medieval, ou conservando pelo menos algumas vias de circulação. Finalmente se adotou o único projeto que apresentava uma abordagem inteiramente nova; ele propunha "uma rede" muito complexa, composta de oito ruas de orientação norte - sul e nove dispostas do leste para o oeste. Essas ruas seriam o meio de ligação entre duas importantes praças.

O risco foi de autoria de Eugênio Santos, diplomado pela Aula de Fortificação Portuguesa, e Carlos Mardel, engenheiro militar húngaro. A natureza racional do projeto para o bairro baixo de Lisboa empolgou o Marquês de Pombal, que o apoiou entusiasticamente. Conforme observou José Augusto França, o esquema era perfeitamente concorde com a política do marquês, servindo de representação gráfica da atitude ordenada em relação ao governo. (...) três ruas serviriam de artérias principais de tráfego intenso e, ao mesmo tempo, seriam o eixo de direcionamento do trânsito de uma praça a outra.

⁶⁴ Com a morte de D. João V, em julho de 1750 assumiu o reino D. José I considerado um rei fraco, que delegou ao primeiro ministro todas as responsabilidades políticas e administrativas do reino. Pombal governou durante 27 anos (1750 - 1777). In Delson, R.M. (1997) op. cit. p.49.

(...) Os prédios dessas vias tinham altura e uma fachada regularizada, de modo que, num comprimento de 400 metros, não seria admitida "a mínima variação, a menor fantasia". Além disso, para aumentar a composição homogênea do bairro, cada rua deveria ter a sua própria especialidade comercial. Embora a Idade média tivesse sido fértil em precedentes dessa especialização de ruas, os novos regulamentos, aliados às novas prescrições de construção, levaram muitos críticos a se queixarem da opressiva monotonia da planta. Em que pesasse essa objeção, a planta da cidade "Baixa", foi executada; o descumprimento do novo código resultava na recusa da permissão de construir no novo bairro. ⁶⁵ (grifo original).

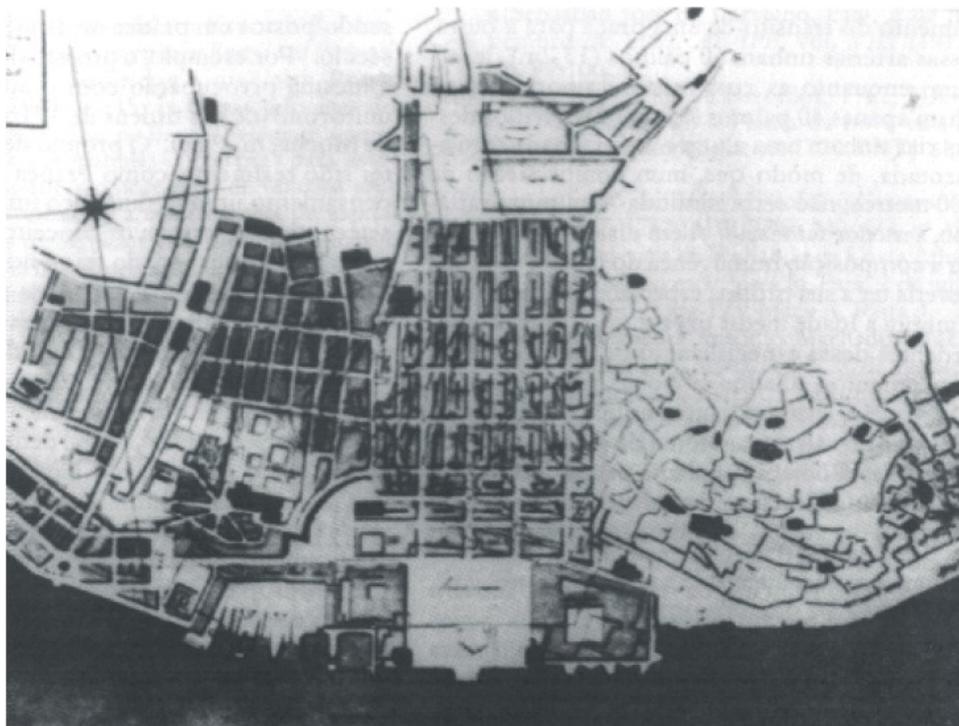
Esse episódio, conforme Delson, associado à experiência de construção de vilas e cidades no Brasil pelos portugueses, exemplifica como o Estado, no caso a corte portuguesa, havia adquirido consciência sobre a importância da planificação urbana como instrumento de "política estatal" e fator de afirmação e ampliação do poder constituído. *"Podendo servir para fins administrativos práticos e, ao mesmo tempo, ser esteticamente agradável"*. Nesse sentido, ainda observa, *"Pombal interpretou essa fórmula como condição indispensável do bom governo, acrescentando-lhe o seu reconhecimento da dimensão sociocultural do programa"*.⁶⁶ (referência ao programa de construção de vilas desenvolvido no Brasil no período pombalino).

⁶⁵ Delson, R. M.(1997) op. cit. p. 64. Ao citar José Augusto França, Delson está se referindo a obra desse autor *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* (Livros Horizonte, Lisboa, 1965 p.74) de onde foi retirada a citação.

⁶⁶Idem. p. 64 e 65.



Lisboa antes da reforma Pombalina séc XVI – Delson, R.M. (1997)



Lisboa depois da reforma Pombalina, após o terremoto de 1.11.1755 – Delson, R.M. (1997)

Obviamente, não se está tentando encontrar ligações entre esse episódio e a construção de Brasília, o que se busca é refletir sobre motivações comuns que perpassam a história e como o espírito da modernidade tem conduzido o processo de desenvolvimento urbano ao longo dos tempos e nos levados a produzir as mesmas respostas para velhas questões. Talvez, seja porque não sejamos tão modernos e inovadores como gostaríamos que fôssemos e, assim, somos levados a repetir soluções já utilizadas em outros tempos. Ou ainda, seríamos, como diria a poesia de Caetano Veloso: (...) *velhos homens humanos chegando, passando, atravessando...*⁶⁷

Em relação a esse tema cabe citar Holanda quando ele trata das evidências históricas dizendo:

“Acontecimentos sociais não são inventados do nada todos os dias. A história pode até ter causas acidentais, mas o âmbito no qual a ciência está – e só poderia estar - interessada, é o âmbito das causas racionais, que *são potencialmente aplicáveis a outros países, outros períodos, e outras condições, e levar a generalizações frutíferas*”⁶⁸ (grifo nosso)

Para concluir essa questão julga-se oportuno refletir um pouco sobre como a questão do planejamento urbano chega ao século XX e como se consolida o que convencionamos denominar de movimento moderno.

Conforme nos conta Mariani até o 1º Congresso Internacional de Urbanística realizado em Londres (1910), onde a primeira revista de urbanismo foi apresentada, parecia haver um entendimento comum entre os urbanistas da época sobre a multiplicidade e complexidade do espaço urbano (cidade). Esse entendimento partia do reconhecimento das condicionantes sociais, ambientais e econômicas que lhe dão forma e das diversas influências culturais a que o espaço está submetido, em decorrência da contribuição cotidiana de cada habitante. Desse modo, a cidade era entendida como um conjunto de fatores socialmente organizados ao longo dos tempos, ou seja, era fruto de uma trajetória histórica da sociedade que a construía.⁶⁹

Esse entendimento, amparado na preocupação com o processo histórico de formação das cidades e com a preservação da diversidade de valores da vida urbana, sustenta toda a cultura urbanística européia da época, e de alguma maneira fornece o suporte técnico às principais propostas urbanísticas desse período.⁷⁰

⁶⁷Caetano Veloso, cantor e compositor brasileiro, in *Americanos. Circulador de Fulô ao Vivo* (1992).

⁶⁸Holanda, F. de (1997) op. cit. p. 37. No trecho grifado ele está citando E. H. Carr (What is History?) 1961.

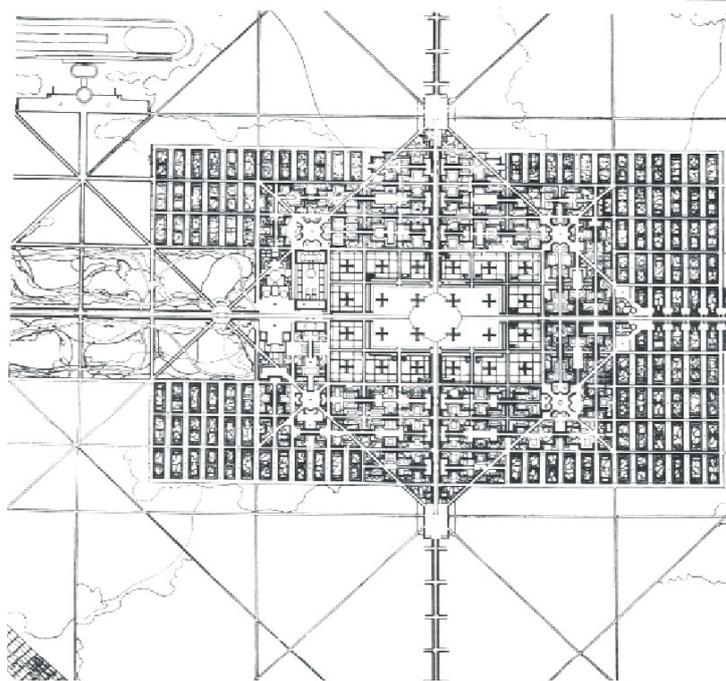
⁶⁹Mariani R. (1992) op. cit. p. 60

⁷⁰Mariani, R. (1992) op. cit. p. 60

Entretanto, toda essa visão urbanística começa a mudar radicalmente a partir do final da primeira grande guerra, muito em função da necessidade de serem encontradas novas bases – técnicas e econômicas, para a reconstrução da estrutura urbana européia, tão castigada pelos horrores da guerra. Em 1923, durante o Congresso de Estrasburgo (Alemanha), Le Corbusier, causando grande espanto entre os presentes, apresenta pela primeira vez a sua proposta para a solução de moradia em Paris. Seu projeto consistia em derrubar toda a parte velha da cidade, às margens do rio Sena, e, em seu lugar, construir uma “série de torres” com capacidade de abrigar três milhões de pessoas.

Esse “*grande projeto de sistematização demográfica*” é apresentado, conforme observa Mariani, sem nenhuma justificativa de ordem social, técnica ou econômica e também sem nenhuma explicação sobre o tráfego, ou seja, não se sabia como as pessoas iriam circular por esse espaço.⁷¹ E nessa falta de justificativas para tão radical intervenção, nos chama atenção para o fato de que, nesse momento, ocorre uma ruptura fundamental no pensamento urbanístico da época e que iria ser determinante na construção da história da cidade. Pois é exatamente aqui, segundo ele, que se passa do entendimento de *Plano Urbano* para a idéia de *Projeto Urbano*. E qual seria a diferença entre os dois? O próprio Mariani explica: “*O plano é concebido como uma complexidade de intervenções, de inteligências, de cultura, de saberes, e que possui uma projeção duradoura no tempo. Ao contrário, o projeto é uma forma proposta e aplicada sobre qualquer realidade sem nenhuma consideração pela história.*”

⁷¹Idem, p. 60



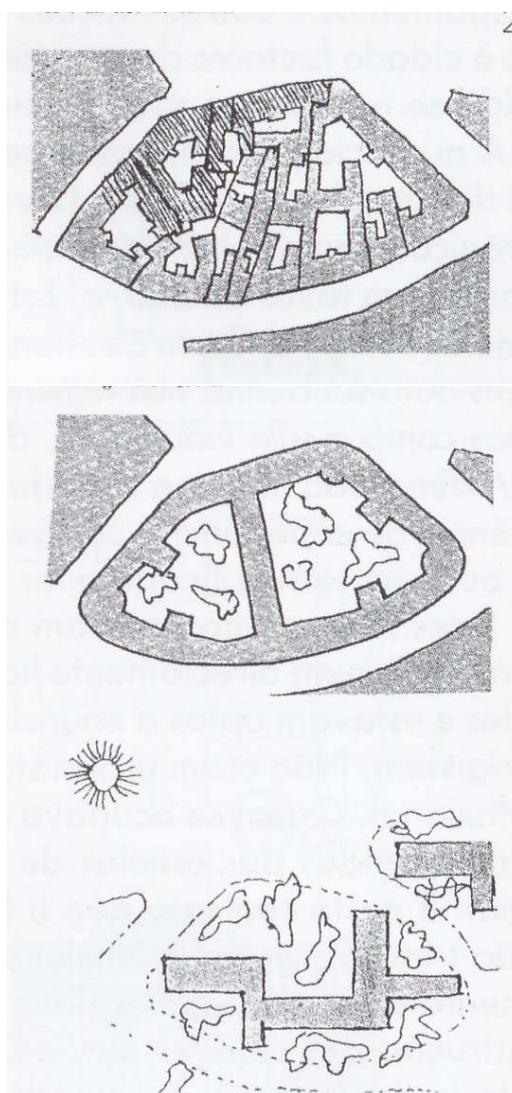
Projeto de Le Corbusier para reforma de Paris – 1922 – Blakle Peter (1966) Record. 1966

Tentando explicar quais as razões para que uma idéia tão “simplista e bárbara” como essa - “(...) derrubar o centro de uma cidade como Paris para assentar três milhões de pessoas” encontre tanta acolhida e produza desdobramentos que vão dominar a história do urbanismo durante todo o século XX, aponta “a idéia de cientificidade” como a sua grande base de sustentação. Esta, por sua vez, está fundamentada no sentimento de catástrofe, algo que a todos aterroriza.⁷² Ou seja, é a apresentação de um tratamento aparentemente simples e científico para a resolução dos problemas urbanos o que causa tanta admiração, pois é no campo das ciências exatas que prospera o sentido de objetividade, racionalidade e, sobretudo, de neutralidade. Todos almejam uma resposta científica para as graves questões que a cidade enfrenta e se possível expressa numa fórmula. Ademais, a ciência embute a idéia de verdade e, portanto, não gera questionamentos.

O autor sustenta essa convicção afirmando que toda a cultura urbanística racionalista moderna ampara-se em uma “terrível falsificação histórica”, nitidamente positivista que foi montada, a partir de uma equação de imagens gráficas, inicialmente nos anos de 1920, na Alemanha, e depois ensinada nas escolas de arquitetura em todo o

⁷²Idem p.61

mundo, sem grandes questionamentos. Essa equação mostra, à semelhança da teoria evolucionista de Darwin⁷³, o surgimento do espaço modernista como uma evolução natural do espaço urbano apresentado na seguinte seqüência: *bairro velho*, *bairro novo* e *bairro moderno*. Ou seja, parte-se do espaço medieval, caótico e desordenado, depois passa-se pelo espaço da construção única dentro do lote, com pátio e jardim para, finalmente, chegar-se ao espaço moderno, com as construções soltas no espaço, limpo e cientificamente produzido.⁷⁴



Montagem sob desenhos Le Corbusier: bairro antigo, bairro novo e bairro moderno.
In Mariani, Riccardo (1991) DPH/SP 1992.

⁷³ Tema já referenciado no início desse capítulo.

⁷⁴ Idem p. 64

Sabe-se que as evidências históricas demonstram um processo diferente de construção do espaço urbano, conforme já se discutiu. Para reforçar esse entendimento, apóia-se uma vez mais no que nos diz Mariani sobre a montagem histórica que se pretende criar com esse conjunto de imagens:

Vocês podem ver que esta imagem é apreendida rapidamente, é assimilada de imediato, pois estamos habituados a consumir este gênero de imagem. Nós o vemos todos os dias, desde que somos pequenos (...). Entretanto, uma primeira constatação: este conjunto de imagens constitui uma falsificação histórica, uma terrível falsificação.

Primeiro, porque a primeira imagem que vêem não está no lugar certo, deveria estar no lugar da segunda, pois originalmente a casa, o *ilot*, está construída, limpa com jardim no pátio, em sintonia com a especulação imobiliária. Com a ausência do espaço urbano se deve construir dentro do pátio e assim se ocupa o espaço do pátio, razão pela qual a primeira imagem, na realidade é a segunda. Mas se deslocarmos a imagem, a terceira imagem deixa de ser conseqüente, isto é, a terceira imagem deixa de ser natural, interrompe-se a seqüência, portanto, a equação não funciona mais. E então a cientificidade salta.

(...) A terceira imagem também se constitui numa falsificação histórica. Ou seja, o velho bairro que se tornaria limpo representa a solução científica moderna. Ai está, agora começamos a perceber que tudo isso é falso.⁷⁵

Agora nos resta buscar entender como todo esse sistema urbano foi estruturado e a partir de que base tem se sustentado ao longo de todo esse tempo. Como já se disse, um de seus principais sustentáculos se refere ao sentido de catástrofe e sua utilização como instrumento de persuasão. Mas como isso acontece? Para tentar entendermos torna-se necessário recorreremos à história, especialmente a situação da França em meados do século XIX (1830/1870) e uma vez mais a Mariani.

Como se sabe dois principais argumentos foram utilizados para realizar a grande reforma de Paris promovida por Napoleão III e executada por Haussmann, nos anos de 1850⁷⁶: a **questão higiênica** (saneadora) e a **questão militar** - o controle da cidade visto os freqüentes motins (1830/1836/1848). Ambos, conforme revelam os arquivos da época, se mostrariam insuficientes para justificar tal ato. O primeiro sustentava que a estrutura física da cidade, com suas vielas medievais sujas, propiciava a propagação da terrível epidemia do *Cólera*, vinda do norte, especificamente da Ásia, da região de Sumatra e que assolava Paris em 1830.⁷⁷

⁷⁵ Idem. p. 64 e 65.

⁷⁶ Napoleão III, imperador Francês e Haussmann prefeito de Paris durante esse período.

⁷⁷ Para darmos à dimensão dessa tragédia basta dizer que em seis meses haviam morrido 23.000 em Paris. In Mariani R. (1991) op. cit. p. 61

Entretanto a comissão criada pelo governo francês para estudar as causas dessa epidemia e preparar as defesas da cidade contra o *Cólera*, constituída pelos mais respeitáveis médicos desse período, aponta de forma contundente que a estrutura física da cidade não é determinante na propagação da doença. E sim as precárias condições de vida das pessoas, ou seja, a fome e a miséria.

A comissão examina todos os relatórios e a resposta é negativa. As condições físicas da cidade não contribuíram para a difusão do cólera. Ali se encerra a descrição da comissão que redige mil páginas belíssimas porque se descobrem coisas muito contraditórias. Apresento dois pequenos exemplos: todos pensarão com pensei eu, que, nos bairros expostos ao norte, teria havido mais mortos, mas não foi assim. Todos imaginavam que nos bairros mais ventilados teria havido menos mortos, contudo não foi assim. Todos supunham que no térreo das casas teria havido mais mortos, porém não foi assim. Houve mais mortos nos andares superiores. Em suma, tudo aquilo que se pode pensar é contrariado pelos resultados da pesquisa.

Então a pergunta é: por que as pessoas morrem? Existe uma resposta elementar. As pessoas morrem porque têm fome, no sentido de que morrem os fracos, os fortes não morrem. Então as condições físicas da cidade não pesam. São determinantes, ao contrário, as condições físicas das pessoas.⁷⁸

O outro argumento, de ordem militar, defendia que o controle do centro histórico de Paris era impossível pelas tropas do governo tendo em vista o emaranhado de ruas e becos de sua estrutura espacial, o que facilitaria extraordinariamente a sua ocupação pelos revolucionários. Porém, correspondências trocadas entre os líderes revolucionários contradizem essas afirmativas, pois nessas afirmam que não têm interesse de ocupar o centro da cidade, considerando a impossibilidade em manter o seu controle, exatamente em função da sua planta desordenada. Ou seja, a dificuldade era a mesma para os dois lados. Sobre isso nos conta Mariani:

(...) os revolucionários – veja-se Proudhon e outros – escrevem já nos anos trinta que ocupar o centro de Paris é um suicídio, pois o Centro Histórico foi concebido de maneira a não ser passível de ocupação pelos revolucionários e, sobretudo, os revolucionários não conseguem manter o Centro Histórico. E a demonstração simples é que as barricadas são feitas nos Faubourgs Saint Antoine, Saint Martin, os mais periféricos, isto é, aqueles onde as ruas são mais largas, onde já existem as alamedas compridas e, portanto, já é uma demonstração de como a necessidade militar não existe.⁷⁹

Seguramente, esses dois argumentos não foram únicos, porém foram suficientemente fortes para criarem um sentimento de catástrofe junto à população e

⁷⁸ Mariani R. (1991) op. cit. p. 61

⁷⁹ Idem p. 62

promoverem um consenso sobre a necessidade de urgentes reformas na estrutura física da cidade. Obviamente, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo poder constituído. Ou seja, transformemos os espaços ou a tragédia será inevitável. Ou ainda, como diria Le Corbusier: "*Arquitetura ou revolução. Podemos evitar a revolução*".⁸⁰

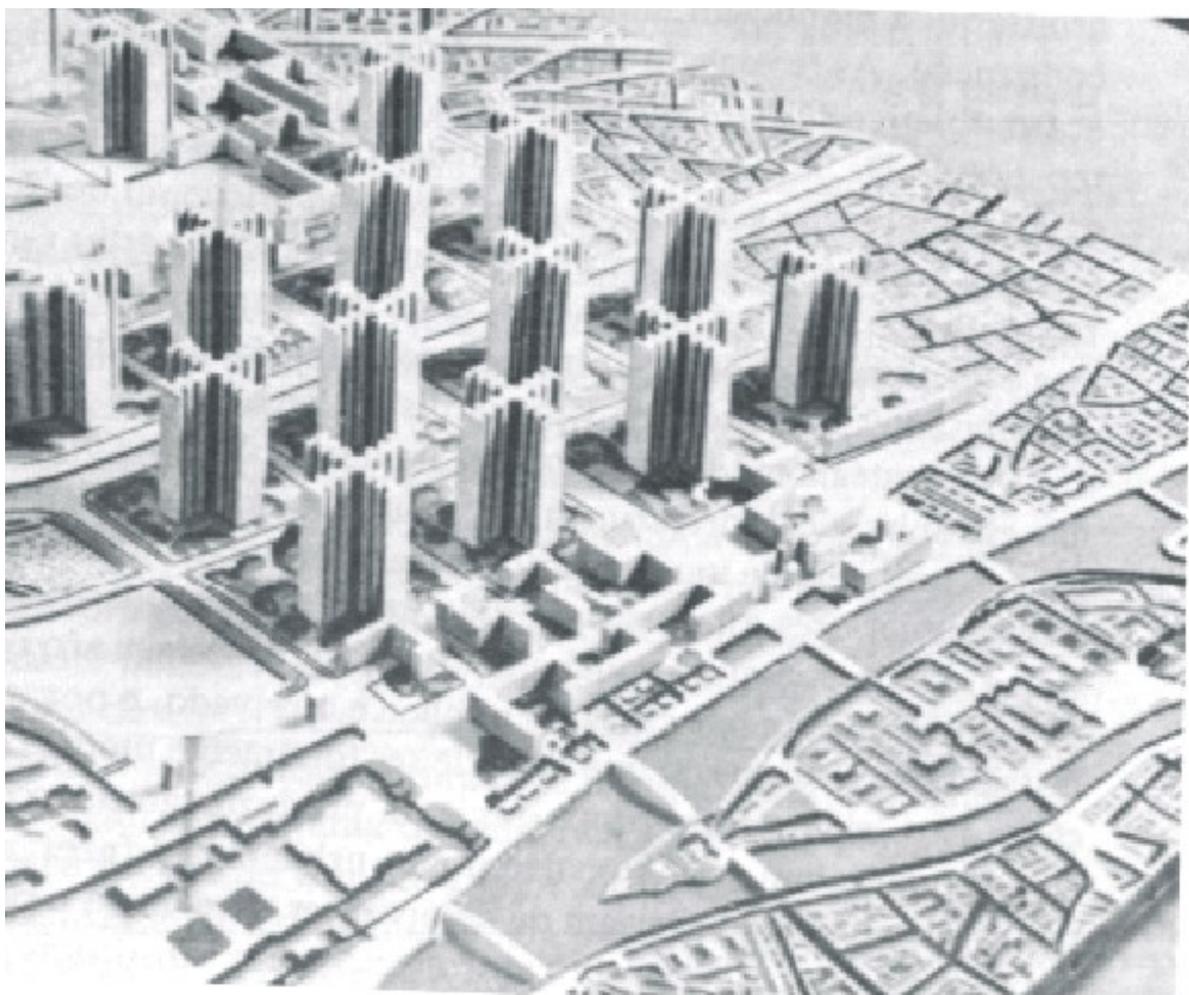
Sabe-se, contudo, que as reais motivações dessa grande reestruturação urbana, tal qual aconteceu em Lisboa no século XVIII, estavam fundadas na busca da modernização e atualização da estrutura social e econômica do país para fazer frente às investidas do poderio inglês que, com sua economia em franco processo de industrialização, avançava sobre os demais países da Europa. Portanto, era necessário gerar novos negócios na cidade e, particularmente, no Centro Histórico, pois esse ainda estava ocupado por uma parcela da população que ainda vivia sob um regime econômico arcaico. Eram os antigos artesãos do período medieval, que pouco produziam e que, também, não poderiam ser transformados em assalariados. Pois esses, os assalariados da revolução industrial, estavam, precisamente, naquele momento, chegando do campo e ocupando a periferia da cidade. Portanto, tem-se novamente o espírito modernizador e a planificação urbana, como instrumentos de política estatal, fator de afirmação e ampliação do poder constituído.

Como se tem percebido esses aspectos vão se repetir em outros momentos da história e, particularmente, no caso que nos interessa analisar, Brasília, construída sob os mesmos argumentos. Portanto, pelas colocações aqui realizadas pode-se aferir que realizações urbanas como Brasília, não são acontecimentos isolados na história. E que suas motivações, preocupações e soluções (respeitando-se, obviamente, a singularidade do seu desenho e conjuntura cultural e econômica) guardam muitas similitudes com outros eventos realizados em diversos períodos da história do urbanismo. Aqui mesmo no Brasil têm-se os exemplos de Belo Horizonte/MG (1893), Goiânia/GO (1937) e, mais recentemente, Palmas/TO (1990), todas capitais de estados e igualmente construídas sob os mesmos argumentos da necessidade de modernização e superação de um estágio sociocultural arcaico.

⁸⁰ Apud, Holanda, F. de (1997) in A determinação Negativa do Movimento Moderno. op. cit.

Como disse Richard Currier, citado na introdução do livro já referenciado de Roberta M. Delson⁸¹:

Embora na sociedade moderna nós ouçamos falar muito em planejamento urbano, é importante compreender que a arte de projetar e construir uma cidade a partir do nada não é um avanço científico moderno como a engenharia aeronáutica ou a física nuclear. Ao contrário, essa arte é uma das habilidades profissionais mais antigas do mundo civilizado.



Le Corbusier, Plan Voisin Paris 1925 – Holston J. (1993) Companhia das Letras. 1993

⁸¹ Richard Currier in *City Planning in Ancient Times* Apud Roberta Marx Delson in *Novas Vilas para o Brasil – Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. op. cit p. XV

Capítulo 2

Gestão Urbana e Núcleos Históricos

*Hipidroxérnus dirigiu pessoalmente
os trabalhos de edificação de Adrixerlinus.
Com mão de ferro, impôs as condições de quase miséria
em que o povo teve de viver para
tornar possível a sua utopia.
“Vocês agora comerão pouco e viverão
no desconforto para que amanhã
vivam na mais perfeita cidade
que o homem jamais conheceu”*

*E assim foi: durante anos e anos,
revezando-se dia e noite,
homens e mulheres, crianças e anciãos trabalharam duro
até concluírem a nova cidade*

*Ferreira Gullar
Cidades Inventadas
Adrixerlinus*

2. GESTÃO URBANA E NÚCLEOS HISTÓRICOS

2.1. Preservação, Urbanidade e Gestão

No capítulo anterior buscou-se demonstrar que elementos constitutivos comuns parecem perpassar a constituição da cidade desde sempre, e que o sentimento de racionalidade e a busca do novo, têm conduzido o processo de desenvolvimento urbano em todos os tempos. Do mesmo modo, pode-se perceber que a chamada *crise urbana*, apropriada pelo poder constituído como mecanismo de persuasão, tem sido uma companheira fiel da história do urbanismo, lhe acompanhando por todos os lugares e em todos os momentos.

Neste capítulo serão discutidos aspectos do processo de gestão urbana no que se refere ao tratamento dos núcleos históricos¹⁶³, buscando-se a construção de um painel crítico sobre esse tema, para identificar elementos que possam contribuir no entendimento e no debate sobre as suas dificuldades, caminhos e desafios.

Em nosso país a preocupação do Estado com a preservação cultural remonta os anos de 1930, em plena vigência do Estado Novo, quando são criadas as primeiras instituições públicas e as leis para respaldarem o desenvolvimento dessa atividade (Decreto Lei N.º25, de outubro de 1937)¹⁶⁴. Essa preocupação estava vinculada aos interesses de instituição de um espírito novo no país, de cunho nacionalista e ares modernizantes que buscava construir uma memória cultural para o país, a partir da montagem de uma desejada unicidade histórica da Nação Brasileira (passado harmônico e comum a todos) para ser cultuada por todos. Esse projeto, montado pela vanguarda intelectual da época, se fundamentou na valorização de elementos do período colonial, numa tentativa do país resgatar seus valores históricos e criar uma identidade própria, bem como, na afirmação do Estado como tutor de todos esses valores, tendo a responsabilidade de *identificar, documentar, proteger e promover a valorização* de todo esse patrimônio.

Entretanto, parece que a constituição da memória oficial do país, apesar do discurso abrangente e moderno de seus idealizadores, se direcionou para consagrar os elementos históricos que à época simbolizavam o poder constituído e os valores da elite dominante. Daí que nesse período foram elevados à categoria de monumentos históricos: palácios, igrejas, quartéis, fortes, casa de câmara e cadeia, enfim tudo que

¹⁶³Utilizaremos esse termo, já consagrado, embora reconhecendo a sua ambigüidade e imprecisão, conforme observamos no capítulo anterior.

¹⁶⁴Esse Decreto regulamenta a ação preservacionista no Brasil e institui o tombamento como mecanismo de proteção de bens históricos pela União.

representasse a estrutura de poder. Sobre isso é importante refletir sobre o que nos coloca Cunha a respeito desse momento histórico e a escolha efetuada.¹⁶⁵

(...) a preservação daquilo que se definiu como patrimônio histórico buscava precisamente afirmar o triunfo daquilo que se auto intitulava como “novo”. Os vestígios de um passado construído para ser cultuado serviram para reforçar uma concepção de patrimônio que o destituía de toda historicidade: reiteravam e sacralizavam a história do Estado como se fosse a história de todos os homens; erigiam no plano simbólico a unidade da nação capaz de ocultar as diferenças e os conflitos; e acima de tudo, constituíam o mais importante testemunho do próprio progresso que se buscava afirmar como uma linha de inteligibilidade do passado e de ocultamento dos conflitos.

Entretanto, não é demais reconhecer o inestimável valor de todo o trabalho realizado por esses pioneiros da preservação no Brasil, que de uma forma ou de outra nos possibilitaram conhecer testemunhos importantíssimos de períodos da nossa história, notadamente as cidades do ciclo do ouro e seus acervos barrocos. Ademais, todo o empenho desse movimento na conceituação e construção de uma historiografia própria e abrangente para o país, onde, Mário de Andrade, um dos seus principais ideólogos, defendia que teríamos que *abrasileirar os brasileiros*.

Porém, após todo esse tempo é possível vislumbrar um avanço significativo no entendimento do que vem a ser patrimônio cultural e, particularmente, o que se denomina como *patrimônio ambiental urbano*, conceito que nos interessa discutir neste capítulo. Esse avanço conceitual reconhece a dinâmica e a multiplicidade de valores e de relações que compõem a estrutura social e, ao mesmo tempo, incorpora manifestações e vivências dos diversos segmentos que lhe dão forma.

Assim, pode-se aceitar a definição de patrimônio ambiental urbano utilizada por Magaldi quando ela nos diz que este pode ser considerado como a: “materialização das relações sociais que interagem no espaço da cidade, funcionando como elemento de identidade, a sua preservação deve ser vista como parte de uma luta. A luta pela apropriação da cidade visando resguardar seus significados culturais que testemunham modos de vida e experiências.” E corroborando seu entendimento evoca o Manifesto de Amsterdã (1975) e cita “*nós sabemos que a preservação da continuidade histórica, no meio urbano ou rural, é essencial para a manutenção ou criação de um quadro de vida que permita ao homem encontrar sua identidade, e provar um sentimento de segurança em face às mudanças brutais da sociedade*”.¹⁶⁶

¹⁶⁵ Cunha, Maria Clementina Pereira (1991) op. cit. p. 9

¹⁶⁶ Apud Magaldi, Cássia (1991) Memória, História e Cidadania in DPH/São Paulo. 1992 op. cit. A Declaração de Amsterdã, constitui-se no documento oficial do Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu. Outubro de 1975.

No mesmo sentido, Milton Santos, também, nos dá uma importante contribuição no entendimento desse tema ao nos dizer:

O lugar é um conjunto de objetos que tem autonomia de existência pelas coisas que o formam – ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamento, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem (...) A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimo, substituições (...) Uma paisagem é uma escrita sobre outra, é um conjunto de objetos que tem idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. (...) A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas. (...) O espaço é igual a paisagem mais a vida nela existente.¹⁶⁷

Desse modo, o conceito de patrimônio ambiental urbano se amplia e deixa de ser meramente físico-espacial e elemento simbólico de apenas parte do espectro social, assumindo, ao mesmo tempo, o dinamismo das relações sociais. Portanto, uma política de preservação desse patrimônio que tenha a pretensão de ser conseqüente, não pode ignorar o dinamismo das estruturas urbanas e, muito menos, ficar presa à glorificação de um passado desprovido de memória.

Ao tratar do processo de preservação cultural me vem a lembrança um pequeno episódio acontecido já algum tempo, e que tomo a liberdade de contar, pois, de certa maneira, ilustra aspectos do tema que se está tratando.

Certa vez, em meados de 1985, ao encontrar um amigo, arquiteto, no aeroporto do Rio de Janeiro, lhe comentei que estava saindo de Alcântara (MA), cidade Patrimônio Histórico Nacional, e me transferindo para Brasília, aonde iria me engajar no trabalho de preservação do patrimônio histórico daquela cidade. Tal não foi o seu espanto ao me contestar:

- Obviamente, que isso é um eufemismo, pois em Brasília ainda não tem patrimônio histórico a ser preservado... É uma cidade nova!

Essa resposta, aparentemente banal e despretensiosa, embute um entendimento que tem servido de base para respaldar uma série de ações preservacionistas em nosso território. Entre elas, a preocupação apenas com os artefatos já estratificados pelo tempo, dando pouca importância à produção cultural de períodos históricos mais recentes, como se essa fosse algo menor. A partir desse enfoque a atribuição imaginada e determinada aos órgãos responsáveis pelo trabalho de preservação cultural é, exclusivamente, a preservação dos bens já consolidados como acervo histórico, tendo como responsabilidade única cuidar da

¹⁶⁷ Apud Estanislau, Lídia Avelar (1998) in O papel do Estado Democrático na proteção dos lugares de memórias. A Construção da Cidade – Brasília: Depto. do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal. 1998.

produção do passado. Com isso, freqüentemente, é esquecido que o processo histórico constitui-se em uma ação contínua e a cidade em um organismo vivo e que, portanto, altera-se no tempo. Assim sendo, nossa responsabilidade não é só com o acervo patrimonial já acumulado, mas, também, com a produção cultural do presente.

Do mesmo modo, essa resposta, traduz uma discutível contradição entre o trabalho de preservação urbana e a produção de uma nova arquitetura. Esse entendimento se rebate na gestão do espaço urbano, trazendo um grande distanciamento entre as ações da área preservacionista e as de planejamento urbano. Essa, porém, não é uma postura recente nem gratuita. Sua origem remonta o início da arquitetura moderna que, com seu discurso de ruptura com o passado e suas intervenções de caráter renovador, racionalista e sanitaria, negando a tradição urbanística vigente, foi responsável pelo desaparecimento de uma boa parte do acervo urbanístico de inúmeras cidades.¹⁶⁸ Essa situação gerou, ao longo do tempo, uma crítica muito aguda aos princípios conceituais modernistas, além de uma fortíssima prevenção por parte dos órgãos preservacionistas contra o seu modelo de intervenção urbana. Certamente, a visão modernista de cidade estava vinculada ao processo de industrialização e renovação urbana que o mundo vivenciava naquele momento (início do Séc. XX).

No Brasil, curiosamente, o grupo de intelectuais que ao mesmo tempo era chamado pelo Estado para definir e implantar a política de preservação cultural (grupo que criou o SPHAN) foi o mesmo grupo que assumiu a condução do movimento modernista de arquitetura e urbanismo no país. O que provocou, em termos políticos, a conciliação do discurso preservacionista com o discurso modernizador da época. Esse grupo, amarrando essas duas linhas de pensamento (passado e futuro), conseguiu definir os parâmetros da ação do Estado na área cultural e, ao mesmo tempo, se consolidar como um movimento hegemônico na construção da nova arquitetura do país. Ou como disse Cavalcanti:¹⁶⁹ "Conseguem escrever simultaneamente o mapa astral e a árvore genealógica do país." Ainda que na prática as ações dessas duas áreas, não tenham se passado com a mesma harmonia das palavras, conforme se mostra a seguir. Uma abordagem mais detalhada dessas questões será apresentada no capítulo seguinte.

¹⁶⁸ Le Corbusier, em 1923, não propôs derrubar todo o centro histórico de Paris, para assentar 3 milhões de pessoas?

¹⁶⁹ Cavalcanti, Lauro (1996) O Cidadão Moderno in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N.º 24 Cidadania.

Sabe-se que as cidades, pela carga histórica que carregam, constituem-se em um patrimônio de inestimável valor no processo de desenvolvimento humano. Cada cidade, independente de sua idade, tem a sua história, sua cultura e uma personalidade que lhe é inerente e que a distingue das demais. Daí, certamente, vem à imprecisão do termo “cidade histórica”. Portanto, conhecê-la, entendê-la e valorizá-la, buscando-se o enriquecimento do seu patrimônio ambiental para usufruto coletivo, torna-se uma responsabilidade de todos e faz a razão do trabalho de preservação cultural.

Todavia, os fatos nos mostram que a preservação cultural no Brasil, sobretudo na área do patrimônio ambiental urbano, vem sofrendo, ao longo do tempo, a falta de empenho dos sucessivos e diferentes governos em fazer com que esta questão seja enfrentada de forma sistematizada e politicamente respaldada.

A falta de uma política para este setor, associada à falta de investimentos financeiros e a descontinuidade e a desarticulação entre as experiências efetuadas nas diversas regiões do país, têm contribuído para que o trabalho de preservação cultural seja deficiente, pontual e de difícil entendimento para a sociedade. Essa situação tem exigido das instituições responsáveis pela área cultural, um enorme esforço para superar a fragilidade operacional e a falta de apoio político em que se encontram e, assim, poderem desenvolver adequadamente seus trabalhos. Sabe-se também, que essa realidade acompanha o trabalho de preservação cultural desde o seu nascedouro, ainda no tempo dos pioneiros nos anos de 1930, como veremos no item 2.2.

Por outro lado, o cenário urbano brasileiro, fruto de um modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas, socialmente injusto e ambientalmente predatório, leva-nos ao triste consenso sobre o quanto o processo de planejamento urbano adotado em nosso país tem sido desastroso não só para a memória cultural de nossas cidades, mas, sobretudo, para a qualidade ambiental do nosso espaço urbano. Ou seja, ao mesmo tempo em que temos assistido o desaparecimento sistemático de um acervo arquitetônico e urbano significativo, convivemos também, com um acelerado processo de deterioração e perda da qualidade urbana das cidades brasileiras. Afora os fatores sociais, políticos e econômicos que envolvem essa questão, pode-se dizer que uma das razões que tem contribuído para esta situação é a aparente dicotomia que existe entre as atividades de planejamento urbano e preservação histórica, que têm sido tratadas pelos órgãos responsáveis por essas áreas, de maneira geral, como ações distintas e conflitantes.

Embora não seja privilégio nosso, há de se reconhecer que a questão urbana assume no caso brasileiro proporções dramáticas em função do enorme desequilíbrio socioeconômico e do alto grau de segregação espacial em que vive o país. Portanto, buscar reverter esse quadro urbano tão adverso e tentar recuperar um padrão de urbanidade hoje perdido, não é uma tarefa fácil e será sem dúvida um dos grandes desafios que a nação brasileira terá que enfrentar nesse milênio que se inicia. Não se trata de fazer a apologia da crise da cidade, pois essa, conforme já se observou, nos acompanha desde sempre e que, portanto, fica difícil imaginar um tempo em que a cidade viveu sem conflitos e tenha dormido feliz. Contudo, não se pode minimizar os problemas urbanos atualmente vividos pela maioria das cidades e, especialmente, pelas cidades dos chamados países periféricos, onde nos encontramos.

Hoje, na grande maioria dos países ocidentais, parece existir um entendimento que um dos principais desafios enfrentados pelas cidades, diz respeito ao espaço urbano e, particularmente, ao exercício da cidadania e à construção da urbanidade. Questões que dizem respeito, respectivamente, à participação de cada cidadão no processo de condução dos destinos da Nação e à qualidade da vida urbana. Parece não existir dúvida que o agravamento dos problemas urbanos tem raízes estruturais profundas e está relacionado não só com as questões econômicas, mas, sobretudo, com questões de ordem social, cultural, ambiental e ética que envolvem a vida em sociedade. Essa situação, obviamente, reflete um modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas, espacialmente segregador e socialmente excludente, que sempre privilegiou os segmentos da sociedade economicamente mais favorecidos e que tem sido responsável por gravíssimas distorções na constituição e gerenciamento do espaço urbano, gerando situações socioambientais de difícil reversão.

Essa discussão sobre a realidade das estruturas urbanas nos remete a tratar da urbanidade e dos atributos socioespaciais que lhe caracterizam e, determinam a sua intensidade. Ao se abordar essa questão, não se pode perder de vista a perspectiva histórica das cidades como sendo uma complexa e rica herança construída ao longo do tempo por meio da contribuição coletiva, muitas vezes anônima, de várias gerações e que continua a ser ampliada cotidianamente por milhares de pessoas. Portanto, a valorização e o enriquecimento desse acervo para o usufruto coletivo é responsabilidade de todas as gerações. Nesse raciocínio, o primeiro aspecto que se deve relacionar com urbanidade diz respeito à qualidade socioambiental do espaço urbano, no que tange a dois fatores interdependentes: conforto físico-espacial e ao sentimento de afetividade que ele propicia ao usuário. Com isso se está falando do

significado histórico e simbólico que os espaços urbanos carregam, e que possibilita uma relação de identificação e afetividade com a sociedade ou com parte dela.

Do mesmo modo, qualidade do ambiente urbano se refere ao seu correto dimensionamento espacial, à infra-estrutura e serviços oferecidos que permitem a sua utilização cotidiana plena e confortável. Outro aspecto se relaciona com o conceito de cidadania que, vinculada à participação e sustentabilidade social, estabelece a possibilidade de apropriação total e democrática dos espaços públicos pelos diferentes atores sociais, fomentando o aprimoramento das relações de convivência e de respeito pela diversidade cultural e morfológica – desenho urbano não repetitivo e monótono. Trata-se, portanto, de estabelecer um ponto de equilíbrio na relação entre o público e o privado, entre o geral e o particular, de forma que não sejam inibidas as diferentes manifestações sociais e espaciais, que com seus desejos e iniciativas, individuais ou coletivos, enriquecem a vida urbana.

A partir dessa leitura, a urbanidade assume uma dimensão socioespacial que confere ao tecido urbano o papel preponderante na construção das inúmeras possibilidades de geração e manutenção do convívio social. A cidade é, essencialmente, um local de encontro, de troca e de realizações, e quanto mais diversificada for a sua possibilidade de apropriação, mais rico e dinâmico será o seu cotidiano. Creio que esse entendimento é fundamental no trato dos problemas urbanos referidos anteriormente. A falta desse entendimento se reflete na geração de espaços fracionados, despersonalizados, arquitetonicamente estereotipados e que induzem a uma apropriação social segmentada e excludente.

Cabe ressaltar que, ao lado de um quadro socioambiental indesejável como o brasileiro, e talvez por decorrência, a adoção de um modelo de desenvolvimento urbanístico que privilegia a estética em detrimento da possibilidade de uma convivência social mais intensa, vem promovendo o paulatino esvaziamento dos espaços públicos tradicionalmente de utilização não programada (praças, ruas, parques etc.). Essa característica, fortemente encontrada no modelo urbano modernista, vem produzindo um tipo de espaço socialmente diferenciado, controlado e pautado por atividades cada vez mais específicas, formalizadas e controladas, tais como: shoppings, condomínios, centros empresariais, parques temáticos, onde o acesso quase sempre é rigidamente controlado. Com isso, vem se perdendo a relação de complementaridade entre o espaço público e privado, até recentemente existente na constituição das estruturas urbanas, o que contribui, ainda mais, no fortalecimento de um modelo urbano segregador e excludente.

Nesse quadro, o espaço público aberto e de utilização múltipla, tal qual historicamente conhecemos, perde a sua função de fomentar o convívio social para tornar-se terra de ninguém, muitas vezes perigoso, destinado a atividades marginais e desprezado pelos segmentos sociais mais privilegiados. Essa situação parece nos remeter para uma realidade urbana, também vivida nos séculos XVII e XVIII, quando os espaços públicos, refletindo o enorme fosso social desse período,¹⁷⁰ eram locais marginalizados, perigosos e utilizados de maneira distinta pelos diversos segmentos sociais da época.

Essa tendência tem sido motivo de preocupação de diversos autores que tratam da questão urbana em todo mundo, tornando-se elemento motivador para que se busque constituir, um pensamento comum sobre a necessidade de instituição um novo modelo de desenvolvimento que venha reverter esse dramático quadro de desarticulação social e urbana. Para que se recupere uma qualidade espacial e socioambiental que hoje parece muito distante para a maioria das cidades. Sobretudo, para as do chamado terceiro mundo.

Cabe observar que na busca de reversão desse quadro, as cidades que melhor estão enfrentando essa situação, são aquelas que passaram a tratar seus problemas e definir suas prioridades urbanas de forma democrática, participativa e criativa, partindo de uma leitura abrangente de suas realidades espaciais e considerando os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais que envolvem a vida comunitária. Essa postura vem se refletindo na busca de uma nova prática de desenho e gestão que valorize a participação social, o meio urbano e recupere a função social dos espaços públicos a partir da sua qualificação urbanística e diversidade espacial e funcional.

2.2. A Trajetória Brasileira na Preservação de Núcleos Históricos

Nesse item far-se-á uma leitura resumida da trajetória brasileira no trabalho de preservação do patrimônio arquitetônico e urbano, pontuando os principais momentos no período de 1937 a 1990. Assim, se pretende refletir sobre os avanços, retrocessos e desafios da prática preservacionista ao longo desse período, sob o ponto de vista da ação desenvolvida pela área federal, por meio do IPHAN.¹⁷¹

Conforme já observado a preocupação oficial com a salvaguarda dos bens culturais em nosso país surge no início dos anos 1930, no bojo de um movimento

¹⁷⁰ Levitas, Glória (1978) *Antropología y Sociología de las Calles* -Pág. 241.

¹⁷¹ A discussão aqui apresentada tem como referência o trabalho: *Evolución de las Políticas Referentes a los Centros Históricos en Brasil* de Paulo Ormindo de Azevedo (1994) trabalho apresentado no Seminário Reabilitación Integral en Areas o Sitios Históricos Latinamericanos. Quito- Equador.1994. in *Memorias del Seminario*.

cultural promovido no âmbito das ações realizadas pelo Estado Novo, no sentido de fortalecer sua presença política, por meio da constituição de um sentimento de nacionalidade, desenvolvido a partir da construção de uma identidade cultural brasileira. Na busca de construção da memória histórica da Nação Brasileira a elite intelectual do país, particularmente o grupo vinculado ao movimento moderno, desempenhou um papel determinante na definição conceitual do conteúdo e dos valores a serem adotados.

Embora somente com a Constituição de 1934 tenha sido determinada ao Poder Público a prerrogativa de zelar pela proteção dos bens culturais, já em 1933 o Governo Federal determinava a cidade de Ouro Preto (MG), como Monumento Histórico Nacional (12.07.1933). Este fato torna-se mundialmente relevante, pois com ele o Brasil se antecipava no processo de preservação histórica ao declarar uma cidade inteira como monumento cultural. Desse modo, reconhecia-se na prática, o conceito de patrimônio histórico para conjuntos urbanísticos e passava-se a conceber a cidade como obra de arte. Atitude revolucionária naquele momento.

Entretanto, em que pese todo esse interesse pela proteção do patrimônio histórico, ainda foram precisos três anos para que o Brasil tivesse instituído um organismo de proteção cultural. Nascia assim, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, por meio do famoso Decreto Lei N.º 25, de 30.11.1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN que, após várias transformações institucionais ao longo do tempo, é o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, órgão integrante da estrutura do Ministério da Cultura - MinC. Esse Decreto, que também instituiu toda a legislação federal de proteção dos bens culturais no Brasil, e que vigora até hoje, teve forte inspiração na legislação de proteção cultural francesa de 1913 e 1930. Conforme observa Azevedo.¹⁷²

A legislação adotada no Brasil, estabelecendo o instrumento do tombamento federal como principal mecanismo de proteção aos bens culturais brasileiros, tratava o conceito de bem cultural de maneira ampla abarcando também a questão do patrimônio natural.¹⁷³ A partir desse instrumental jurídico muitas foram as ações preservacionistas em nosso país, destacando-se, nesse primeiro período, a declaração de várias cidades como monumento nacional, sobretudo as cidades mineiras do ciclo do ouro (Diamantina, Serro, Tiradentes, São João Del Rei, Congonhas e Mariana). Essas

¹⁷² Azevedo, Paulo Ormino de (1994) op. cit.

¹⁷³ Entretanto, cabe ressaltar que o anteprojeto de toda essa legislação foi elaborado por Mário de Andrade e que, no entanto foi preterido em função do momento político do país que não permitia um tratamento mais abrangente dessa questão, conforme propunha Andrade. Ver Fonseca, Maria Cecília Londres (1997) op. cit.

idades também tinham outro ponto em comum além dos laços históricos, pois se encontravam em franca decadência social e econômica. Posteriormente, outros núcleos foram incorporados a essa lista totalizando hoje 40 cidades.

Na realidade, embora tivesse uma preocupação global, a proteção dessas cidades era realizada de maneira pontual, por meio do tratamento de edificações isoladas e sem relacioná-las com a estrutura sociourbana circundante. Outra característica era o caráter purista e uniformizador dessa proteção que era expresso na negação de manifestações arquitetônicas mais recentes, buscando-se demoli-las ou mimetizá-las, e mesmo na proibição de construção de novos edifícios no perímetro histórico. Essa postura perdurou até meados dos anos 60 do século passado. Entretanto, cabe observar que a negação de uma nova arquitetura nesses centros históricos, não era uma questão rigorosa quando se tratava da inserção de projetos vinculados aos arquitetos vinculados ao movimento moderno.

Como ilustração cabe citar o famoso projeto de autoria de Oscar Niemeyer para um hotel em Ouro Preto (Grande Hotel), cuja aprovação tanta polêmica causou e possibilitou um belo parecer, na realidade uma carta endereçada ao Dr. Rodrigo M. F. de Andrade, Diretor do SPHAN, de Lúcio Costa, sobre a inserção da arquitetura nova em sítios históricos.¹⁷⁴

A partir dos anos sessenta, motivado pelo lançamento da Carta de Veneza ¹⁷⁵ O Brasil busca uma integração das atividades da área preservacionista com a área técnica internacional que tratava desse tema. Como consequência dessa nova postura política, o Brasil recebe, em 1966, a primeira visita de uma missão da UNESCO que veio para avaliar e discutir as questões relativas à preservação do patrimônio cultural. Convidado pelo Governo Brasileiro, esse grupo técnico, chefiado pelo Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, Senhor Michel Parent, sinaliza positivamente para a exploração do grande potencial turístico do patrimônio histórico nacional. Essa postura refletia o entendimento que a UNESCO e outros organismos internacionais tinham naquele momento sobre a utilização do chamado turismo cultural para resolver as dificuldades socioeconômicas da maioria dos centros urbanos dos países ditos periféricos.¹⁷⁶

¹⁷⁴ Sobre essa questão ver o parecer de Lúcio Costa em IBPC Notícias. Edição Especial (1992). Edição comemorativa dos 90 anos de Lúcio Costa. Brasília. 1992.

¹⁷⁵ Carta Internacional Sobre a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios. Este documento foi extraído do IIº Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Veneza/Itália. maio de 1964. – Cadernos de Documentos n.º 3 – Cartas Patrimoniais. IPHAN. 1995.

¹⁷⁶ Azevedo, Paulo Ormino (1994) op. cit.

A partir dessa parceria com a UNESCO inicia-se uma nova fase no processo de preservação cultural no país, que coincide com a aposentadoria do criador do SPHAN e seu diretor por 30 anos, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, que foi substituído em 1967, pelo arquiteto Renato Soeiro, indicação sua. Naquele momento, era notório que o modelo preservacionista implementado até então, de caráter essencialmente cultural e estético, centrado no poder federal e sem grandes preocupações socioeconômicas, estava esgotado e sem alternativas frente à dinâmica desenvolvimentista de um país que se urbanizava e modernizava-se a uma velocidade espantosa. Era preciso encontrar novos caminhos para a preservação cultural, e isso passava, inicialmente, pela modernização e descentralização das ações do SPHAN.

Concluía-se assim um período, não só cronológico, mas também político, na história da preservação cultural no Brasil aonde, um pequeno grupo de técnicos, com poucos recursos institucionais e financeiros, sob o comando de Rodrigo M. F., conduzia isoladamente as ações nessa área. Essa fase pioneira que corresponde aos primeiros trinta anos de trabalho, ficou conhecida como o período heróico do SPHAN.

Esse novo momento iniciado com assessoria direta da UNESCO se caracterizava por uma postura de buscar ampliar a participação de novos setores institucionais no trabalho de preservação cultural. A partir de uma nova leitura conceitual e do diálogo com diversos setores da sociedade, procurava-se demonstrar que desenvolvimento econômico e proteção histórica não eram necessariamente atividades incompatíveis. Naquele momento, era fundamental conseguir novos parceiros e dividir responsabilidades e interesses. Do mesmo modo, era imprescindível inserir a ação preservacionista no processo de desenvolvimento econômico e social que o país punha em marcha.

Essa nova fase teve como um de seus marcos iniciais a reunião patrocinada pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1970, em Brasília, com os Governadores e Prefeitos de cidades históricas, onde foi firmado um compromisso de parceria e de divisão de responsabilidades no trabalho de preservação de áreas históricas no país. Esse documento ficou conhecido como o *Compromisso de Brasília*. Essa primeira reunião se desdobrou em uma segunda, um ano depois, realizada na cidade de Salvador, onde foram reiterados os compromissos assumidos em Brasília. A partir de então vários Estados (PE, SP, MG e outros) passam a criar seus próprios órgãos e legislação para essa área. Nesse aspecto, cabe observar que a Bahia havia saído na frente e criado, ainda em 1968, a sua Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural - FPACBa, que já vinha desenvolvendo trabalhos de inventários e de proteção no

acervo histórico do Estado, destacando-se as ações no centro histórico da cidade de Salvador.

Em termos práticos, além dessas iniciativas de cunho regional, o acontecimento mais importante foi a criação, em 1973, do Programa Integral de Reconstrução das Cidades Históricas, o famoso PCH. Inspirado no exemplo francês de preservação histórica que, com a Lei Malraux de 1962, havia criado um programa semelhante, tinha como objetivo primordial aportar recursos para as atividades de preservação cultural, por meio de criação de uma linha de crédito específica, para suprir a indigência financeira da área cultural e, particularmente, do SPHAN.¹⁷⁷

Este fato foi marcante por vários aspectos, primeiro por ser a primeira vez que se instituiu no país um programa comum entre quatro importantes ministérios: Ministério da Educação e Cultura (por meio da então SPHAN), o Ministério do Planejamento (por meio da SEPLAN), o Ministério do Interior (por meio da SUDENE) e Ministério da Indústria e Comércio (por meio da EMBRATUR). Funcionando com recursos do Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados do Ministério do Planejamento, este programa objetivava financiar a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento de atividades turísticas na região Nordeste, aproveitando o grande potencial das cidades históricas daquela região conforme já havia sido apontado pela missão da UNESCO em 1966. O financiamento oferecido para custear os projetos dava-se na proporção de até 80% por parte do PCH ficando o restante sob a responsabilidade do governo local: Estado ou Município, juntos ou separados. Os projetos apresentados eram basicamente para recuperação de edificações históricas deterioradas, objetivando a instalações de hotéis, pousadas, museus, casa de culturas e pequenas obras de infra-estrutura urbana.

Em 1977, em virtude do êxito desse programa e da experiência acumulada na região Nordeste, o PCH foi estendido à região Sudeste, mesmo sem a garantia da ampliação dos recursos financeiros para tal empreitada. Esta atitude, além de acarretar uma sobrecarga de trabalho na já pequena estrutura operacional do SPHAN, comprometeu a capacidade financeira do PCH e, conseqüentemente, sua eficiência e objetivos.

Ainda como decorrência da assessoria prestada pela UNESCO nesse período, cabe observar a série de estudos e planos preservacionistas realizados para várias cidades brasileiras. Esses planos, elaborados em sua maioria por profissionais

¹⁷⁷ Nesse sentido foi realizado no Brasil um amplo seminário para discutir a experiência francesa. Ver Seminários 1 – Restauração e Revitalização de Núcleos Históricos - análise face à experiência francesa. MEC.SPHAN.PróMemória. 1980.

estrangeiros contratados por aquele organismo, tinham a preocupação essencialmente urbanística e arquitetônica, e pouco avançavam nas questões estruturais que determinavam à situação social e econômica em que viviam os centros históricos estudados. Embora importantes para o conhecimento e identificação do patrimônio cultural e urbano existente nessas localidades, bem como para a disseminação da questão preservacionista em nosso país, pois já apontavam para um tratamento mais abrangente do espaço urbano, esses estudos não tiveram os desdobramentos que se esperava e poucos foram efetivamente implantados e, mesmo assim, parcialmente. Entre esses cabe referenciar os desenvolvidos pelo arquiteto português Viana de Lima para Ouro Preto (MG), São Luís e Alcântara (MA); o plano de preservação do centro histórico de Salvador (BA) por Graeme Shankland e o de Paraty (RJ) por Limburg Stirum.

Conforme já comentado, a criação do PCH, com o objetivo de explorar o potencial turístico do patrimônio histórico da região Nordeste, a partir da recuperação de monumentos e áreas históricas, transformando-os em atração turística, despertou na comunidade desses centros um maior interesse pela proteção de seus bens culturais, gerando uma série de iniciativas no âmbito local. Dentro desse espírito destacam-se os projetos de recuperação dos centros históricos de São Luís, Olinda e Salvador. Essas iniciativas, promovidas pelos governos locais, foram importantes para ampliar a abrangência da temática preservacionista da época, pois foram com esses projetos que se incorporaram na discussão do patrimônio cultural as questões estruturais que definiam os graves problemas sociais e econômicos a que esses núcleos estavam submetidos, inserindo-se a dimensão social nas ações de preservação cultural. Iniciava-se, assim, o rompimento com a abordagem meramente arquitetônica e cultural das intervenções realizadas até então nesses espaços. Além das questões urbanísticas (uso e ocupação do solo, circulação viária etc.), aspectos como geração de renda, emprego, moradia, infra-estrutura e serviços urbanos (água, esgoto, coleta de lixo etc.), passam a fazer parte das preocupações das equipes técnicas desses projetos e a constar do plano de ação proposto para essas áreas.

Cabe ressaltar que a questão do aproveitamento das edificações históricas como opção de moradia para a população de baixa renda, como um contraponto à política habitacional vigente no país de só financiar construções novas, foi discutida publicamente pela primeira vez no Brasil, no Simpósio Nacional sobre Barateamento da Construção Habitacional, realizado em Salvador (BA) em 1978. Nesse encontro foi discutida a proposta de criação de uma linha de crédito especial no Banco Nacional

de Habitação - BNH, para o financiamento de recuperação de edificações históricas para fins habitacionais. Essa alternativa de enfrentamento da questão habitacional foi apresentada pelo arquiteto Paulo Ormino de Azevedo, professor da Universidade Federal da Bahia e coordenador do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Sua tese era de que com essa atitude se atacavam dois problemas básicos: a deterioração e o esvaziamento dos centros históricos, a partir da recuperação e utilização das edificações históricas, como também, a carência de moradias para a população de baixa renda que, de certa maneira, já morava nesses núcleos em péssimas condições de habitabilidade, ocupando os chamados cortiços. Essa proposta toma corpo e passa a ser pauta de discussão entre os órgãos envolvidos com a questão cultural e habitacional no país.¹⁷⁸

Porém, somente em 1981 é que efetivamente cria-se um grupo de trabalho na então SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para conduzir as ações necessárias ao desenvolvimento e implementações dessa proposta, e onde esse tema passa a fazer parte do programa de trabalho da instituição. Obviamente que essa questão não foi uma tarefa fácil de ser tratada, e exigiu um grande poder de articulação e negociação da equipe responsável por sua condução para que fossem superadas as resistências e incompreensões. Tanto na esfera da SPHAN, que receava inserir esse tema na sua prática institucional, quanto dos órgãos da área econômica e habitacional que com uma visão meramente monetária não viam interesse financeiro nesse tipo de crédito.

Após um longo e desgastante processo de negociação foi finalmente assinado, em 1983, um acordo entre o Ministério de Educação e Cultura (SPHAN) e o Ministério do Interior (BNH) para o desenvolvimento de projetos habitacionais em centros históricos. Inicialmente foram definidas três áreas urbanas: São Luís, Salvador e Olinda. Exatamente as cidades que tinham seus projetos de recuperação do acervo patrimonial em estágios mais avançados, e de alguma forma já há algum tempo vinham tratando da questão habitacional em suas áreas históricas.

Nesse primeiro momento, dos projetos apresentados, somente o de Olinda foi aceito e teve seu financiamento aprovado, sendo posto em prática pelo governo municipal. Um dos fatores que contribuíram para isso foi à questão da propriedade dos imóveis, pois em Olinda 70% dos moradores era proprietário das edificações, condição básica para a obtenção do financiamento. Outros aspectos dizem respeito à

¹⁷⁸ Azevedo, Paulo Ormino (1994) op. cit.

simplificação dos procedimentos burocráticos, e ao caráter das intervenções arquitetônicas, que não envolviam grandes restaurações, o que viabilizava a participação financeira do morador. Com a experiência acumulada nessa primeira fase em Olinda; iniciada em 1985, preparava-se para ampliar a abrangência do programa com a inclusão de São Luís, em uma segunda etapa. Todavia, a extinção do BNH ao final de 1986, abortou a continuidade desse programa habitacional, perdendo-se com isso todas as conquistas conseguidas até então nessa área.

Ainda que essa tenha sido uma experiência pontual frente à complexidade da questão habitacional em nosso país, seu êxito junto à população foi relevante para provar a viabilidade técnico-financeira dessa alternativa, bem como para ampliar a possibilidade da utilização do patrimônio histórico explorando a sua dimensão social, que nesse caso parecia ser o caminho natural.

Em realidade, a interrupção desse programa somente refletia a crise política e institucional que passava a área de preservação histórica no Brasil naquele momento. Ainda que a experiência nessas três cidades tivesse avançado na conceituação e abordagem da problemática de preservação dos centros históricos, no âmbito geral continuava-se padecendo dos mesmos problemas estruturais que sempre marcaram o trabalho de preservação cultural em nosso país: falta de prioridade política, carência de recursos financeiros, de quadros técnicos e distanciamento do processo de desenvolvimento socioeconômico.

Essa crise se acentuava na medida em que a área federal responsável pela condução da política cultural vivia um delicado momento político, em função da indefinição da continuidade do processo de reforma administrativa e da linha de atuação do setor, que havia sido iniciado por Aloísio Magalhães em 1979. Esse processo se encontrava ameaçado tendo em vista a morte repentina de Magalhães, em junho de 1982, em Veneza, Itália, quando representava o Brasil em uma reunião da UNESCO, onde seria discutida a inclusão de Olinda na lista dos monumentos considerados Patrimônio Mundial.

Cabe observar que Aloísio Magalhães era um renomado artista plástico e designer, pessoa carismática e que havia sido nomeado Diretor do então IPHAN em setembro de 1979 e que, a partir desse cargo, iniciou uma profunda reforma na área cultural do país. Essa reformulação político-administrativa e conceitual tinha como ponto de partida a fusão em um único organismo das três áreas (instituições) que

cuidavam da gestão da política cultural federal: o IPHAN, o PCH e o CNRC ¹⁷⁹(). Com essa medida nascia a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão de caráter normativo e a Fundação Nacional PróMemória (FNPM), braço executivo desse novo complexo institucional. Na realidade, o que se deduz é que esta situação era uma fase intermediária, algo como um balão de ensaio, para a criação de um organismo mais amplo e fortalecido politicamente, o que de certa forma é conseguido em 1981, com a criação da Secretaria da Cultura do MEC (SEC), tendo Aloisio Magalhães como seu Secretário.

Nesse período de três anos, com a incorporação de novos conceitos, foram conseguidos significativos avanços políticos e operacionais no processo de gestão cultural. Conceitos como diversidade cultural, incorporados a partir do reconhecimento de manifestações culturais de grupos até então marginalizados (índios e negros, por exemplo), foram alterações importantes. Porém é fácil deduzir que ao agrupar visões e práticas tão distintas, era natural que surgisse não só um choque de idéias, como também uma disputa interna pelo controle decisório desse novo sistema e, que o equacionamento dessa delicada questão política exigiria um tempo. Entretanto, com o desaparecimento prematuro do seu idealizador esta situação se agravou, trazendo graves conseqüências à condução da política cultural.

Nessa reordenação da área cultural estava embutida uma proposta de instituir um modelo gerencial mais participativo para a condução da política cultural do país. Essa dimensão democrática, que de certa forma refletia os primeiros sinais de distensão política, buscava incorporar novos conceitos e novas práticas no trato das questões relativas ao patrimônio histórico, procurando envolver a sociedade no processo de produção e gerenciamento desse patrimônio. Nesse contexto, o tombamento histórico do Terreiro da Casa Branca, antigo centro de candomblé da Bahia e o da Serra da Barriga (Quilombo dos Palmares) em Alagoas, realizados sob calorosas discussões em 1982, são bons exemplos da nova conceituação e prática preservacionista. Do mesmo modo, que foi a criação de um grupo técnico específico para estudar a questão de Brasília como patrimônio histórico contemporâneo – Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília – GT/Brasília (1980).

Com o advento da Nova República, em 1985, a SEC foi transformada no Ministério da Cultura (MinC) gerando com isso uma perspectiva de fortalecimento e

¹⁷⁹ O CRNC - Conselho Nacional de Referência Cultural, órgão criado por Aloísio em 1975 para tratar da questão da identidade cultural do país. Ver Fonseca, Maria Cecília Londres (1997) op. cit.

independência financeira da área cultural que, infelizmente, até o momento ainda não se concretizou. Em seus três primeiros anos o MinC passou por quatro administrações, o que demonstra a inconsistência institucional e política do modelo de condução da área cultural. Certamente que esta fragilidade administrativa provoca um grande desgaste para gerenciamento do sistema cultural que não consegue definir, e muito menos por em prática, uma política para o setor. A esta situação soma-se a crônica penúria financeira que essa área enfrenta mesmo com a criação de incentivos fiscais. Nesse período, a SPHAN/Pró-Memória, refletindo essa realidade política, passa por uma série de modificações administrativas e várias gestões, acarretando uma descontinuidade operacional nunca vista e um paulatino processo de esvaziamento técnico e organizacional da sua estrutura.

Em 1990, como que coroando essa situação, o governo Fernando Collor (1990/1992) extingue o MinC e desmonta todo o sistema administrativo cultural da área federal, suspendendo os incentivos fiscais para o setor (Lei Sarney)¹⁸⁰. O complexo SPHAN/Pró-Memória é substituído pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC. Após a destituição de Collor (1992), já no Governo Fernando Henrique Cardoso (1996), o IBPC retoma a sua denominação de IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), mas, até o momento, infelizmente, ainda não reencontrou seu caminho nem recuperou a sua capacidade executiva e prestígio institucional.

É evidente que essa realidade confusa e contraditória da área federal, se reflete na condução dos trabalhos de gerenciamento e preservação dos núcleos históricos, produzindo uma indesejável descontinuidade dos projetos e um desgastante descrédito das ações preservacionistas junto à sociedade. Esse é um dos fatores que tem impedido a incorporação dessa atividade no cotidiano social.

As experiências aqui referenciadas - São Luís, Olinda e Salvador, demonstram que mesmo sem a participação efetiva da área federal foi possível desenvolver programas de maior amplitude técnica e social na área dos centros históricos dessas localidades. Mesmo com seus percalços políticos, dificuldades operacionais e eventuais contradições, os trabalhos realizados nesses núcleos, durante aquele período, foram (continuam sendo) contribuições significativas no tratamento dessa questão, e que precisam ser analisadas com maior profundidade por parte da comunidade envolvida com esse tema. Do mesmo modo, a experiência realizada na cidade de São Paulo, durante a gestão Luíza Erundina (1990 - 1994), que também

¹⁸⁰ Lei de incentivo fiscal criada para o financiamento de projetos culturais por meio de renúncia fiscal. Seu nome deriva do Presidente da República que a instituiu

buscou trabalhar a questão do patrimônio histórico, associada ao exercício da cidadania e ao processo de gestão urbana, é um acontecimento que ainda está para ser avaliado.

2.3. Desafios e Caminhos da Preservação de Núcleos Históricos

Nessa leitura resumida do processo de preservação histórica em nosso país, o que se percebe é que o desafio da preservação do patrimônio cultural, e particularmente, no que se refere ao patrimônio ambiental urbano, é, também, o desafio da construção de um modelo de desenvolvimento socioeconômico que seja socialmente justo e ambientalmente equilibrado. Acredita-se que no momento, conforme já observado, a grande questão que se apresenta para o tratamento do espaço urbano no país, diz respeito à instituição de um novo modelo de gestão urbana que tenha como meta possibilitar o pleno exercício da cidadania, a inclusão social e a melhoria da urbanidade nas cidades brasileiras.

Nessa perspectiva, a ação preservacionista torna-se um componente importante no processo de definição de valores e parâmetros de intervenção no espaço urbano. Desse modo, sua contribuição não pode ser encarada como uma questão secundária e alegórica no processo de desenvolvimento. Sua realização impõe o trato das questões de ordem social, política e econômica que envolvem a vida cotidiana, pois somente assim será possível integrá-la à dinâmica social de forma que possa ser entendida e valorizada no processo de construção da cidade. Para tanto, é necessário tentar fazer cumprir uma conhecida fórmula apresentada por Malgadi: *Preservação = Identidade Cultural = Qualidade de Vida*.¹⁸¹

Obviamente, que esta não é uma questão fácil de ser enfrentada em um país como o nosso. Seu equacionamento pressupõe a construção de um complexo pacto político, que busque compatibilizar os interesses dos mais diversos segmentos envolvidos no processo de construção da cidade, e se ampare em conceitos como urbanidade, cidadania, inclusão, diversidade social e cultural. Portanto, torna-se imprescindível ampliar e fortalecer os canais de participação da sociedade na gestão dos seus problemas. Isso diz respeito, particularmente, a criação de mecanismos que contemplem a inclusão dos segmentos menos favorecidos que quase nunca têm direito a voz nesse jogo de forças.

Para tanto, torna-se necessário romper com o pensamento tecnicista, burocratizado e elitizado que, por vezes, ainda se mostra fortemente inserido no

¹⁸¹ Malgadi, Cássia (1991) op. cit.

modelo de atuação das nossas instituições públicas. Ao mesmo tempo em que é preciso rever o arcabouço institucional da máquina estatal, que com sua estrutura administrativa fragmentada e autarquizada dificulta e compromete uma ação integrada do Poder Público no enfrentamento desses problemas. Essas observações nos remetem à necessidade de uma reforma administrativa, que busque não só melhor instrumentar a máquina pública dando-lhe outra dinâmica operacional, como também, alterar a sua lógica de funcionamento, buscando estabelecer uma ordem política pautada em novas prioridades.

Isso não quer dizer que se tenha que abraçar o modelo neoliberal que está em prática em nosso país, e deixar por conta do mercado, esse personagem sem rosto, mas de garras bem conhecidas, a condução do processo de gerenciamento urbano e cultural. Também, não se trata de tutelar a sociedade e estabelecer seus destinos, mas sim de reconhecer uma realidade institucional adversa e buscar um caminho mais responsável e melhor compartilhado entre Poder Público e sociedade, na gestão dos problemas urbanos.

Com essas observações o que se busca é uma reflexão sobre a fragilidade e descontinuidade da prática preservacionista em nosso país, que até o momento não tem conseguido consolidar-se como uma ação cotidiana no processo de desenvolvimento urbano. Nessa leitura, podemos constatar o profundo descaso com a proteção e gerenciamento dos centros históricos, associado a uma prática de trabalho institucional que tem uma enorme dificuldade de se renovar e incorporar novos conceitos e posturas. E as experiências positivas existentes lutam desesperadamente para sobreviverem ao reiterado processo de descontinuidade operacional e falta de prioridade política. Evidentemente que em uma sociedade como a nossa, amparada em ações conservadoras e quase sempre de caráter autoritário, e que se pauta por um modelo estereotipado de modernidade, não é de se estranhar que a questão patrimonial receba esse tratamento.

Para o trabalho de salvaguarda histórica ser incluído, efetivamente, na vida urbana cotidiana e passe a desempenhar o papel social que lhe cabe, deve-se ter o cuidado para que as ações de preservação do patrimônio ambiental urbano, não venham ser tratadas como uma atitude que mascare os conflitos sociais embutidos no processo de construção da cidade. E seja mais um instrumento de exploração econômica e consagração da história dos segmentos sociais que sempre detiveram o controle político da sociedade. Do mesmo modo, não se pode cair na tentação de tentar recuperar (manter) a memória de um passado urbano, idealizado e

romantizado como um paraíso perdido, por meio da construção de verdadeiros cenários históricos assépticos e de tradições que, na verdade, nunca existiram.

Para ilustrar esse modelo de intervenção, onde se busca reconstruir passados históricos idealizados, cabe recorrer uma vez mais a Mariani que, ao tratar do caso da restauração de Bolonha – Itália (que ele inclusive participou), nos oferece um bom exemplo sobre o que ele chama de *positivismo histórico*:¹⁸²

Bolonha tornou-se uma cidade exemplo na Europa porque foi feito o saneamento do Centro Histórico (...) Tratava-se da administração da esquerda da cidade de Bolonha que teve uma idéia revolucionária, isto é, o dinheiro público que devia servir para construir os novos alojamentos na cidade (...), foi investido para expropriar o Centro Histórico e transformar instalações do Centro em alojamentos sociais. Nisso está a idéia revolucionária, genial. (...) O drama ocorreu depois, quando se tratava de entender o que restaurar e como restaurar e, assim, o drama surgiu da interpretação histórica que fora feita da cidade de Bolonha, (...) pensem na maravilha, na nossa admiração e também na nossa angústia, quando, terminados os trabalhos de restauro na cidade, segundo uma certa lógica racionalista, descobrimos que Bolonha era uma cidade de água, isto é, uma cidade como Veneza, metade da cidade de Bolonha era exatamente como Veneza: canais para água em frente as casas e as ruas de meia Bolonha vivia sobre a água. A morfologia da cidade de Bolonha é o resultado de uma vida sobre a água e de uma economia sobre a água, o que significa trabalho sobre tecidos, tintura de tecidos etc.

Porém, hoje Bolonha assumiu uma nova realidade que jamais lhe pertenceu se considerarmos a verdadeira história dessa cidade...

Ora, esta nossa idéia de racionalizar tudo, implica o risco de conduzirmos a uma dimensão histórica que jamais existiu; com tal tipo de cultura corremos o perigo de restaurar cidades que jamais existiram e arquiteturas que nunca existiram, ou seja, estamos reinventando a cidade, o território e a arquitetura. Tudo isso tendo como base a lógica absurda da simplificação e a recusa da complexidade do núcleo histórico e do território.¹⁸³

Portanto, é preciso cautela com modelos de intervenção urbana que ultimamente (a partir dos anos de 1990) vêm sendo executados em várias cidades brasileiras, e que privilegiam apenas o caráter estético e turístico dos espaços históricos, desprezando toda a potencialidade funcional e a diversidade sociocultural que essas áreas podem oferecer. Ainda que no primeiro momento esse tipo de intervenção cause interesse e euforia, pela dinâmica urbana que geram em função da novidade da recuperação físico-ambiental desses espaços históricos, associada à força da mídia em divulgá-las junto às classes dominantes, é necessário pensar na sua sustentabilidade social, econômica e cultural. Situação esta onde o trabalho desenvolvido atualmente no centro histórico de Salvador, na área do pelourinho, parece se enquadrar.

¹⁸² Mariani, Riccardo (1991) op. cit. p. 65

¹⁸³ Mariani, Riccardo (1991) op. cit. p. 66

Capítulo 3

Brasília, Cidade Inventada

*(...) Depois de tanto esforço e privações,
mal conseguiam acreditar que, de fato,
o tormento havia terminado a cidade estava pronta,
e o tempo de felicidade ia começar.*

*Na cerimônia de inauguração da nova cidade,
Hipidroxérnus, falando ao povo, afirmou:
"Agora que já temos uma cidade rigorosamente planejada,
propicia à instauração da ordem e da felicidade,
cabe nos planejar também a nossa vida e nossa sociedade
para que tudo funcione segundo
a harmonia que impera no cosmos.*

*"E passou a enumerar as normas da nova ordem social: (...)
Todo e qualquer fator emocional,
afetivo e erótico será eliminado da vida social,
onde deve imperar a objetividade,
a racionalidade e o pragmatismo.*

*Inaugurada a cidade, começou a filtragem
dos que se adequavam ou não às novas exigências
estabelecidas.*

*(..). Desnecessário dizer que boa parte
dos habitantes da antiga Xérnie
não obteve permissão de se transferir para a nova cidade.
Continuou no acampamento provisório que,
com os anos, havia se ampliado enormemente (...)*

3. BRASÍLIA, CIDADE INVENTADA

*Bela é uma cidade velha.
...qual a tua janela?*

Fagner
*Frenesi*²⁰⁵

3.1. O Sonho Mudancista: motivações e expectativas

A implantação da capital do país no interior do território faz parte do imaginário brasileiro muito antes da sua constituição como Estado, desde o tempo em que o Brasil ainda era uma extensão do reino lusitano (de 1500 a 1822). Os próprios portugueses, no século XVII, mesmo sem abdicarem da ocupação litorânea, já sonhavam com a transferência da capital da Colônia para um lugar mais afastado do mar, onde houvesse menores riscos de invasões e lhes oferecesse maiores possibilidades de domínio e de exploração das riquezas existentes no interior das terras recém conquistadas.

Frei Vicente do Salvador, em 1627, analisando o processo de exploração econômica da então Colônia Portuguesa já criticava a exclusiva preocupação dos lusitanos com a apropriação do litoral brasileiro e apontava a necessidade de ocupação das terras do interior, sugerindo que se promovesse à conquista do imenso vazio territorial. Pois, conforme observava, as cidades criadas, incluindo a capital da Colônia, Salvador (capital de 1549 até 1763), concentravam-se na faixa litorânea, como que desprezando a potencialidade econômica do restante do território. Sobre esta questão escreveu uma frase que, pela alegoria criada, ficou famosa ao longo dos tempos e que vale a pena lembrar: "*... portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos*".²⁰⁶

Contudo, não se pode esquecer que a ocupação da costa brasileira no período colonial se fundamentava nos interesses e nos mecanismos de exploração econômica determinados pelos portugueses que até aquele momento, não encontrando outras riquezas (mais precisamente metais preciosos e diamantes) estavam voltados para a extração e comercialização do pau-brasil nos mercados consumidores da Europa. Bem como, no desenvolvimento de uma agricultura

²⁰⁵ *Frenesi* música composta por Fausto Nilo/Petrúcio Maia/Ferreirinha.

²⁰⁶ Salvador, Frei Vicente do (1627) História do Brasil, 1500 – 1627 apud Marx, Murillo (1980) in *Cidade Brasileira*, Melhoramentos: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

concentrada no cultivo da cana, voltada para a produção e exportação do açúcar, produto bastante valorizado naquele período. Ou seja, o sistema econômico vigente se sustentava na monocultura e na exportação, voltado para o atendimento exclusivo das necessidades da Coroa Portuguesa. Naturalmente, como a única possibilidade de escoamento dessa produção era por via marítima, fica fácil perceber a grande importância que as cidades litorâneas assumiram como entrepostos comerciais e, o porquê da concentração da vida socioeconômica da Colônia durante os primeiros anos, nessa faixa do território.

Essa preocupação exclusiva com o litoral começaria a mudar ao final dos seiscentos, com a descoberta de ouro pelos bandeirantes paulistas na região das Minas Gerais, em 1693, no Campo do Cataguás – Vila Rica de Ouro Preto. Evidentemente, essa descoberta, provocou um grande deslocamento de pessoas para esta região, alterando significativamente o quadro de ocupação territorial da Colônia. Essa alteração se deu por meio do surgimento de um grande número de arraiais, vilas e cidades no interior do território, para atender as necessidades operacionais desses aventureiros e consolidar o domínio territorial dos colonizadores.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a descoberta de ouro em terras brasileiras gerava uma enorme euforia em Portugal, que nessa época passava por sérias dificuldades financeiras, também provocava apreensão do Reino sobre o controle do processo de exploração e comercialização de toda essa riqueza. Questão essa que levaria a Coroa Portuguesa a aumentar seus mecanismos de controle social e comercial na Colônia, por meio de adoção de rígidas medidas administrativas sobre a área das minas, gerando enorme insatisfação nos colonos que tiveram seus interesses comerciais contrariados. A descoberta de diamantes na região de Diamantina (1729) ampliou a preocupação dos portugueses e, conseqüentemente, desencadeou um rigor ainda maior no gerenciamento comercial da atividade mineradora, levando o governo a assumir o controle total sobre as minas, inclusive, no caso dos diamantes, foi criado o *Distrito Diamantino*, cujo acesso e saída dependia de autorização expressa da Coroa. Entretanto, toda essa fiscalização não impediria o vigor dos negócios com o contrabando de metais, atividade que sobrevivia com grande efervescência.

Ciente de todos esses problemas, em 1761, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro português, com a sua política expansionista e na busca de exercer maior controle sobre a exploração das terras conquistadas, sobretudo, em relação ao comércio de ouro e diamantes no Brasil, à época uma das atividades mais rentáveis

para Portugal, mas que nesse momento começava a mostrar sinais de esgotamento, propõe, como um dos artifícios para tentar fortalecer a combalida economia portuguesa, não só a transferência da capital da Colônia, mas de todo o Reino Português para o interior do território brasileiro.²⁰⁷

Ainda no século XVIII, à época da intensificação dos movimentos libertários brasileiros contra o domínio português, motivados pelo excessivo controle da metrópole sobre as atividades comerciais e mineradoras na Colônia e agravado pelos altos impostos estabelecidos, muitas foram às manifestações de apoio à idéia de transferência do centro de poder para o interior do território. Essas iniciativas refletiam a natural associação entre a então capital da Colônia, a cidade do Rio de Janeiro (capital de 1763 até 1960) e o ferrenho sistema de dominação exercido pelos portugueses.

Naquele momento, portanto, transferir a capital da Colônia representava, sobretudo, romper simbolicamente com toda a dominação portuguesa e assumir o controle das atividades políticas e econômicas dessas novas terras. Entretanto, é curioso perceber que o mesmo ato, transferir a capital para o interior, correspondia a expectativas distintas entre brasileiros e portugueses. Onde cada um desses grupos vislumbrava uma possibilidade diferente com essa mudança: o primeiro via rompimento e autonomia e o segundo conquista, controle e exploração.

Desse modo, era natural que a própria Inconfidência Mineira (1789), considerada o principal movimento libertário do período colonial, tivesse entre seus propósitos, caso o movimento triunfasse, transferir a sede do poder administrativo do Rio de Janeiro para a cidade de São João Del Rei, no interior de Minas Gerais, região que se tornara o centro de interesse socioeconômico da época. Embora esse movimento tenha sido violentamente sufocado, com seus líderes enforcados, esquartejados ou deportados para outras colônias portuguesas, as idéias de emancipação do Brasil do Reino Português e de transferência da capital para o interior assumiam, cada vez mais, uma dimensão de difícil controle por parte do poder constituído. Esse ideal revolucionário certamente era estimulado pelo movimento vitorioso de emancipação das colônias inglesas na América (formação dos Estados Unidos em 1776) e pelos ideais de liberdade da Revolução Francesa (1789).

²⁰⁷Esta informação esta contida em *Patrimônio Cultural* - Boletim Informativo da 14ª CR/IPBC (atual IPHAN) Edição Especial de Nov/Dez de 1992. Brasília. 1992. Entretanto, há controvérsias sobre a veracidade dessa informação. Ernesto Silva, por exemplo, afirma que sabe-se apenas de um discurso feito por Urbano de Gouveia, em 1896, na Câmara dos Deputados, referindo a essa proposta do Marquês de Pombal. Ver Silva, Ernesto (1971) *História de Brasília*. Editora de Brasília. Brasília. 1971.

Nesse sentido, o Brasil inicia o século XIX com um forte sentimento de independência e onde o tema de construção de uma nova capital no interior do Brasil ganha destaque e recebe inúmeras manifestações de apoio. Entre essas cabe destacar as do jornalista Hipólito José da Costa, que por meio de sua revista *Correio Braziliense*, editada em Londres no período de 1808 a 1822, divulgava idéias sobre a necessidade de emancipação do Brasil e defendia a transferência da capital para o interior do país. Curiosamente, nesse período, até mesmo o embaixador da Inglaterra em Portugal, senhor Willian Pitt, em 1809, por meio de um caloroso discurso publicado em um folheto em Lisboa, defendeu a interiorização da capital do Brasil, denominando-a de uma “Nova Lisboa”. Evidente que todo esse fervor do nobre inglês estava associado aos interesses de sua pátria para com os negócios de Portugal, visto ser a Inglaterra, precisamente, naquele momento, tutora do Reino Português e sua principal credora e, obviamente, a geração de riquezas com a exploração das novas terras e a ampliação de suas fronteiras comerciais muito lhe interessaria.²⁰⁸

Para dar a dimensão da expectativa e de certo espírito ufanista embutido nas diversas manifestações de emancipação e de defesa da transferência da capital naquele período, aspectos esses que, posteriormente, iriam transparecer no discurso mudancista em muitos outros momentos, cabe transcrever um pequeno trecho de Hipólito da Costa publicados no seu *Correio Braziliense* (1813):

... Edificariam ali uma nova cidade, começariam por abrir estradas que se dirigissem a todos os portos do mar, e removeriam os obstáculos naturais que têm os diferentes rios navegáveis, e lançariam, assim, os fundamentos do mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso império que é possível existir na superfície do globo no estado atual das nações que o povoam.²⁰⁹

Contudo, apesar de toda essa corrente favorável no início do século XIX, a questão da transferência da capital da Colônia foi ofuscada pela mudança de toda a Corte Lusitana para o Rio de Janeiro (1808), em decorrência de sua fuga do continente europeu. A vinda da Corte Portuguesa para o Brasil era decorrente da ameaça de declaração de guerra aos países europeus aliados da Inglaterra, feita pelo imperador francês, Napoleão Bonaparte, que impedia, inclusive, qualquer transação comercial com os ingleses (Bloqueio Continental). Como se sabe Portugal, naquele momento era um dos principais parceiros comerciais da Inglaterra e um dos seus principais devedores. Cabe ainda lembrar que a transferência da sede do Reino

²⁰⁸ Ver Silva, Ernesto (1971) op. cit. Cabe lembrar que nesse período, Portugal era administrado pela Inglaterra, visto que a Corte Portuguesa havia se transferido para o Brasil, fugindo de Napoleão Bonaparte que, inclusive, invadiu Portugal. Porém, foi expulso com a ajuda dos ingleses.

²⁰⁹ Apud Medeiros, Layse do Rosário Lima (1996) in Viva o Distrito Federal: estudos sociais. São Paulo: FTD, 1996.

Português para o Brasil foi fustigada pelos ingleses que, inclusive, tiveram o cuidado de escoltar a comitiva real até à Colônia, em troca de uma série de concessões comerciais.

De certa forma, a transferência da sede do poder lusitano para o Brasil, arrefeceu o espírito *emancipacionista* da Colônia que por conta da estada do Rei D. João VI, assumiu um novo status em sua relação política com a Coroa passando a integrar uma espécie de “reino unido português”²¹⁰ e a desempenhar outro papel no cenário econômico da época. Entre as várias ações efetuadas pela Corte Portuguesa, durante o seu retiro em terras brasileiras, para amenizar o controle comercial a que o Brasil estava submetido, cabe destacar a abertura dos portos da Colônia às *nações amigas*, uma das concessões comerciais à Inglaterra. Essa iniciativa permitiu que fossem ampliados os horizontes da economia colonial, o que contribuiu, inicialmente, para aplacar o desejo de emancipação, pois possibilitou a expansão das atividades comerciais da Colônia, questão que interessava particularmente a elite local.

Esse relaxamento na mobilização mudancista teve, também entre seus elementos motivadores, as melhorias urbanísticas que foram realizadas na cidade do Rio de Janeiro, bem como, o fato de naquele momento a *capital* da Colônia está vivenciando, por obra da permanência da Corte Portuguesa, um certo *clima cultural europeu* que lhe emprestava um aspecto de metrópole cosmopolita²¹¹. Inclusive é nessa época (1816) que o Brasil recebe a convite do Governo, a visita de um grupo de artistas e intelectuais franceses, a famosa Missão Francesa, que muito influenciou o desenvolvimento artístico na Colônia.

Entretanto, a derrota de Napoleão Bonaparte em Waterloo (1815) e a crise política vivida em Portugal, que com a ausência do Rei, estava sob administração da Inglaterra, precipitaram o retorno da Corte Portuguesa para Lisboa (1821) e, ao mesmo tempo, o fim do sonho brasileiro de transformar-se em sede definitiva do Reino. Esse acontecimento, associado ao receio do Brasil voltar a ser uma simples colônia, face à iminência de retorno a Portugal do Príncipe Regente, deixado por D. João VI para administrar o Brasil, seu filho D. Pedro de Bragança. E, sobretudo, às pressões políticas do parlamento português de não promover a emancipação política do Brasil, reacendeu o espírito separatista da Colônia e fomentou o velho desejo de construção

²¹⁰ Em 1815, por meio de um decreto de D. João VI, foi criado o Reino Unido de Portugal, e do Brasil e Algarves. In Carmo, Sonia Irene Silva do & Couto Eliane F. B. (1997) A consolidação do capitalismo e o Brasil Império. São Paulo: Atual. 1997.

²¹¹ Nessa época foram criados, entre outros serviços públicos, a Imprensa Régia que possibilitou a impressão de jornais; o Banco do Brasil, um teatro, a Academia de Belas Artes, o Jardim Botânico e a Biblioteca Pública.

de uma nova capital no interior do território que viesse representar esse rompimento com o passado colonialista português.

Cabe também observar que com a volta da família real para Lisboa, o Rio de Janeiro perde um pouco do seu charme cosmopolita e volta a se mostrar sem maquiagem, expondo as suas mazelas urbanas, que àquela época já não eram poucas. Ao mesmo tempo em que passada a euforia inicial com a vinda da Corte, também já se criava um sentimento de insatisfação na Colônia (sobretudo nas demais províncias) em decorrência dos aumentos de impostos para custear os luxos da família real e as obras de embelezamento da cidade do Rio. Acrescentando-se ainda o descontentamento geral pelo fato do comércio continuar sendo dominado pelos estrangeiros, particularmente, pelos ingleses que, pelos acordos feitos entre Portugal e Inglaterra (1810), gozavam de privilégios comerciais maiores que os próprios portugueses, como por exemplo, taxação tributária mais baixa para seus produtos.

Nesse confuso quadro sociopolítico o sentimento de independência ganha força e começa a ser defendido de forma ostensiva por um grande grupo de intelectuais que passam a pressionar o Governo Português para a obtenção da emancipação política, ao mesmo tempo em que defendem a criação de uma nova capital. Nesse sentido, o Príncipe Regente, um pouco antes do seu célebre momento de rebeldia, onde proclama a independência da Colônia em relação a Portugal (1822), manda publicar, em 1821, as contribuições da Junta Governativa Provisória de São Paulo para a Constituição do Reino de Portugal e Colônias que estava sendo confeccionada naquele período. Nesse documento apareceria a primeira manifestação oficial de transferência da sede da Colônia para o interior do território:

"(...) que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da Côrte ou da Regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus, em sítio sadio, ameno, fértil e regado algum rio navegável. (...) dever-se-ão logo abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar, para que comuniquem e circulem com tôda a prontidão as ordens do govêrno(...)"²¹²

Após a independência do Brasil do domínio português (1822), ainda no Primeiro Império, José Bonifácio, ministro do Imperador e um dos principais personagens do ato de independência proclamado por D. Pedro I, além de hábil articulador político e pertencente a uma rica família paulista, que gozava de grande prestígio na época, encaminhou à 1ª Assembléia Nacional Constituinte (1823) a proposta de construção de uma nova capital, sugerindo que esta se localizasse na Comarca de Paracatu

²¹² Apud Silva, Ernesto (1971) op. cit.

(MG)²¹³ e se chamasse Brasília ou Petrópolis. Essas sugestões ganharam força e passaram a constar da primeira constituição republicana (1891), que adotou o nome Brasília e definiu uma área de 14.400 Km² no *Planalto Central da República* para instalar a nova capital. Nesse mesmo ano foi criada uma comissão para demarcar a área (Missão Cruls). Essa comissão iniciou seus trabalhos em 1892 e produziu um minucioso relatório de identificação da região, que pode ser classificado como o primeiro *Relatório de Impacto Ambiental* de nossa história²¹⁴. A área sugerida para implantação da capital se localizava, exatamente, no ponto divisor das águas das três maiores bacias do nosso continente: a bacia do Amazonas, a do São Francisco e a do rio da Prata, fenômeno esse conhecido como Águas Emendadas.

Convém lembrar que, ao lado de todo esse discurso emancipacionista, a pressa do governo republicano em agilizar os preparativos para a mudança da capital estava associada, especialmente, ao clima de catástrofe que o Rio de Janeiro vivia na época, por conta das inúmeras epidemias que assolavam a área urbana. Conforme se sabe, a abolição do sistema escravocrata no país (1888) foi realizada de maneira socialmente irresponsável e com pouco ônus para a elite colonial. Ou seja, uma vez que deixou de ser interessante, por conta da redução dos lucros, simplesmente foi descartado e todo o contingente humano que lhe sustentava ficou abandonado à sua própria sorte. Os escravos, literalmente, foram jogados na rua para lutarem pela sobrevivência. Assim, uma vez expulsos do campo, era natural que toda essa gente excluída tivesse como destino as cidades e, particularmente a capital do Império onde, a primeira vista, teria maiores possibilidades de sobreviver. Portanto, tal qual aconteceu na Europa na metade do século XVIII, no início da industrialização, as cidades não tinham condições de absorver, sem traumas, essa população eminentemente rural e faminta, e passaram a conviver com um quadro de degradação urbana, mais assustador ainda.

Assim, no Rio de Janeiro, essa situação se agudizou e a partir de então, a cidade assumiu uma feição urbana e ambiental caótica. Aspecto este agravado pelo grande número de moradias insalubres, falta de esgotamento sanitário, precariedade do abastecimento de água, falta de empregos etc. o que facilitava a propagação de uma série de endemias, configurando um panorama urbano deveras preocupante. Desse modo, tornava-se imperativo que a elite econômica sonhasse

²¹³ Paracatu atualmente é um Município do Estado de Minas Gerais e está a cerca de 200 Km de Brasília.

²¹⁴ A Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, chefiada por Luiz Cruls, Diretor do Observatório Nacional, astrônomo, era composta por uma equipe multidisciplinar de 22 membros entre geógrafo, botânico, geólogo, engenheiro, médico etc. Um Resumo da Edição Especial do Relatório foi reeditada pelo Governo do Distrito Federal em 1992 e pode ser encontrada no Arquivo Público do Distrito Federal para consulta.

construir um outro espaço urbano melhor estruturado, fora do alcance de todas essas mazelas e que viesse atender os seus desejos de melhoria das condições socioambientais e habitacionais.

Para compreendermos um pouco mais esse precário quadro sociourbano do Rio de Janeiro, que provocava tanta inquietação na elite e estimulava a sua luta pela construção de uma nova capital, longe de todo esse caos, cabe citar um pequeno trecho de José Murilo de Carvalho sobre esse momento²¹⁵:

(...) com o mais violento surto de epidemias da história da cidade, o ano de 1891 foi particularmente trágico, pois nele coincidiram epidemias de varíola e febre amarela, que vieram juntar-se às tradicionais matadoras, a malária e a tuberculose. Nesse ano, a taxa de mortalidade atingiu seu mais alto nível, matando 52 pessoas em cada mil habitantes.

Ainda como consequência dessa realidade, em 1903, Osvaldo Cruz lança uma grande campanha de vacinação contra a febre amarela que havia matado em 1902 cerca de 1000 pessoas. Todo esse movimento sanitário, além de provocar muita revolta na população, pois as equipes de controle, denominadas de *mata-mosquitos*, podiam interditar e derrubar casas promoveu, sob o comando do Prefeito Pereira Passos, uma mudança urbana completa no espaço da cidade por meio da derrubada de quarteirões inteiros, aberturas de avenidas, aterramento de mangues, instalação de esgotos e outras melhorias urbanísticas.²¹⁶

Evidentemente, além de todas essas questões físico-espaciais, o Movimento Republicano também almejava criar um marco histórico, social e político, que caracterizasse todo o processo de mudança que o país estava vivenciando naquele momento. Portanto, a criação de uma nova capital poderia ser esse símbolo que, resgatando o desejo dos inconfidentes, inauguraria esse novo tempo e reafirmaria a autonomia política da jovem nação e o caráter renovador e progressista do movimento republicano. Essa associação de motivações e desejos que sempre povoou o discurso mudancista ao longo dos tempos: *nova capital - inconfidentes - independência - modernidade - progresso*, seria oportunamente recuperada e utilizada quase 70 anos depois, quando da efetiva construção de Brasília. Não é por coincidência que Brasília foi inaugurada em 21 de abril (1960), data alusiva à memória de Joaquim José da Silva Xavier - o *Tiradentes*, mártir da Inconfidência Mineira.

²¹⁵ Apud Patrimônio Cultural - Boletim Informativo Bimestral da 14ª Coordenação Regional do IBPC (atual IPHAN). Edição especial novembro/dezembro 1992. Brasília. Carvalho, José Murilo de (1987) Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi. Cia. das Letras, 1987

²¹⁶ Ver Benchimol, Jaime Larry (1984) Pereira Passos: um Haussaman tropical. Dissertação de mestrado IPPUR. RJ. 1984.

Todavia, contrariando todas as expectativas da época, após a conclusão dos estudos da Comissão Cruls (1894) interrompeu-se os trabalhos de transferência e o sonho mudancista ficou adiado uma vez mais. Entre as razões para essa interrupção podem ser elencadas o início de melhorias nas condições urbanas e sanitárias do Rio de Janeiro, com expressivos investimentos do Governo na estrutura da cidade e, particularmente, a falta de condições econômicas da República para bancar um empreendimento de tamanha envergadura. Desse modo, o tema da transferência da capital ficou esquecido sendo retomado somente em 1922, nas comemorações do Centenário da Independência (sete de setembro), quando foi lançada a pedra fundamental de Brasília na cidade goiana de Planaltina, hoje cidade integrante do Distrito Federal. Porém, com um pouco de imaginação, pode-se visualizar o surrealismo dessa cerimônia realizada em local ermo de um planalto vazio, e que de lembrança, nos deixou apenas um pequeno monumento no meio do cerrado.

Somente a partir de 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, no quadro de retomada da economia mundial pós-guerra e da industrialização do país é que efetivamente passou-se da intenção para o gesto. Contudo, durante todo esse tempo, muitas foram as discussões e iniciativas para a concretização desse ato. Entre essas, ganham destaque as ações do Governo Eurico Gaspar Dutra que criou a Missão Poli Coelho²¹⁷ que confirmou a localização da capital no local anteriormente definido pela Missão Cruls. O Governo Getúlio Vargas (em sua fase democrática/segundo mandato) também instituiu uma outra comissão (1953) que promoveu a realização dos serviços aerofotogramétrico da área já demarcada pela Missão Cruls, por meio da contratação de uma empresa americana para realizar a confecção dos mapas e relatórios sobre a caracterização da área de estudo. Denominado de Relatório Belcher,²¹⁸ esse trabalho indicou, no quadrilátero de estudo definido pelo Congresso Nacional em 1953, as cinco áreas mais adequadas para a implantação da nova capital, sendo escolhido o sítio castanho.²¹⁹

Cabe ressaltar que o trabalho realizado por essas duas comissões (Cruls e Belcher) foi fundamental no processo de construção de Brasília, pois foram esses estudos que a Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP, criada pelo presidente Juscelino Kubitschek, utilizou para elaborar o edital do concurso do projeto do *Plano Piloto da Nova Capital do Brasil* (1957). Com destaque para o trabalho da

²¹⁷ Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital - 1946 a 1948

²¹⁸ Nome da empresa contratada – Donald J. Belcher and Associates Incorporated.

²¹⁹ A identificação dessas áreas foi efetuada por meio de cores e, a escolha da área definitiva foi efetuada a partir da pontuação de cada uma delas em função de seus atributos físico-ambientais.

Missão Cruls que em seu *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*, fornece elementos importantes para a forma de implantação da cidade no sítio escolhido, sugerindo, inclusive, a construção de um lago, que passou a constar no edital do concurso como elemento de projeto. Conforme se pode aferir, as observações desse Relatório foram importantes para a definição do partido urbanístico do projeto vencedor, sendo este o único que incorporou em sua concepção, as análises do relevo buscando sua "(...) *adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação (...)*"²²⁰

A partir desse sintético painel da longa trajetória da idealização e concretização da capital brasileira no centro do território nacional, onde se buscou pontuar alguns fatos relevantes para a construção da ideologia mudancista, pode-se deduzir que a materialização de Brasília faz parte da própria estruturação do país como nação autônoma. Também que esta se vincula aos interesses comerciais e políticos da elite nacional, e sempre foi vislumbrada como um instrumento de conquista territorial e afirmação política por parte do Poder Constituído, ou seja, do Estado. Igualmente, se pode perceber que a sociedade civil, ou mais precisamente, a grande massa da população, pouco participou de todo esse movimento mudancista, exceto quando foi necessário legitimar os interesses advogados em seu nome, ou quando, literalmente, foi preciso pegar as ferramentas para construí-la.

Em verdade, a sua realização começa a tomar corpo no início dos anos trinta do século XX, sintomaticamente, no período do Estado Novo (regime autoritário que vigorou de 1937 a 1945), quando estava em curso a ideologia nacionalista defendida por Getúlio Vargas e sua política de integração nacional amparada no programa de ocupação dos vazios territoriais - *Marcha para o Oeste*. É no bojo desses acontecimentos que a elite intelectual brasileira começa a pensar efetivamente na formação, expansão e modernização do Estado Brasileiro, colocando em pauta a discussão do sentimento de nacionalidade e soberania nacional. Bem como, os valores culturais que deveriam pautar a identidade da jovem nação e a formação de um novo *Homem Brasileiro*, tema tão presente na ideologia do Estado Novo.

Nesse sentido, cabe lembrar que data de 1937 a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, órgão que tinha como objetivo maior, definir uma política cultural para o país. E que seu grupo idealizador tendo à frente Lúcio Costa e Mário de Andrade, como seus principais ideólogos, seria 20 anos

²²⁰ Costa, Lúcio (1957) in Relatório do Plano Piloto de Brasília. ArPDF, CODEPLAN, DePHA. Brasília: GDF 1991.

mais tarde, basicamente, o mesmo grupo que responderia pela concepção e construção de Brasília.²²¹

Todavia, aprofundando um pouco mais a análise desse ato político, encontraremos motivações mais decisivas e poucas discutidas, como bem nos mostra Milton Santos, em um preciso artigo sobre a ideologia da ocupação do território brasileiro, escrito quando das comemorações dos 25 anos de Brasília. Na análise oferecida por Santos vamos perceber que a movimentação de capitais, tanto externos quanto internos, ocorrida em meados do século XX, constituiu-se em um dos fatores primordiais para possibilitar a materialização da nova capital. Desse modo, a construção de Brasília seria um ato bem mais complexo que a concretização do *"grande sonho histórico da nação"*, expressão utilizada por Santos, para se tornar um ponto de apoio fundamental na reorganização territorial e política que se deveria realizar tanto por pressões externa quanto interna. Nesses termos, *"Brasília seria um momento fundamental da história do mundo capitalista quanto da história do Brasil" e estaria no "centro de uma remodelação territorial imposta e consentida"*.²²²

Santos ainda nos lembra que a história brasileira foi (é) construída a partir da "sucessão de verdadeiros pactos territoriais" e de onde o Estado sempre buscou o seu fortalecimento político, utilizando-se de uma discutível neutralidade na mediação (avalista) na montagem de um equilíbrio de forças política e econômica entre as diversas regiões do país. Regiões essas que sempre lutaram para abocanhar o seu quinhão do bolo econômico.

Desse modo, Brasília também seria fruto desses pactos políticos e se constituiria na consagração do Sudeste como região industrial e merecedora da maior parte do bolo. E, sua materialização, faria parte de uma espécie de compensação a regiões menos favorecidas, pois ao mesmo tempo em que os investimentos para a industrialização se concentravam no Sudeste, se investia um grande volume de recursos para a construção da capital em uma região pouco ocupada e sem muita expressão política. Buscando-se assim, induzir o seu desenvolvimento e equilibrar o jogo de poder, à semelhança da criação da SUDENE para o Nordeste e do programa de ocupação da Amazônia para o Norte.

Portanto, a concretização de Brasília, em 1960, seria fruto de um ato político inserido num contexto desenvolvimentista centrado na figura do Estado, e que tinha

²²¹ Desse grupo além de Lúcio Costa, participaram os arquitetos: Renato Soeiro, Alcides da Rocha Miranda, Carlos Leão entre outros. Ver Londres, Maria Cecília F. (1997). O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro. UFRJ: IPHAN. 1997.

²²² Santos, Milton (1985) in Revista AU Ano 1 N.º 2 op. cit.

como meta industrializar e modernizar o país. E onde a construção de uma nova capital, afastada dos tradicionais centros políticos da época, comparecia como referencial de todo o processo de remodelação política, social, econômica e territorial que se almejava implantar. O slogan utilizado para designar essa vontade política: “50 anos em cinco”, nos dá a dimensão do ritmo frenético de mudança que se apossou da nação naquele período. Ritmo esse, amparado na movimentação financeira do mundo capitalista que precisava ampliar seus mercados e criar novas bases de apoio para seus interesses econômicos. Episódio tão comum e tantas vezes repetido ao longo da história mundial.

Porém, há de se reconhecer que a construção de Brasília foi uma atitude política audaciosa, obstinada e de grande significado para a história do país e que, por vários momentos, conseguiu sensibilizar e empolgar parte da nação. Para tanto, se utilizou de um discurso ideológico de forte conteúdo nacionalista, renovador e modernizante, possibilitando a formação de um movimento favorável para essa iniciativa e gerando euforia quando da sua inauguração, apesar do ceticismo de sua consolidação.

Holanda nos aponta que, curiosamente, as manifestações mais fortes de desaprovação dessa empreitada estavam nos extremos do quadro político nacional. Na direita, representada por Carlos Lacerda, deputado pelo Estado do Rio de Janeiro e forte opositor do Governo, que considerava Brasília um “grande investimento improdutivo”. E na esquerda por Luiz Carlos Prestes, Secretário do Partido Comunista Brasileiro, que entendia que a construção de Brasília fazia parte de uma estratégia política para afastar o Governo Central das pressões sociais do Rio de Janeiro.²²³

Nesse disputado quadro político, méritos para os idealizadores e construtores de Brasília que souberam formalizar as alianças necessárias para a sua concretização e tirar partido de todo esse clima social e político que lhe era favorável. Assim como do espírito de modernidade que o país vivenciava naquele momento, no sentido de dar legitimidade ao discurso desenvolvimentista posto em prática pelo Estado, onde as palavras de ordem eram *ruptura, desenvolvimento e modernidade*.

Aliás, foi a partir desse discurso renovador, lembremos da questão do novo e da modernidade discutida no primeiro capítulo, que se despertou na população, o sentimento de que sua construção seria verdadeiramente o passo decisivo para a

²²³ Holanda, Frederico (1997) op. cit. p. 24

²²³ Contribuiu para esse sentimento os salários pagos durante o período de construção da cidade que, representavam um valor bem acima do restante do país e foi fundamental para o recrutamento da mão-de-obra operária. Ver Holston J (1993). op. cit.

entrada do país no mundo moderno, gerando uma nova realidade social com melhores oportunidades para todos. Certamente, essa esperança de melhoria de vida, foi um poderoso combustível para movimentar o enorme exército de trabalhadores (cerca de 60.000 no pico da obra) que, sob uma exaustiva jornada de trabalho, possibilitou a sua construção em pouco mais de três anos.²²⁴

Contudo, o tempo nos mostrou que todo esse esforço serviu para produzir um dos mais expressivos exemplares da arquitetura moderna mundial, porém, como já se suspeitava na época de sua construção, foi insuficiente para alterar o quadro econômico e social no Brasil. Pois, se assim não tivesse sido, teríamos, finalmente, descoberto a tão sonhada *pedra filosofal*, solução de todos os males.

3.2. Brasília e o Movimento Moderno

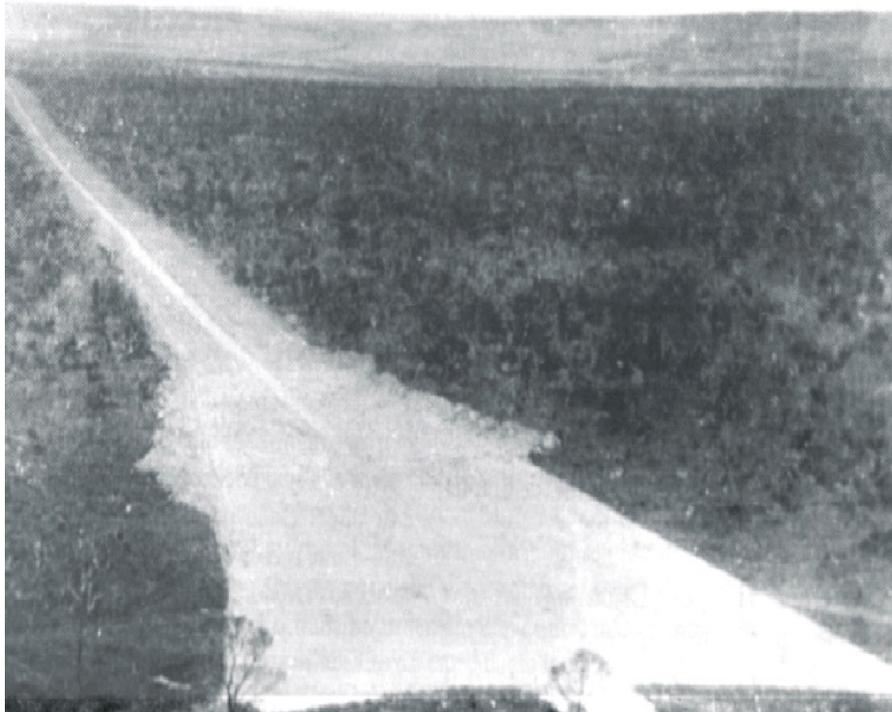
Como foi visto anteriormente, a transferência da capital brasileira para o centro geográfico do país representou, antes de tudo, um acontecimento político de grande envergadura, com imenso rebatimento na remodelação territorial do país. E que também, movimentou um fabuloso volume de recursos, onde parte foi financiada pela poupança interna, com destaque para os diversos fundos de pensão dos trabalhadores brasileiros assalariados (IAPI, IAPC, IAPTEC entre outros), que participaram ativamente com aporte de recursos.

Do mesmo modo, sua construção constituiu-se em acontecimento de grande repercussão para a história do urbanismo ocidental tendo em vista a sua concepção urbanística calcada nos princípios do Movimento Moderno de Arquitetura preconizados pelos CIAMs (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna). Portanto, é o projeto urbanístico que foi dado como resposta a toda essa ideologia modernizante e desenvolvimentista, que agora se irá discutir. Certamente, conforme já explicitado na introdução do trabalho, não se tem a pretensão de oferecer um novo entendimento sobre a espacialidade²²⁵ de Brasília, mas sim, estruturar uma leitura sobre estudos já realizados, para identificar as possíveis relações entre sua proposta urbanística e o discurso político-ideológico que lhe deu sustentação.

²²⁵ Ver bibliografia referenciada na introdução do trabalho.



Rodoviária 1957 – ArPDF/CODEPLAN/DePHA/GDF (1991) op. cit



Praça dos três Poderes – 1957 – Costa, Lúcio (1995) op. cit

Naturalmente, o exame dessas questões nos remete a buscar entender a conjuntura sociocultural e política brasileira entre os anos de 1930 a 1950, período em que se formou todo o ideário modernista em nosso país e em que, também, ocorreram grandes alterações na estrutura da sociedade brasileira. Em verdade, o ideário modernista começaria a tomar corpo em nosso país um pouco antes, por volta dos anos de 1913,²²⁶ quando a elite intelectual do país, inspirada por ventos revolucionários europeus, e por meio da estruturação de um amplo movimento cultural – o Movimento Modernista²²⁷ que, congregando vários ramos artísticos (literatura, escultura, pintura, arquitetura, música etc.), lança as bases de formação de uma cultura artística brasileira, montada a partir da busca de raízes locais e do rompimento com a dependência estética que se mantinha com a Europa, expressa no academicismo vigente no meio artístico.

Esse movimento de discurso renovador e contestador, que buscava instituir uma nova linguagem estética e romper com as barreiras discriminatórias entre o erudito e o popular, por meio do conhecimento da realidade do país e valorização dos seus valores culturais populares (a descoberta do Brasil pelos brasileiros conforme dizia Mário de Andrade), teve como um dos seus principais marcos histórico, a Semana de Arte Moderna, ocorrida em São Paulo (1922). Evento determinante para a consolidação do Movimento Moderno no Brasil, impulsionando e encorajando uma série de atitudes renovadoras em vários setores da vida cultural do país. Em verdade, naquele momento, vivia-se um efervescente momento na história cultural brasileira onde, tudo *cheirava* a transgressão e a ruptura. Espírito esse que acompanhava as primeiras manifestações modernistas lançadas contra o conservadorismo provinciano de então.²²⁸

Naquele período, conforme já observado, se buscava a consolidação e fortalecimento do Estado Brasileiro dentro de um entendimento modernizante, onde romper com as estruturas coloniais arcaicas e construir um novo Brasil, fundamentado em novas bases sociais e culturais, eram premissas básicas. A implantação do Estado Novo em 1937, por Getúlio Vargas, sintetizava todo esse discurso e, ao mesmo tempo, carregava toda a sua contradição. Pois, simultaneamente à busca da modernização

²²⁶ Ano da exposição de pinturas de Lasar Segal em São Paulo, considerada a primeira mostra de caráter modernista. Outro acontecimento importante foi a exposição de Anita Malfatti em 1917 (São Paulo) que tanta indignação causou em alguns críticos da época, levando Monteiro Lobato a escrever um artigo indignado contra tal exposição.

²²⁷ Era assim que seus integrantes se autodenominavam, muito embora Lúcio Costa, posteriormente, tenha renegado essa denominação. Lúcio Costa em 1991, em Post Script de seu *Razões da Nova Arquitetura* de 1934, faz distinção entre os termos moderno e modernista. Moderno seria “conhecendo fundo o passado - ser atual e prospectivo”. Modernista seria “certas obras de feição afetada e equívoca”. Ver Lúcio Costa, *Registro de Uma Vivência* op. cit. p. 116.

²²⁸ A literatura sobre esse tema é vasta. Ver por exemplo *Arte no Brasil*. São Paulo: Ed. Abril, 1979. V. 2. Esta publicação apresenta esse assunto de forma bem didática.

da estrutura cultural, administrativa e econômica do país tais como: implantação de uma base industrial, leis trabalhistas, nacionalização do petróleo, reformas administrativas no Serviço Público entre outras ações, reduzia-se os direitos políticos e constitucionais com o fechamento do Congresso, proibição de partidos políticos, censura da imprensa, perseguições políticas e outras medidas de exceção. Não custa lembrar, que o Estado Novo, era um movimento derivado da revolução de 1930, que tinha como um dos seus pressupostos, abolir o modelo político e cultural da Velha República.

Quanto à participação da intelectualidade no Estado Novo é importante perceber dois aspectos: de um lado tinha-se uma estratégia de **cooptação**, especialmente junto aos intelectuais modernistas críticos ao sistema, para trabalhar na máquina do Estado, na tentativa de tê-los como aliados e neutralizá-los como opositores. Essa mesma estratégia foi tentada com Prestes e demais líderes comunistas. De outro, para esses intelectuais o Estado era um espaço privilegiado para disputar a hegemonia ideológica e cultural do país, implementando suas políticas modernizadoras, portanto, estar no governo era, de certo modo, uma espécie de “missão revolucionária”.

Como já se disse anteriormente, é nesse período que a construção do sentimento de nacionalidade, de busca da formação de um novo país e de um novo homem brasileiro (moderno) se consolidam como uma política a ser implementada pelo Estado. Para isso, porém, era necessário um embasamento conceitual que respaldasse toda a ação a ser desenvolvida na busca da materialização desse objetivo tão perseguido ao longo dos tempos - *transformar o Brasil em um país moderno* e alinhado com as idéias novas que se desenvolviam na Europa. E naquele momento, o ideário renovador, tecnicista e pragmático que se consolidava naquele continente, por meio do Movimento Moderno, fornecia os elementos necessários para a construção desse movimento oficial, abrangente e hegemônico de modernização do país.

Portanto, havia um entendimento majoritário da elite intelectual sobre a necessidade do Brasil romper com o seu sistema político-administrativo arcaico e modernizar seus hábitos culturais, embora houvesse divergências de conteúdo e forma. Assim, montava-se o cenário ideal para que o Estado pusesse em prática a sua política modernizadora. É interessante perceber que nessa época surgem estudos de diversos intelectuais brasileiros sobre a constituição da nossa sociedade, acentuando a precariedade das condições sociais do país, ao mesmo tempo em que apostavam

na construção de uma nova sociedade a partir da exploração da diversidade de formação do povo brasileiro e na valorização de sua cultura. É nesse período que Gilberto Freire lança *Casa Grande e Senzala* (1933) marco na constituição de uma antropologia brasileira. Em 1936, Sérgio Buarque de Holanda, também publica o seu clássico, *Raízes do Brasil*. É ainda desse período (1942) o lançamento de *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior, obras fundamentais para o entendimento da estruturação da sociedade brasileira e formação de uma visão crítica da sua realidade política e social. Ou seja, o Brasil começava a se pensar como Nação autônoma e, ao mesmo tempo, buscar um caminho para o seu desenvolvimento. Conforme aponta Antônio Cândido, esses livros: "*Traziam a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica dos fundamentos patriarcais e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal*". Portanto, é nessa conjuntura que se forja o pensamento modernista no país e se promove a sua consolidação como movimento cultural hegemônico.

Entretanto, a consolidação do ideário modernista não ocorreu de forma tranqüila como se poderia imaginar em um primeiro momento. De início, as primeiras manifestações modernistas, que tanta estranheza e arrepios causaram no fechado pensamento artístico da época, motivaram uma forte resistência em grande parte da sociedade conservadora de então, gerando, inclusive, a rejeição da produção artística dos modernistas, que tiveram dificuldade para expor e vender seus trabalhos. A título de ilustração, cabe apresentar um pequeno trecho do livro de Maria Augusta Fonseca sobre os preparatórios da Semana de 22 que mostra bem o clima conservador da época e a rejeição ao pensamento modernista.

Já em 1921, a campanha preparatória da Semana começa pelos jornais, nos banquetes, nas reuniões com amigos. E Oswald sai com toda a sua verve satírica, irreverente, debochado. O clima é de euforia. No meio disso tudo Oswald escreve um artigo, "O meu Poeta Futurista", pondo na pauta a poesia de Mário de Andrade. Destaca um poema de *Paulicéia Desvairada*, causando verdadeiro rebuliço. Todos acham Mário um doido: família, alunos, colegas de emprego. Fernando Goes assinala que "cala tão fundo na opinião da cidade o adjetivo futurista, com que o classificara Oswald de Andrade, que os pais de vários alunos do professor, resolveram, cautelosa e precavidamente, retirar seus filhos de sob os cuidados de tal mestre – um maluco e perigoso "futurista!" (citado por Mário da Silva Brito)²²⁹

Lúcio Costa também descreve um período em que ele denomina de *Frômage* (desemprego), onde por não ter clientes no seu escritório, pois suas idéias arquitetônicas não tinham aceitação, ele e seu sócio, o arquiteto Carlos Leão, ficavam passando o

²²⁹ Fonseca, Maria Augusta (1982) *Oswald de Andrade*. Coleção Encanto Radical. Brasiliense. 2ª edição 1982.

tempo projetando casas para clientes inexistentes, *as casas sem donos* como eles as chamavam.²³⁰

De outro modo, além das contradições e da falta de coesão ideológica entre as várias correntes modernistas, havia também uma ferrenha disputa entre elas na tentativa assumir o controle da condução do processo cultural brasileiro a partir de um engajamento político. De um lado havia o grupo conservador e de outro o grupo alinhado com as idéias liberais. Em comum tinham, basicamente, a busca do rompimento com a estrutura político-social da Velha República e de uma renovação estética, por meio da valorização dos temas nacionais e rejeição ao modo de vida europeizado da aristocracia. Entretanto, o movimento modernista avançava e se consolidava na vida brasileira. Vejamos o que nos observa Fonseca:²³¹

Esses movimentos da década de vinte – tanto na esfera política quanto intelectual – tinham em comum a crítica aos modelos políticos e culturais da Velha República. Apesar da heterogeneidade de tendências, provocaram a progressiva erosão da legitimidade do regime e mobilizaram a opinião pública para a idéia de mudança. No campo da cultura sua sedimentação foi mais lenta e apenas a partir do final dos anos 30, e nos anos 40, alcançou um reconhecimento mais amplo, também em função de apoio oficial.

Em relação à arquitetura, embora alguns arquitetos tenham participado da Semana de 22, a inserção do ideário modernista inicia-se por volta de 1925/28 com a carta de Rino Levi publicada no *O Estado de São Paulo* (15.10.1925) sobre a "*necessidade de novos planos modernos de urbanização para as cidades brasileiras, pois estas crescem ao sabor dos desejos dos especuladores imobiliários.*"²³² Também, pela manifestação de Gregori Warchavchik, arquiteto de origem russa e formado em Roma, recém chegado ao Brasil, que logo depois de Rino Levi lança, no *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, o seu manifesto "Acerca da Arquitetura Moderna" (01.11.1925) defendendo a necessidade de uma nova arquitetura fundamentada nos conceitos e princípios modernistas, onde a tecnologia e a racionalidade estariam em primeiro plano. Ou seja, discurso bem afinado com o que dizia Le Corbusier na Europa. Assim Warchavchik se expressava²³³:

Para que a nossa arquitetura tenha seu cunho original, como o tem nossas máquinas, o arquiteto moderno deve não somente deixar de copiar os velhos estilos, como também deixar de pensar no estilo. O caráter da nossa arquitetura como das outras artes, não pode ser propriamente em estilo para

²³⁰ Costa, Lúcio (1995). Op. Cit. p. 83.

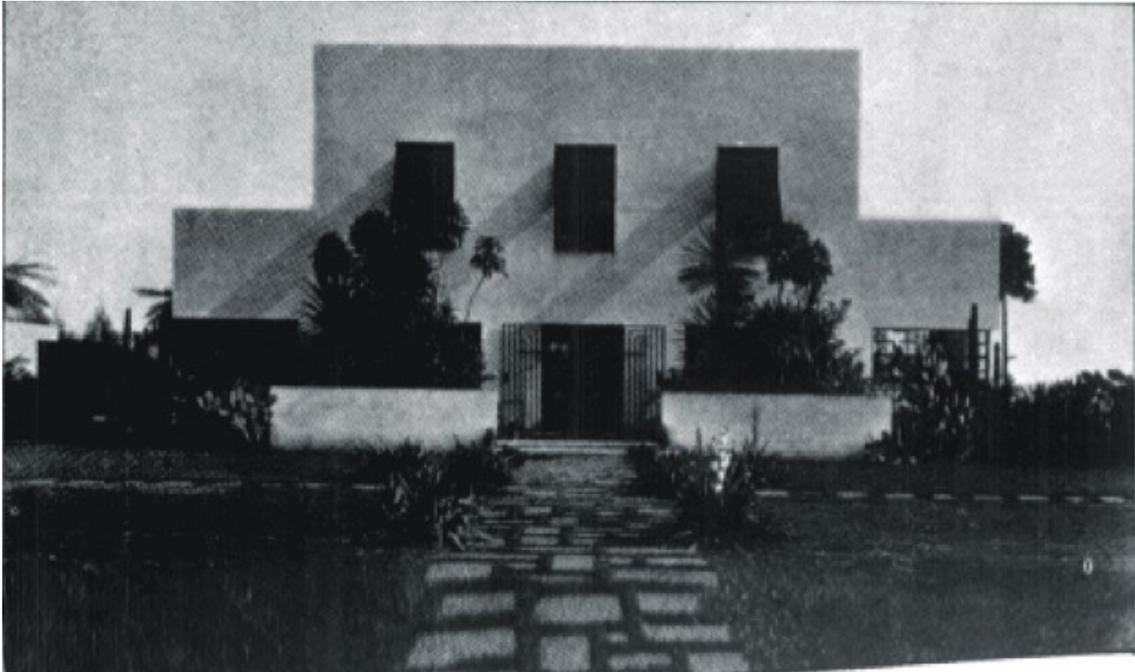
²³¹ Fonseca, Maria Cecília Londres (1997) op. cit. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro. UFRJ: IPHAN. 1997.

²³² Apud Carlos Lemos in coletânea Arte no Brasil. São Paulo: Ed. Abril, 1979. V. 2. p.744

²³³ Warchavchik, Gregori (1925) Acerca da Arquitetura Moderna. In Catálogo da exposição *Warchavchik e as Origens da Arquitetura Moderna no Brasil*. MASP 1971.

nós, os contemporâneos, mas sim para as gerações que nos sucederão. A nossa arquitetura deve ser apenas racional, deve basear-se apenas na lógica e esta lógica devemos opô-la aos que estão procurando por força imitar na construção algum estilo.

(...) abaixo as decorações absurdas e viva a construção lógica eis a divisa que deve ser adotada pelo arquiteto moderno.



G. Warchavchik Casa da rua Santa Cruz – 1927 – Abril Cultural (1979) op. cit.

Desnecessário dizer a polêmica que esse artigo provocou à época, do mesmo modo que a construção das primeiras casas modernistas por Warchavchik em São Paulo (casa da rua Santa Cruz/1927 e a Casa Modernista/1930 entre outras), que produziram fortes reações contrárias, inclusive de arquitetos. Entretanto, exceto pelo exotismo e interesse de um pequeno grupo de pessoas ligadas ao movimento modernista, naquele momento, pouco interesse essas obras despertaram no grande público. Mesmo a vinda de Le Corbusier ao Brasil em 1929, embora tenha gerado muito interesse do pessoal da área técnica, ávidos por novidades, naquele momento, pouco desdobramento práticos (em termos de novas edificações) produziu no quadro da arquitetura brasileira.²³⁴ O que só veio ocorrer sete anos depois com o projeto do edifício do Ministério de Educação e Saúde no Rio de Janeiro – MES, marco da arquitetura moderna brasileira e referência para o movimento modernista em todo o mundo e que, no entanto, demorou nove anos para ser concluído (1945).

²³⁴Inclusive Warchavchik conta um fato curioso sobre a passagem de Le Corbusier em 1929. Onde foram barrados (ele e Le Corbusier) na entrada do Congresso dos Arquitetos Sul-americanos, que se realizava no Rio de Janeiro, por não estarem vestidos em traje a rigor. Por isso Le Corbusier não pode ser ouvido no tal congresso. A intransigência de um porteiro, segundo Warchavchik, atrasou a arquitetura moderna no Brasil por três anos.. Ver Catálogo da exposição *Warchavchik e as Origens da Arquitetura Moderna no Brasil*. MASP. São Paulo. 1971.

Nesse sentido, cabe observar o que nos conta Carlos Lemos sobre a repercussão da arquitetura moderna em seus primeiros momentos:²³⁵

Os arquitetos modernistas daquele tempo não cativaram o público. Warchavchik mesmo, com seu manifesto jornalístico, com sua casa modernista e com sua rápida tentativa de experiência pedagógica carioca, nunca teve prosélitos. Flávio de Carvalho só escandalizou, e sua obra não foi olhada com seriedade. O Edifício Esther, primeiro prédio realmente moderno de São Paulo, não recebeu maior atenção nesse tempo, e foi praticamente a única obra do arquiteto Álvaro Vital Brasil. Júlio de Abreu Júnior fez interessante edifício de apartamentos na avenida Angélica, e nada mais.



MES – 1936 Costa, Lúcio (1995) op.cit



Parque Guinle – 1940 Costa, Lúcio (1995) op.cit

Esse panorama só se modificaria a partir de 1935 com a posse de Gustavo Capanema como Ministro de Educação e Saúde. Este, juntamente com o seu fiel aliado, Rodrigo de Melo Franco de Andrade (futuro criador do SPHAN em 1937), ambos francamente simpáticos aos ideais modernistas, montou uma equipe de assessores constituída, essencialmente, por intelectuais integrantes do movimento moderno, entre os quais, destaque para Mário de Andrade. Sendo este Ministério, um dos mais influentes naquele momento, particularmente, a partir de 1937, com a implantação do Estado Novo, é fácil perceber o fortalecimento do ideário modernista, junto à esfera política e cultural do país.²³⁶

E como o ideário modernista se adequou tão bem ao momento sociopolítico brasileiro da época? Para tentar entender essa questão é preciso voltar à Europa e ver

²³⁵In Arte no Brasil. São Paulo: Ed. Abril, 1979. V. 2. p. 746.

²³⁶Com o Estado Novo o MES se fortalece por meio de uma ampla reformulação na sua estrutura, sendo criados o Instituto Nacional do Livro, Instituto Nacional de Cinema Educativo, Serviço Nacional de Teatro, o Serviço de Radiodifusão Educativa e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional SPHAN. Ver Fonseca (1997) op. cit. p 91

o que se passava com esse continente naquele momento, certamente, um pouco antes, pois, naquela época, as idéias não nos chegavam com tanta rapidez. Como sabemos o Movimento Moderno de Arquitetura que se desenvolvia na Europa e se irradiava mundo afora, particularmente a corrente capitaneada por Le Corbusier, a que diretamente influenciou os intelectuais brasileiros, trazia em seu bojo todo o sentimento de ruptura com o passado e de modernização que se buscava no Brasil. *L'Esprit Nouveau* (Espírito Novo) defendido por Le Corbusier e condensado no livro *Vers une Architecture* (Por Uma Arquitetura/1923), incorporava em seu discurso revolucionário, uma visão tecnicista de um mundo onde o emprego da ciência e da razão resolveria todos os seus males. E a arquitetura, a partir *da beleza das formas sob à luz*, seria a grande propulsora e realizadora desses novos tempos capaz, inclusive, de determinar comportamentos sociais. Essa utopia (Fantasia?), apresentada de maneira tão convincente, se encaixava perfeitamente com os desejos de um país que queria se modernizar e se afirmar como participante de um cenário mundial dito novo. Vejamos esse texto de Le Corbusier:

Uma grande época começa. Um espírito novo existe. A indústria, exuberante como um rio que rola para seu destino, nos traz os novos instrumentos adaptados a esta época nova animada de espírito novo. A lei da economia gere imperativamente nossos atos e nossos pensamentos (...)²³⁷-

E na busca da modernização, o caminho oferecido pelo modernismo era, naquele momento, e dentro dos valores vigentes, o que mais se adequava aos propósitos modernizantes do Estado Novo. Trazia, em verdade, uma perspectiva de realização social e comportamental que seduzia, igualmente, dirigentes e intelectuais.

Sobre essa questão, concorda-se com Cavalcanti²³⁸ quando ele sintetiza, em três pontos, as causas da grande aceitação das idéias de Le Corbusier no Brasil:

Não é surpreendente que as idéias de Le Corbusier tenham sido tão bem-sucedidas entre nós; inúmeros pontos do ideário corbusiano coincidem com o discurso de intelectuais ligados ao Estado Novo. No Brasil falava-se em "construção do homem novo", ao passo que Le Corbusier se referia a um "espírito novo" e à necessidade de criar novas mentalidades de morar. Para os intelectuais e ideólogos do Estado Novo o trabalho seria "o meio por excelência da superação dos graves problemas sócio-econômicos, a revalorização do homem para evitar o 'caos' '" (cf. Gomes, 1982); no reformismo corbusiano a categoria arquitetura substitui a categoria trabalho: "A engrenagem social, profundamente perturbada, oscila entre uma melhoria de importância histórica ou uma catástrofe. É uma questão de construção que está na chave do equilíbrio rompido hoje: arquitetura ou revolução" (Le Corbusier, 1923). O aspecto pedagógico novamente une o arquiteto e o discurso estado-novista: enquanto o primeiro quer "ensinar a

²³⁷ Le Corbusier (1923) *Por Uma Arquitetura*. São Paulo. Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

²³⁸ Cavalcanti, Lauro (1996) op. cit. p. 110.

morar”, os ideais brasileiros falam em “civilizar por cima” (cf. Lippi, 1986). Um derradeiro ponto diz respeito à busca de homogeneidade: enquanto no Brasil buscava-se construir uma nacionalidade em oposição a regionalismos, o arquiteto franco-suíço almejava estilo internacional de larga aplicação que terminasse com interpretações nacionalistas de construir.

Para se refletir um pouco mais sobre essa questão, cabe citar um pequeno trecho de uma entrevista de Lúcio Costa de 1987²³⁹. Indagado sobre o porquê dessa grande influência de Le Corbusier sobre o pensamento arquitetônico brasileiro daquela época, e não outro arquiteto modernista como Gropius, por exemplo, que também era muito respeitado à época, Costa assim se manifesta:

(...) Le Corbusier era o único que encarava o problema de três ângulos: o sociológico – ele dava muita importância ao social -, a adequação à tecnologia nova e a abordagem plástica. Isso é o que mais me marcou, que o diferenciava de todos, embora Gropius lá na Bauhaus tivesse organizado uma coisa estupenda. (...) Mas a abordagem de Le Corbusier seduzia mais, Depois ele tinha o dom da palavra e o texto das publicações, com diagramação diferente, aliciava. Era aquela fé na renovação no bom sentido, aquela força que se comunicava com as pessoas jovens (...)

Os fatos nos levam a acreditar que naquele período os simpatizantes desse movimento estavam efetivamente convencidos que a arquitetura moderna, com a sua lógica racionalista, formalista, tecnicista e mesmo uma visão de mundo elitista e autoritário (haveria a necessidade de instruir e conduzir o povo), como que numa ação messiânica, haviam encontrado o caminho da salvação. Portanto, seus princípios, certamente, nos levaria de volta ao tão sonhado paraíso. Vejamos o que disse Lúcio Costa, sobre esse momento tão peculiar da nossa história:²⁴⁰

Era um renovamento permanente, com uma segurança total. Na época, nós todos estávamos convencidos que essa nova arquitetura que nós estávamos fazendo, essa nova abordagem, era uma coisa ligada à renovação social. Parecia que o mundo, a sociedade nova, assim como a arquitetura nova, eram coisas gêmeas, uma coisa vinculada à outra. De modo que havia uma ética, havia uma seriedade no que se fazia, ninguém estava brincando. Depois tudo isso passou, deixou de ser aquela coisa coesa, aquela geometria mental desandou. A arquitetura se desenvolveu mais no mundo capitalista do que no mundo socialista, por mais facilidades, mas as experiências do começo, na Rússia, foram muito interessantes. (...)

É importante colocar que a participação dos intelectuais modernistas no Governo Vargas (Estado Novo), conforme os dados parecem dizer, não se tratava de mera cooptação da intelectualidade brasileira por parte do Estado. O próprio depoimento de Lúcio Costa, cujo trecho foi exposto acima, deixa clara a convicção desse segmento (a intelectualidade) de que está efetivamente construindo uma nova

²³⁹ Entrevista concedida a Jorge Czajkowski, Maria Cristina Burlamaqui e Ronaldo Brito. in *Lúcio Costa Registro de Uma Vivência*. P. 144.

²⁴⁰ Idem p. 151

realidade para o país em bases ideológicas mais adequadas. Também, levar a discussão desse envolvimento com o Estado para a questão da recompensa financeira é risível, pois se sabe que a remuneração efetuada pelo Estado era baixíssima, o que obrigava esses profissionais a buscarem outras fontes de renda, conforme observou Cavalcanti (1996. op. cit.). Tanto Mário de Andrade quanto Lúcio Costa, também nos falam dessa questão financeira. Costa nos conta que o custo do projeto do Edifício do Ministério da Educação e Saúde (MES, 1936), marco histórico da arquitetura moderna no Brasil, rendeu aos seus projetistas, seis contos mensais, "*irmãmente divididos por seis – um conto para cada um.*"²⁴¹ Mário de Andrade em suas *Cartas de Trabalho* descreve, por diversas vezes, as dificuldades financeiras enfrentadas na condução dos trabalhos da 6ª Região Administrativa do SPHAN, em São Paulo, onde era diretor.²⁴²

Nesse sentido, cabe citar um trecho da análise de Cavalcanti que parece precisar bem essa participação da intelectualidade no Governo Vargas.²⁴³

(...) A ida para a repartição deixa transparecer a crença moderna de que era o Estado o lugar da renovação e da vanguarda naquele momento, assim como o vislumbre da possibilidade de aplicar na realidade idéias de reinterpretação ou reinvenção de um país que estava sendo praticado nas páginas de seus livros.

Embora sem ignorar as contradições do caminho escolhido na busca da modernização do Estado Brasileiro, há de se reconhecer o quanto é problemático julgar a postura da intelectualidade brasileira naquele momento, com os valores de hoje. Mesmo porque, fica claro, que os modernistas tinham, comparativamente, aos outros grupos, que também disputavam o poder na época (os neocoloniais liderados por José Mariano Filho, por exemplo), um projeto cultural mais abrangente e consistente para ser apresentado à Nação.

3.3. Brasília e a sua Concepção Urbanística

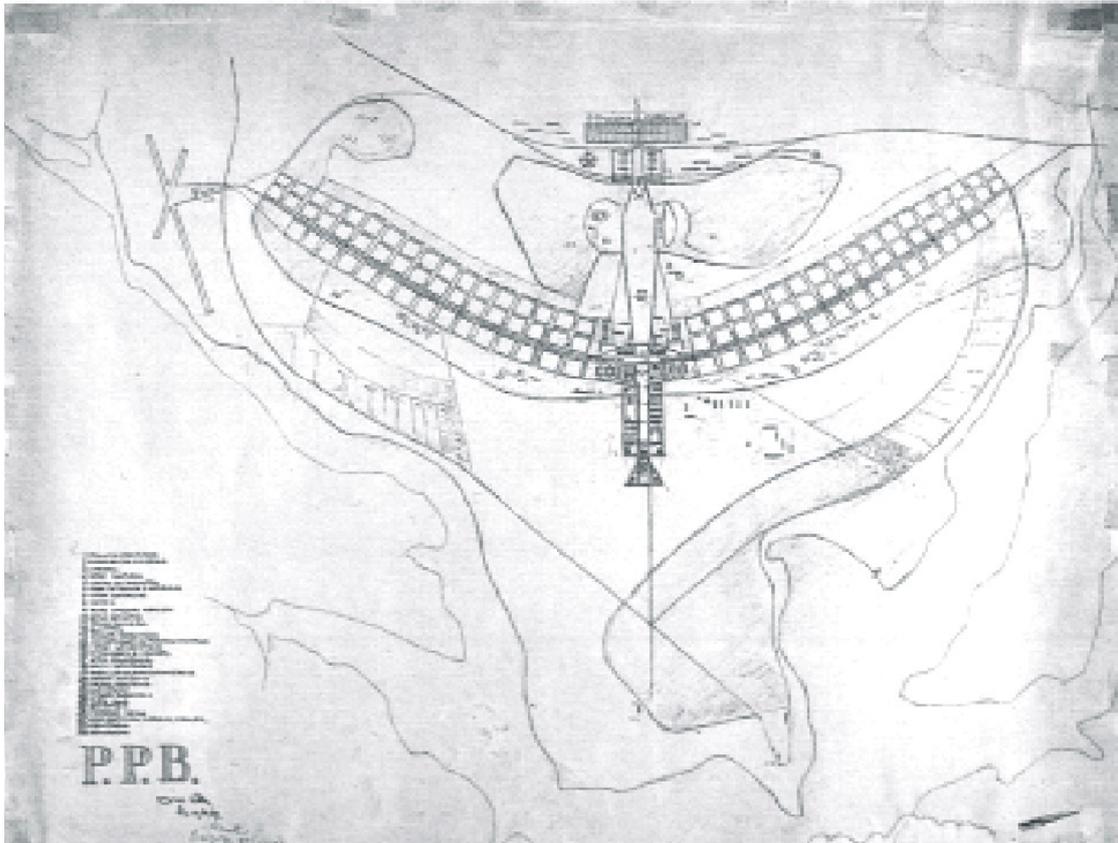
A partir do contexto anteriormente descrito, fica evidente que o projeto urbanístico de Brasília, de autoria do urbanista Lúcio Costa e escolhido por meio de um concurso nacional em 1957 (ou seja 20 anos depois do prédio do MES), foi concebido dentro dos princípios do Movimento Moderno preconizados pelos CIAMs (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), particularmente o 1º Congresso (1933), que produziu a histórica Carta de Atenas. Também são fortes suas raízes no urbanismo

²⁴¹Costa, Lúcio (1995) op. cit. p.131

²⁴²Ver Mário de Andrade: *Cartas de Trabalho*: correspondência com Rodrigo Mello F. de Andrade (1936-1945). Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação PróMemória, 1981.

²⁴³Cavalcanti, Lauro (1996) op. cit. p. 111

inglês das cidades-jardim de Ebenezer Howard, (1898), observadas na incorporação de extensas áreas verdes ao seu espaço urbano, no esvaziamento funcional do centro e no tamanho pré-definido de sua estrutura urbana, onde a expansão era prevista por meio de cidades satélites. Do mesmo modo, podemos encontrar estreita relação com os princípios da cidade-linear desenvolvidos pelo espanhol Arturo Soria y Mata (1882) na sua disposição no terreno, conforme aponta Carpintero.²⁴⁴



Plano Piloto de Brasília – 1957 – Costa, Lúcio (1995) op. cit.

Portanto, sua estrutura foi desenhada para cumprir, exemplarmente, os princípios funcionalistas propostos por Le Corbusier, pressupondo que as funções urbanas básicas, previamente definidas – *Morar, Circular, Trabalhar e Recrear*, fossem “higienicamente ordenadas” e funcionassem, supostamente, em uma dinâmica harmônica. Nesse sentido, traduz, como nenhuma outra cidade, os paradigmas do urbanismo moderno no que tange ao seu caráter idealista (espaço urbano ideal), funcionalista (cada atividade tem seu lugar definido), determinista (o desenho espacial determinaria o seu funcionamento social) e tecnicista (apoiada na mais moderna técnica urbanística: rodoviária e paisagística). Esses princípios se materializam numa forte setorização funcional, baixa densidade de ocupação do solo e rarefação do tecido

²⁴⁴ Carpintero, Antônio Carlos C. (1998) op. cit. p. 125/126

urbano, que se aliam às grandes distâncias e aos enormes vazios urbanos, dificultando a utilização dos espaços públicos. Características mórficas, talvez, inerentes à configuração do espaço urbano modernista, conforme nos mostra Holanda.²⁴⁵

De acordo com o Relatório do Plano Piloto de Brasília, sua concepção urbanística se estrutura em três escalas: monumental, gregária e residencial. Posteriormente, Lúcio Costa, em 1974, participando de Seminário no Senado Federal, caracterizou uma quarta escala na sua constituição, a bucólica, ressaltada em função da massa verde que se formava na cidade. De maneira sumária podemos descrevê-las da seguinte forma

- A escala monumental, de caráter cívico e simbólico, confere à cidade a marca de efetiva capital do País ao abrigar o setor administrativo federal. Sua configuração consolida-se no eixo monumental, desde a Praça dos Três Poderes até a estação Rodoferroviária;
- A escala residencial que, ao substituir a solução do lote privado pela projeção da edificação sobre pilotis, propõe uma nova forma habitacional própria de Brasília, configurada nas superquadras distribuídas ao longo do Eixo Rodoviário;
- A escala gregária define o centro da cidade, em torno do cruzamento dos eixos monumental e rodoviário, e configura-se na plataforma rodoviária e nos setores de diversões, comerciais, bancários, hoteleiros, médico-hospitalares, de autarquias e de rádio e televisão sul e norte.
- A escala bucólica, configurada nas suas áreas livres e que conferem a Brasília o caráter de cidade parque.

Entretanto, não se entrará na discussão dos princípios urbanísticos de Brasília, pelo menos sobre o ângulo do idealizado, questão já exaustivamente colocada por Lúcio Costa.²⁴⁶ O que vai interessar nesse momento é refletir sobre o que acontece com as quatro escalas definidoras do seu espaço, ou seja, como efetivamente funcionam frente à sua conceituação. Pois, desse modo, pode-se retirar elementos para discutir o seu processo de gestão urbana sob o prisma da preservação histórica. A esse respeito temos duas preocupações: a primeira busca mostrar que o desenho apresentado no Concurso do Plano Piloto vem, desde o início da implantação da

²⁴⁵ Holanda, Frederico de (1997) A Determinação Negativa do Movimento Moderno. Comunicação feita no II Seminário DOCOMOMO Brasil. Salvador/Bahia. 1997. Mimeo.

²⁴⁶ Ver Relatório do Plano Piloto de Brasília e Lúcio Costa, Registro de Uma Vivência, obras já referenciadas e onde são apresentadas toda a conceituação urbanística de Brasília.

cidade, sofrendo alterações, algumas delas, significativas para o seu desempenho urbanístico. A intenção é refletir sobre uma questão muito presente na definição do processo de preservação do espaço urbano de Brasília, que é a pretendida imutabilidade do seu projeto original. Ou seja, este não deverá ser modificado por conta da sua qualidade e originalidade. A segunda tem como preocupação, enfatizar os problemas de desempenho urbanístico, detectados em relação a essas escalas, com ênfase na escala gregária, sob o aspecto da urbanidade, em função da configuração espacial.

Entre as escalas definidoras de Brasília, seguramente, a de desempenho mais deficiente é a gregária. Esta, conceitualmente, representaria o setor de integração social e convivência coletiva da cidade, funcionando como o seu grande complexo de prestação de serviços, entretenimento e varejo comercial. Entretanto, passado quarenta anos, percebe-se uma enorme dificuldade da área central cumprir o seu papel de espaço aglutinador e dinamizador do cotidiano urbano da cidade.

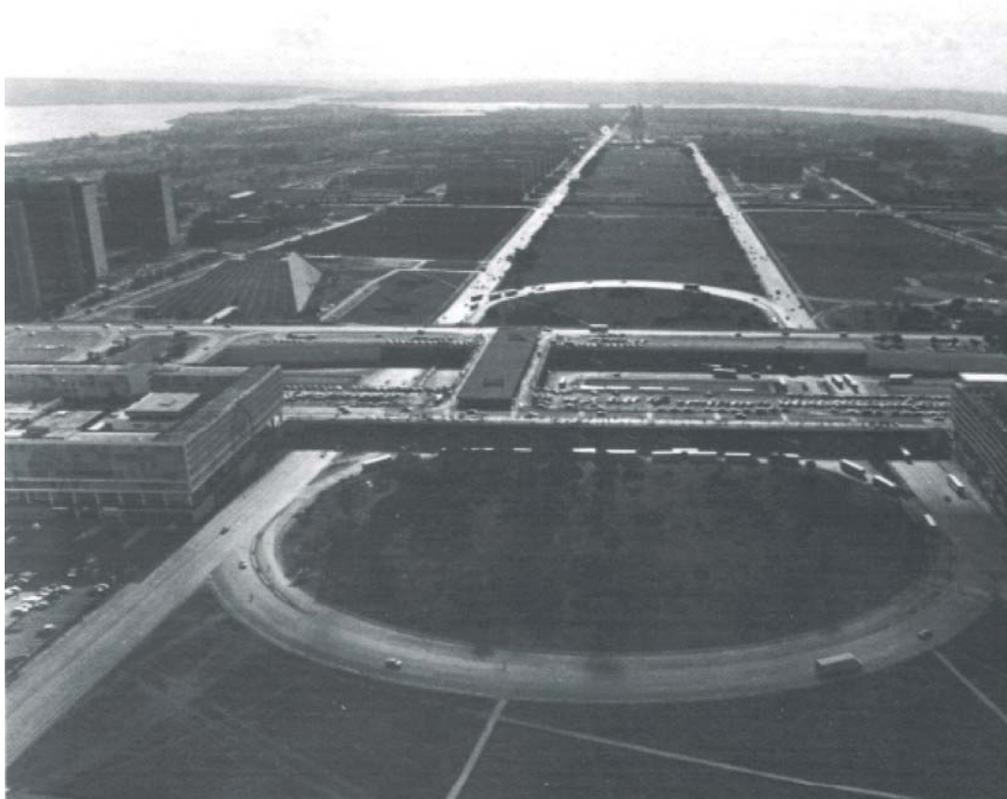
Sobre essa questão Carpintero²⁴⁷ aponta como uma das principais razões a execução, sem muito critério técnico, da sugestão da Comissão Julgadora de aproximar a cidade do lago projetado (deslocamento para Leste) que, segundo esse autor, alterou toda a conformação urbana do centro, além de comprometer “seriamente a integração do centro urbano”. Considerando que, como essa área é mais acidentada, provocou o surgimento de barreiras e taludes entre os seus diversos setores, dificultando o caminhamento de pedestre. Outra modificação fundamental foi a ampliação da área habitacional com a criação de residências unifamiliares de caráter popular (hoje não mais populares) ao longo da avenida W -3 (quadras 700) onde estavam previstos pomares e hortas e na L 2 quadras econômicas com prédio de três pavimentos, alguns sem pilotis – as quadras 400 (o que contraria uma das premissas básicas do Relatório do Plano Piloto para a área residencial)²⁴⁸ que ocasionou o natural surgimento dos Setores de Grandes Áreas (colégios, igrejas, instituições, etc.).

O Eixo Monumental também sofreu significativa alteração no seu desenho original, tanto em largura como extensão. Na largura (na Esplanada dos Ministérios) deve-se ao projeto de Oscar Niemeyer para Congresso Nacional que, segundo Carpintero, promoveu um acréscimo de 120m em relação à largura inicialmente prevista. No aumento da sua extensão concorreu a criação das áreas residenciais já referidas (quadras 400 e 700) e a concentração e ampliação do Setor Militar Urbano,

²⁴⁷ Carpintero, Antônio Carlos C. (1998) op. cit.

²⁴⁸ Cabe lembrar que a SQS 308, considerada uma das quadras modelo de Brasília, pela sua exuberância paisagística, também possui prédios com apenas três pavimentos, mais pilotis. O Relatório do P.P. estabelece “talvez seis pavimentos e pilotis”.

previsto no Relatório do Plano Piloto menor e concentrado dos dois lados do Eixo, que praticamente dobraram seu tamanho – cerca de 5 km. Outra alteração significativa, e que vem se consolidando ao longo desses ultimo dez anos, trata da intensificação da ocupação das margens do Lago Paranoá com outras atividades recreativas e de lazer, além de clubes esportivos.



Eixo Monumental Rodoviária – 1990 ArPDF, CODEPLAN, DePHA/GDF (1991) op.cit

Para Carpintero, essas modificações de conseqüências significativas no espaço urbano da cidade, deveram-se essencialmente ao conteúdo sumário do Edital do Concurso que omitia (por desconhecimento, talvez) informações essenciais para o dimensionamento da estrutura da cidade. Por exemplo, o número de habitantes - 500 mil - foi determinado *a posteriori*, com pouca convicção e sem se saber ao certo de onde esse número foi extraído. Apesar de ser um projeto para abrigar o corpo administrativo do país, não se sabia qual a real dimensão e nem o programa dessa estrutura institucional (quantos ministérios, quantas instituições federais, quantos funcionários, quantos tribunais etc.).²⁴⁹

Sem entrar no mérito dessas alterações e de outras ocorridas ao longo desses quarenta anos de Brasília para o desempenho urbano da cidade, uma vez que não é

²⁴⁹ Em correspondência enviada pelo Diretor do Departamento de Urbanismo da NOVACAP, arq. Oscar Niemeyer, ao IAB, fornecendo informações complementares ao Edital., informa, entre outras coisas, que seria mantida a estrutura atual dos Ministérios, acrescidos de mais três. Em relação ao número de funcionários, somente 30% seriam transferidos. Relatório do Plano Piloto de Brasília (1991) op. cit.

objeto desse estudo, cabe ressaltar que esses acontecimentos, acrescidos da proliferação de invasões no espaço público da cidade, servem para demonstrar parte das contradições embutidas no processo de gestão urbana de Brasília,²⁵⁰ ou seja, nas ações que promovem a construção do espaço urbano, definidas a partir da prática social e política desenvolvida na cidade. Tanto no que se refere ao discurso da inquestionável e imprescindível respeitabilidade ao projeto original, quanto à eficácia do processo de controle urbanístico. O que se quer dizer é que a pretensão da observância irrestrita ao desenho original é discutível, pois este foi alterado desde a sua origem e não corresponde integralmente ao espaço urbano desenhado pelo seu autor, embora sua morfologia tenha sido mantida.

Porém, como usuário cotidiano do espaço urbano cidade, não se pode deixar de dizer que hoje fica muito difícil imaginar Brasília, executada literalmente como foi idealizada, sem essas alterações e com hortas na W 3, sem as quadras 400 e sem a ocupação das penínsulas norte e sul do Lago, sem a ligação direta entre W 3 Norte e Sul e outras mais. Claro que não se defende essas alterações em si, pois não se está discutindo méritos, mas apenas reconhecendo as necessidades de modificações e adaptações que os espaços de qualquer cidade, sofrem ao longo dos tempos. Aspecto que Lúcio Costa colocou, por diversas vezes, com muita propriedade e, particularmente, em *Brasília Revisitada* (1987), quando apresentou uma série de propostas para a “complementação, preservação, adensamento e expansão futura.”

Sobre a questão da urbanidade, cabe referenciar o trabalho de Holanda, cujo conteúdo nos induz a refletir sobre o desempenho e a qualidade do espaço urbano de Brasília, sob o ponto de vista de seu padrão de urbanidade. Esse autor busca caracterizar a responsabilidade da sintaxe espacial de Brasília - entendida como o sistema de barreiras e permeabilidade espacial da sua conformação urbana - na utilização do espaço urbano da cidade pelos diversos segmentos da sociedade, a partir do relacionamento de sua configuração espacial com o favorecimento ou não à utilização e ao convívio social. Seus estudos, fundamentados na teoria da sintaxe espacial, desenvolvida na Inglaterra nos anos 1970²⁵¹, fazem uma análise do espaço urbano de Brasília, identificando uma série de atributos que caracterizam a lógica social do seu espaço urbano. Para tanto, utiliza três níveis analíticos interdependentes: *padrões espaciais, vida espacial e vida social*, que podem ser assim sintetizados:

²⁵⁰ O termo gestão tem origem na área de administração de e se relaciona com gerenciamento. Ver Cidade, Lúcia Cony Faria. *Planejamento de Cidades: Modelos e Tradicionais e Tendências Contemporânea*. Brasília sd. Mimeo.

²⁵¹ Teoria desenvolvida por Bill Hillier, Adrian Leaman e Julienne Hanson e cujo sistema analítico proposto está explicitado no livro de 1984 de Hillier & Hanson: *The Social Logic of Space (A Lógica Social do Espaço)*

- **Padrões Espaciais** analisa a permeabilidade da estrutura urbana no que tange a possibilidade de movimento do pedestre em função das barreiras existentes. Analisa a possibilidade do ir e vir no sistema espacial. Na determinação deste nível analítico são utilizados nove variáveis, quantificadas numericamente segundo fórmulas específicas com valores variando de 1 a 5 que correspondem, respectivamente, ao padrão máximo da formalidade –1, e ao padrão máximo da urbanidade – 5.
- **Vida Espacial** trata dos arranjos sociais existentes em um sistema urbano. Tal seja: como e onde se dão os encontros sociais? Quais são suas regras?
- **Vida Social** analisa a composição e a relação da estrutura social do sistema em estudo. Em outras palavras identifica quais são os atores sociais, como esses interagem ou não entre si, além de suas características socioeconômicas.

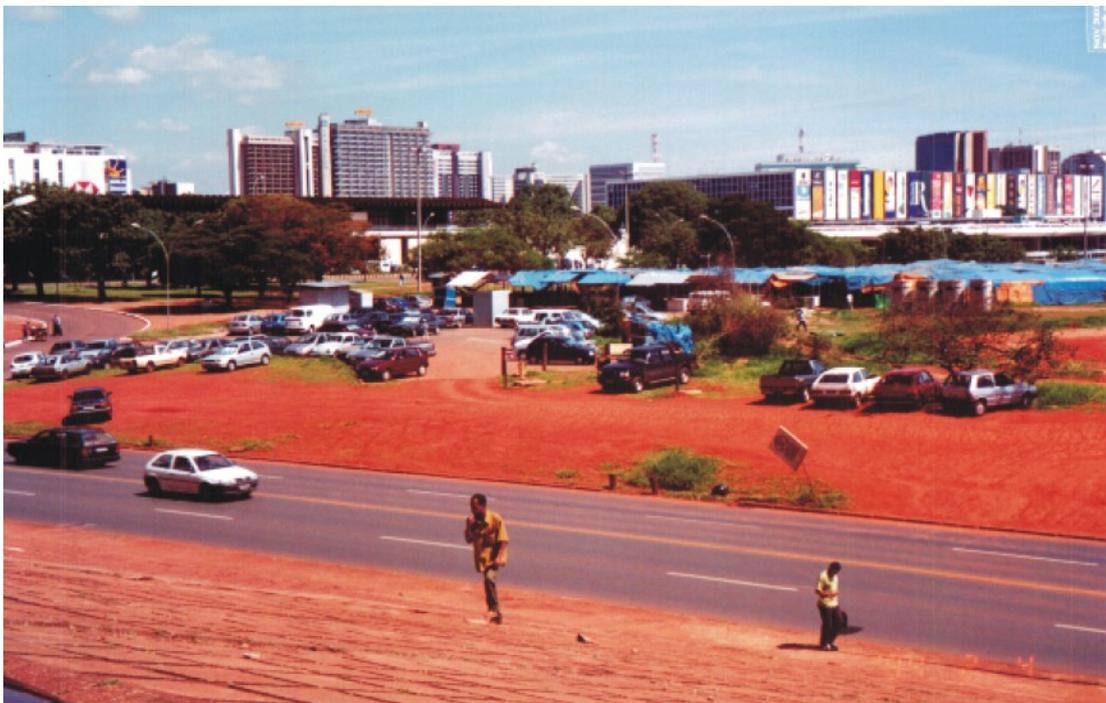
A aplicação desse processo analítico no sistema espacial do Plano Piloto de Brasília confirma a forte formalidade do seu espaço em detrimento da urbanidade. Os valores encontrados nos estudos desenvolvidos por Holanda²⁵² são inquietantes e explicitam, numericamente, o baixo desempenho urbanístico da maioria dos setores da cidade,²⁵³ revelando uma realidade espacial adversa para o desenvolvimento de uma vida urbana mais rica, intensa e confortável para os pedestres. Ainda que essa realidade seja vivenciada de maneira distinta pelos diferentes segmentos sociais, considerando que a população do Plano Piloto tem um alto padrão econômico que lhe permite ser indiferente e até prescindir da utilização de certos espaços da cidade, (o que Holanda denomina de vida transpacial).

Acredita-se que haja um consenso sobre os problemas urbanos da cidade quanto à qualidade dos espaços públicos, considerando a acessibilidade, integração espacial, estímulo à permanência e conforto para o livre caminhar. Não seria sensato admitir, por exemplo, que utilizar o setor central da cidade ou passear na Esplanada dos Ministérios seja algo prazeroso e confortável. Essas duas áreas, embora contíguas, estão separadas uma da outra, fazendo parte de setores distintos, e pertencendo a duas escalas urbanas diferentes, a gregária e monumental respectivamente, entretanto, apresentam a mesma dificuldade de apropriação social.

²⁵² Holanda, Frederico de (1997) op. cit. cap. 7.

²⁵³ Holanda analisou comparativamente dez áreas de Brasília (no seu estudo caracterizada como o Distrito Federal): a Esplanada dos Ministérios, as Superquadras Norte 405/406, o Setor de Diversões Sul e setor Hoteleiro Sul, o Setor Comercial sul, as Superquadras 102/103 Sul, a cidade do Guará I, o antigo acampamento do Paranoá Velho (atualmente já remanejado para outro local), o setor tradicional da cidade de Planaltina, o centro da cidade de Taguatinga e o Paranoá Novo. Os cinco últimos não fazem parte do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto.

De uma maneira geral, fazer algum programa a pé no espaço do Plano Piloto, ou seja, passear *impunemente* pelo seu espaço público, é algo impensável e não faz parte da programação dos moradores de Brasília, pelo menos da classe média. Exceto quando se pratica o *jogging*. Do mesmo modo, que a falta de espaços públicos que estimulem o convívio social e que crie uma relação de afetividade com o usuário, oferecendo-lhe conforto e possibilidades de permanência, é uma característica geral do sistema urbano da cidade. Curiosamente, conforme já observado, a área que apresenta maiores problemas em relação aos aspectos descritos acima é a área central, concebida no projeto urbano da cidade como a expressão espacial da escala gregária, ou seja, espaço mais direcionado ao convívio social.



Conjunto Nacional, visto do Setor Bancário Sul – 2001 Arquivo CMR



Setor Bancário Sul – 2001 Arquivo CMR

Em geral a configuração espacial dos espaços modernistas é considerada a antítese dos pressupostos da urbanidade - entendida aqui como intensa apropriação social dos espaços públicos. A formalidade espacial, instituída por meio das baixas taxas de ocupação do solo, da excessiva setorização funcional (segregação), da segmentação dos espaços construídos e da grande quantidade de espaços cego. Bem como da substituição da rua, historicamente conhecida como local de possibilidade de encontros e trocas, por um espaço prioritariamente de circulação de veículos (a via), dificulta o desenvolvimento de uma vida urbana com maior intensidade social. Sobre essa questão Holanda nos faz a seguinte afirmação:

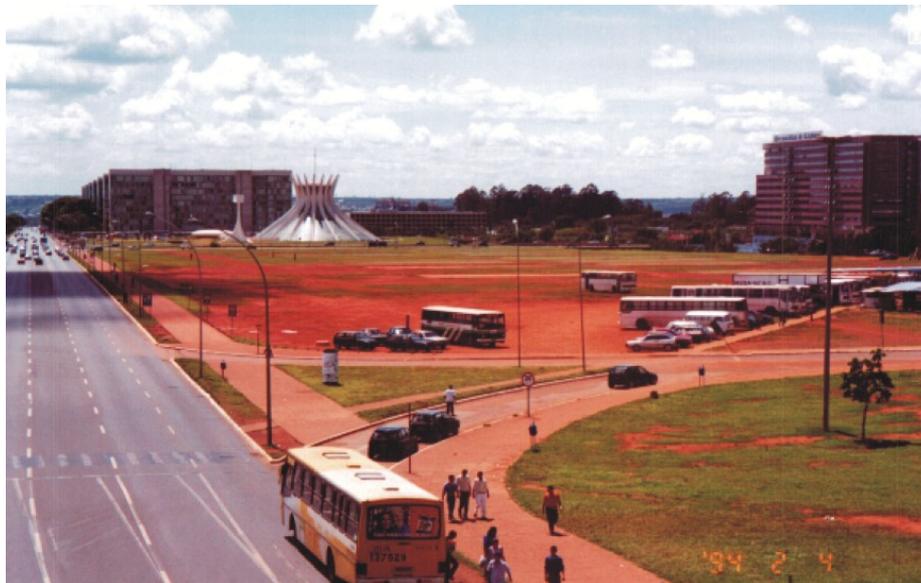
Tem-se acumulado muita evidência que aponta para claras determinações entre a sintaxe dos lugares e a maneira pela qual eles são utilizados. No que diz respeito à configuração dos espaços modernistas, especificamente, essa evidência revela a desertificação, para não dizer deterioração dos espaços públicos. Esta, e parece esta, é a *determinação negativa* do movimento moderno.²⁵⁴

Ora, o Plano Piloto sendo um espaço modernista por excelência, não pode fugir dessas características genéticas. Pelo contrário, aqui elas são expressas em toda a sua magnitude. Portanto, não surpreende que existam espaços tão inóspitos para o convívio social e para o uso do pedestre. Essa questão se agrava quando se percebe que esta cultura urbana, espacialmente segregacionista e de negação do espaço público como espaço de convívio, vem se intensificando a cada novo projeto urbano (Sudoeste, do Setor Comercial Norte e do Setor Bancário Norte etc.)²⁵⁵. Se o Setor Comercial

²⁵⁴ Holanda, F. (1997) op. cit.

²⁵⁵ O Sudoeste constitui-se uma das áreas de adensamento populacional propostas por Lúcio Costa em *Brasília Revisitada*. Está em fase final de implantação. O Setor Comercial Norte é um dos setores que compõe o centro urbano da cidade e que teve sua implantação iniciada pelos anos de 1988. O Setor Bancário Norte também integra a área central e ainda está sendo implantado.

Sul é espacialmente problemático, apresentando sérias dificuldades urbanísticas de utilização, tais como carência de serviços e conforto urbano, por outro lado, ainda é uma das poucas áreas onde a vida urbana cotidiana se manifesta, pelo menos durante o dia, no horário comercial. Em contrapartida, o Setor Comercial Norte, em fase final de implantação, representa a situação emblemática da desertificação do espaço público. Todos os seus edifícios são verdadeiras ilhas espaciais com atividades pré-determinadas, controladas e com uma relação mínima com o entorno. Auto-suficientes, esses edifícios traduzem integralmente o modelo de uma arquitetura que despreza o espaço público aberto como local de convívio – padrão *shopping center*. Nesse Setor, por exemplo, exceto pelas atividades de algumas carrocinhas de comidas, que ainda aglomeram algumas pessoas, nada mais acontece no espaço público em termos de vida social.



Eixo Monumental – 2001 Arquivo CRM



Setor Comercial Norte – 2001 Arquivo CRM

Capítulo 4

Brasília e a Gestão do Seu Conjunto Urbanístico

Os anos passaram.

Os que foram proibidos de viver na cidade perfeita conformaram-se e trataram de melhorar no que puderam as condições de vida no acampamento. Chegaram até a lhe dar um nome Nadrikerlinus (ou seja, "cidade imperfeita");

(...) Mas aos poucos surgiram rumores de que a vida em Adrikerlinus era de uma monotonia insuportável. "todo mundo tem comida, casa, escola, hospital (...). Não obstante, a incidência de loucura cresceu de maneira alarmante," afirmava uma publicação apócrifa que circulou em Nadrikerlinus e que foi formalmente desmentida pelo governo de Adrikerlinus

A verdade, porém, é que, de alguns anos para cá, o êxodo mudou de direção: agora eram os habitantes da cidade nova que tentavam furar o bloqueio, no propósito de mudar-se para o antigo acampamento. "Preferimos conviver com ratos e escorpiões a morar numa cidade asséptica onde toda aventura é proibida e todo afeto é clandestino", afirmavam os que de lá fugiam.

*Ferreira Gullar
Cidades Inventadas
Adrikerlinus*

4. BRASÍLIA E A GESTÃO DO SEU CONJUNTO URBANÍSTICO

*Um telefone é muito pouco
para quem ama como louco
e mora no Plano Piloto*

Renato Matos
Um telefone é muito pouco

4.1. Marco Institucional e Marco Legal

Neste capítulo tenta-se descrever a trajetória do processo de gestão do espaço do Plano Piloto de Brasília, buscando identificar os padrões de gerenciamento urbano adotado em vários momentos. Para tanto, divide-se o período de análise – 1960 a 1998 em três momentos distintos, caracterizados por acontecimentos políticos e administrativos que influenciaram o desenvolvimento urbano da cidade. Esses períodos foram caracterizados, para efeito meramente explicativo, da seguinte forma:

- ▶ O primeiro definido como pioneiro, vai de 1960, ano de inauguração da cidade, até o início de 1985, com a implantação da Nova República. Ato político que formaliza o processo de redemocratização do país, depois de 21 anos de repressão política, por meio da posse do primeiro presidente civil ainda eleito por voto indireto no Colégio Eleitoral, constituído por membros do Congresso Nacional. Do ponto de vista do desenvolvimento urbano e gerenciamento urbanístico, pode-se caracterizá-lo como o período de elaboração de macros planos de ocupação territorial para o DF e discussão dos problemas da cidade concentrada nas mãos de especialistas;
- ▶ O segundo período começa em 1985 e vai até 1990, se caracteriza pela consolidação da distensão política com a elaboração de uma nova Constituição para o país (1988) que instituiu eleições diretas para Presidente da República e possibilitou a conquista da autonomia política do Distrito Federal, passando este a eleger seu Governador e uma Câmara Legislativa (1990). Em relação ao processo de desenvolvimento e gestão urbana, mantém-se o quadro existente com poucas alterações na sua condução, onde a participação da sociedade continua sendo ignorada. Mesmo considerando que a Constituição de 1988 tenha trazido avanços (novos parâmetros) para formulação de uma política urbana.
- ▶ O terceiro período inicia-se em 1991 com a posse do 1º Governador eleito por voto direto e a instalação da Câmara Legislativa do Distrito Federal e vai até o ano de 1998, com o término da primeira administração de alinhamento

político à esquerda de Brasília – Governo do Partido dos Trabalhadores. Nesse período pode-se distinguir dois momentos distintos: o da primeira legislatura – 1991 a 1994, que mantém o mesmo modelo de gestão urbana dos períodos anteriores, uma vez que a administração da cidade continuou nas mãos do mesmo grupo político, inclusive, com o mesmo governador. O segundo momento – 1995 a 1998, há uma significativa mudança a partir da vitória do Partido dos Trabalhadores, que buscou implantar um outro modelo de gestão, calcado nos princípios do Movimento Nacional pela Reforma Urbana³⁰⁷, cuja sustentação se amparava na participação social.

Cabe esclarecer ainda que a montagem dessa trajetória será feita sob o ponto de vista do trabalho de preservação histórica do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto de Brasília. Desse modo, se utilizará como elementos condutores as ações de maior relevância desenvolvidas nessa área pelos órgãos diretamente responsáveis por esse trabalho em duas esferas políticas: local e federal. Portanto, antes de tratarmos de cada um dos momentos relacionados acima, cabe identificar com quais instituições estaremos trabalhando – *Marco Institucional*, bem como, com quais instrumentos jurídicos lidaremos – *Marco Legal*.

Para o encaminhamento da discussão identificam-se seis instituições que estão vinculadas ao processo de gestão urbana da cidade³⁰⁸, contudo pelas razões já apresentadas, nos concentraremos na atuação de três instituições: IPHAN, IPDF e DePHA, as quais, sucintamente, podem ser descritas da seguinte maneira.

O IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 1937 e, depois de sucessivas reformulações administrativas, constitui-se atualmente em uma autarquia do complexo administrativo do Governo Federal e integra a estrutura administrativa do Ministério da Cultura - MinC. Sua atribuição institucional pode ser resumida na ação de proteger e preservar o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Seu trabalho se realiza por meio de 14 Superintendências Regionais e 19 Sub-Regionais além de diversas outras instituições - museus, casas de culturas e parques históricos, cobrindo todo o território nacional.

Sua atuação em Brasília ocorre por meio da 14ª Superintendência Regional que tem jurisdição sobre uma vasta região do território nacional abrangendo os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rondônia e o Distrito Federal. De acordo com a estrutura técnico-administrativa do IPHAN, as

³⁰⁷ Movimento organizado nos centros urbanos brasileiros para expressar os interesses dos movimentos populares urbanos.

³⁰⁸ São estas: IPHAN, IPDF, DePHA, Ministério Público, Administração Regional 1 - RA-1 e Câmara Distrital.

Superintendências Regionais funcionam da seguinte forma: existe um escritório central para responder pelas questões de preservação na sua área de atuação, normalmente sediado na capital de maior importância da região e, além das sub-regionais existem os escritórios técnicos distribuídos em algumas localidades de relevância histórica. Nesse sentido, a 14ª SR, até setembro de 2000, manteve um escritório central em Brasília, as sub-regionais de Goiás (GO), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT) e Natividade (TO), e escritórios técnicos em algumas cidades da sua região, como por exemplo, em Pirenópolis (GO), Corumbá (MT) entre outras³⁰⁹.

O trabalho do IPHAN em Brasília surge no ano de 1960 com a criação informal de um Núcleo Administrativo do então Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN (antigo SPHAN) que respondia por todo o Centro-Oeste. A partir da reforma administrativa do DPHAN que passa a se denominar IPHAN (1970), foram criadas nove diretorias regionais, ficando Brasília sob a jurisdição da 7ª Diretoria Regional – 7ª DR (1976). No ano seguinte, com a criação de novas diretorias, Brasília passou para 8ª DR permanecendo assim até 1990. Quando, com a extinção do Ministério da Cultura e do complexo SPHAN/PróMemória, e criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural – IBPC, pelo Governo Collor de Mello, passou a integrar a 14ª Coordenação Regional.

Em 1994, por medida provisória, o IBPC é extinto voltando a se denominar IPHAN e as coordenações passam a se denominar Superintendências Regionais (SR). Entre 1995 e 1998 a condução das ações do IPHAN em Brasília saiu da 14ª SR e passou à responsabilidade direta do Departamento de Proteção – DEPROT/IPHAN que criou a Comissão Especial Brasília – CEB para responder pelas ações de preservação da área do Plano Piloto. Ao final desse período Brasília voltou à 14ª SR, permanecendo assim até setembro de 2000, quando a sede da Superintendência foi transferida para a cidade de Goiás.

Por questões já discutidas no capítulo 2 - enfraquecimento da estrutura institucional do IPHAN ao longo do tempo, sabe-se das deficiências e precariedades existentes na estrutura técnico-operacional designada para responder por tamanha atribuição. Assim, julga-se desnecessário entrar na discussão sobre essa questão, pois, fugiria do enfoque do presente estudo, que busca centrar-se na análise do processo

³⁰⁹ Nessa data, por meio da Portaria N.º 190/IPHAN de 18.09/2000 a 14ª SR teve alterada a sua jurisdição passando a responder por GO, MT e TO. O Escritório Sede foi transferido para a cidade de Goiás, sendo criando então, para responder pelas ações em Brasília, a *Gerência Executiva de Brasília*, diretamente ligada ao Departamento de Proteção do IPHAN, e que até o momento ainda não se instalou de forma plena. Discute-se no IPHAN a criação da 15ª SR para responder pelo DF. Ver o *Relatório do Estado de Preservação do Plano Piloto de Brasília* elaborado pelo IPHAN, feito pelo grupo remanescente do escritório sede da 14ª SR, para subsidiar o relatório da missão de avaliação do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO. Setembro/2000.

de gerenciamento urbano da cidade. Porém, como ilustração do quadro institucional existente, basta dizer que alguns desses escritórios técnicos não possuem mais que um técnico para responder por todo o trabalho. Mesmo o escritório sede padece do mesmo problema operacional e com o agravante, de ter que prestar suporte técnico aos demais escritórios de sua jurisdição.

O IPDF – Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal é uma autarquia da estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal – GDF e está vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Foi criado em 18.11.1992 dentro da Lei que instituía o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT e o Sistema de Planejamento de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Lei N.º 353) sendo sua estrutura institucional definida em 20.7.1993 (Lei N.º 494) e seu Regimento em 12.04.1994 (Decreto 15.561). Em verdade, a criação do IPDF é fruto de sucessivas reformas administrativas na estrutura do GDF, particularmente na sua área de planejamento urbano e arquitetura. Originalmente, existia o Departamento de Arquitetura – DeU, criado nos anos de 1970 e vinculado à Secretaria de Viação e Obras, posteriormente, em meados dos anos de 1980, foi transformado no Departamento de Arquitetura e Urbanismo – DAU ainda vinculado á Secretaria de Viação e Obras. Tanto o DeU e, posteriormente o DAU, tinha a função meramente burocrática no processo de gerenciamento urbano da cidade, apenas elaborando normas técnicas, pequenos projetos urbanísticos e analisando projetos de intervenção urbana. Por outro lado, essas reformas tinham basicamente preocupações administrativas e visavam atender pequenas acomodações na sua estrutura, sem grandes repercussões no desenvolvimento do trabalho de planejamento urbano de Brasília. Os projetos de maior amplitude – planos de ocupação urbana, projetos urbanísticos de cidade satélites entre outros, eram quase sempre realizados por equipes externas. Somente com a reforma de 1992 é que se pretendeu uma reestruturação de maior alcance tentando configurar uma área de planejamento urbano da cidade, onde o IPDF foi criado como o órgão executivo de todo o Sistema de Planejamento de Planejamento Territorial e Urbano - SISPLAN e do Sistema de Informação Territorial e Urbana – SITURB. Instituídos, por conta da elaboração do Plano de Ordenamento Territorial e Urbano do DF - PDOT. Cabe frisar que o IPDF teve sua inspiração no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPUC, visto como um exemplo de instituição consolidada e com uma experiência exitosa na área de planejamento urbano, o que motivou o surgimento de vários outros institutos dessa natureza em cidades brasileiras nos anos 1980 e 1990.

Contudo, em virtude dos entraves burocráticos e a fragilidade do respaldo político, essa reforma e a implantação dos instrumentos de gestão urbana previstos no PDOT não se realizaram da forma prevista, fazendo com que pouca mudança houvesse no processo de planejamento urbano da cidade. Essa situação faz com que pouca coisa verdadeiramente tenha mudado na sua sistemática de trabalho desde o tempo do DAU. Para se ter idéia dos problemas organizacionais que enfrenta, vale dizer que até o final de 1998 o IPDF ainda não dispunha de um quadro funcional próprio nem de um espaço físico adequado para desenvolver seus trabalhos.³¹⁰ Embora, se tenha que reconhecer que no período de 1995 a 1998, quando da revisão do PDOT e dos demais instrumentos de gestão territorial e urbana, tenha havido um esforço significativo na tentativa de transformar o IPDF em uma instituição de planejamento urbano e de estabelecer uma política urbana para o Distrito Federal.

De outro modo, como órgão executivo e com função estratégica no processo de aprovação de modificações no espaço urbano do Distrito Federal – mudança de uso, normas e gabarito, aprovação de loteamentos e elaboração de projetos urbanísticos, não é difícil perceber que esse órgão sempre esteve diretamente submetido a uma forte pressão política e que, em função da sua precária autonomia institucional, o seu desempenho e a sua postura técnica têm dependido da política urbana traçada pelos governantes.³¹¹

O DePHA – Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, sempre lutou com enormes dificuldades para desenvolver os seus trabalhos e se impor como órgão local no processo de preservação de Brasília, alternando momentos de maior ou menor atuação, dependendo do grau de interesse (ou seria influência política?) do dirigente da Secretaria a que está subordinado e, obviamente, do seu próprio diretor. Surgido em 1975 como uma pequena divisão administrativa na extinta Secretaria da Educação e Cultura – a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, e transformada em 1983 no Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal. Em 1985, com o advento da Nova República, tomou um novo impulso institucional sendo incorporado, em 1986, ainda com um pequeno corpo técnico, à estrutura da recém criada Secretaria da Cultura do Distrito Federal. Cabe ressaltar que, embora criada no papel desde 1985, essa Secretaria teve enorme dificuldade para se implantar, fato que ocorreu somente em meados de 1986. Para termos uma idéia em seu primeiro ano e meio de vida teve três mandatários (secretários).

³¹⁰Ver *Relatório de Atividades 1995-1998 – IPDF*. Governo do Distrito Federal. IPDF/1998.

³¹¹ Conforme já observado, no início de 2000, o IPDF foi extinto, sendo criado em seu lugar a Subsecretaria de Urbanismo e Preservação, que possui em sua estrutura a Diretoria de Preservação de Brasília.

Em julho de 1988 o DePHA sofreu uma reforma administrativa que ampliou as suas competências regimentais e a sua estrutura operacional. Embora esse fato tenha provocado uma nova dinâmica em seu processo de trabalho, dando-lhe inclusive certa visibilidade política, pouca coisa alterou quanto a sua fragilidade institucional e poder de influência no processo de gestão urbana do Plano Piloto. Sua participação sempre ficou afeta às questões secundárias, como veremos no transcorrer deste capítulo. Mesmo porque, a Secretaria da Cultura do Distrito Federal, à semelhança de outras no restante do Brasil, sempre teve dificuldades para colocar sua agenda de trabalho como prioridade na política do Governo.³¹²

Por esse pequeno painel da estrutura institucional diretamente responsável pelo processo de gestão do espaço urbano do Plano Piloto de Brasília, pode-se aferir que essa estrutura funciona de maneira precária em cada instância decisória – federal e local. Onde se pode acrescentar como agravante o fato dessas instâncias trabalharem de maneira desarticulada, salvo em alguns momentos para confirmar a regra, conforme apontam os diversos procedimentos que se aborda a seguir. Do mesmo modo, o emaranhado de sucessivas reformas e contra-reformas administrativas só nos mostra a descontinuidade e fragilidade de todo esse processo institucional de planejamento e gestão urbana do Distrito Federal. Portanto, fica fácil identificar uma primeira dificuldade no tratamento da preservação de Brasília, tal seja a precariedade da estrutura institucional para responder por esse trabalho, o que implica em uma relação causal direta com a dificuldade de inserção desse tema na agenda política. Conforme se mostra ao longo deste capítulo

O Conjunto Urbanístico de Brasília está regido por um elenco de instrumentos, que definem sua proteção em três níveis: local, federal e mundial.

Nível Local - Decreto N.º 10.829, de 14 de outubro de 1987, que estabelece os critérios de preservação do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto de Brasília. Constitui o documento que foi apresentado pelo governo brasileiro a UNESCO, como garantia jurídica da proteção de Brasília, atendendo as exigências legais para sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial. Esse Decreto, em verdade, regulamentava o Art. 38 da Lei n.º 3.751 de 13 de abril de 1960, a esquecida Lei Santiago Dantas, que definia a estrutura organizacional da capital e estabelecia que toda modificação no plano original de Brasília deveria ser submetida ao Congresso Nacional. Também integram o Decreto N.º 10.829,

³¹² O DePHA passou no início de 2000 por uma reforma administrativa que reduziu ainda mais as suas competências regimentais.

como documentos anexos, o Relatório do Plano Piloto (1957) e o documento Brasília Revisitada, escrito por Lúcio Costa em 1987;

Nível Mundial - Resolução da 11ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO de 7 de dezembro de 1987, que determina a inscrição do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto de Brasília na listagem dos bens considerados Patrimônio Cultural da Humanidade;

Nível Federal - Decreto de Tombamento de 14 de março de 1990 que eleva o Conjunto Urbanístico de Brasília à categoria de Patrimônio Histórico Nacional – inscrição N.º 532 do Livro do Tombo Histórico.³¹³ Esse Decreto foi regulamentado pela Portaria N.º 04 de 13.04 de 1990 da SPHAN/PróMemória que, posteriormente, foi alterada pela Portaria N.º 314 do IBPC de 08.10 de 1992 (órgão que substituiu o SPHAN durante o Governo Collor de Melo). Esta alteração se constituiu na prerrogativa dada aos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, de realizarem intervenções no espaço da cidade, que sejam entendidas como complementações ao projeto original. Assim diz o texto:

Art. 8º (...)

§3º Excepcionalmente, e como disposição naturalmente temporária, serão permitidas, quando aprovadas pelas instâncias legalmente competentes, as propostas para novas edificações encaminhadas pelos autores de Brasília arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer como complementações necessárias ao Plano Piloto Original e, portanto, implícitas na Lei Santiago Dantas (n.º 3.751/60) e no Decreto 10.829 do GDF que a regulamenta e respalda a inscrição da cidade no Patrimônio Cultural da Humanidade.³¹⁴

A discussão desses instrumentos será realizada quando se tratar de cada momento histórico em que eles se inserem. Entretanto, só para adiantar um pouco a questão cabe dizer que o Decreto do Governo do Distrito Federal e a Portaria n.º 314 do extinto IPBC, onde concentraremos nossa análise, possuem essencialmente o mesmo texto, pois têm origem no grupo de profissionais ligados aos idealizadores de Brasília, mais precisamente no arquiteto Ítalo Campofiorito, que é o autor do texto do Decreto³¹⁵. Concisa, de poucos artigos e aparentemente concentrando-se no essencial da concepção urbanística de Brasília, esta legislação tem como preocupação fundamental preservar a idéia e, obviamente, o desenho do projeto urbanístico original, ou seja, o Plano Piloto proposto por Lúcio Costa.

³¹³ Torre do Tombo local em que eram guardados os documentos históricos em Lisboa/Portugal. Daí se origina a palavra tombamento que diz respeito à guarda e proteção de bens históricos.

³¹⁴ Portaria n.º 314/IPBC de 08 de outubro de 1992 in Brasília Patrimônio Cultural. IPHAN/MinC. 2001. Folder.

³¹⁵ Campofiorito, Ítalo (1990) Brasília Revisitada in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n.º Especial/1990. Rio de Janeiro. SPHAN/PróMemória. 1990.

No elenco de leis também cabe destacar a Lei Orgânica do Distrito Federal que, no Art. 314 que trata da Política Urbana, em seu parágrafo único, estabelece como um dos norteadores da política de desenvolvimento urbano: "*A manutenção, segurança e preservação do patrimônio paisagístico, histórico, arquitetônico, artística e cultural considerada a condição de Brasília como capital Federal e Patrimônio Cultural da Humanidade;*"

Do mesmo modo, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, atualizado em 1997 e que define as estratégias de uso e ocupação do solo para todo o DF, reafirma a proteção histórica do Plano Piloto e remete os critérios de sua preservação para o Decreto 10.829/ DF e Portaria n.º 314/ IBPC. Do mesmo modo, cabe destacar, o Código de Edificações do Distrito Federal que foi atualizado em 1998 – Lei n.º 2.105 de 08/10/1998, e substituiu o antigo Código de Obras de Brasília de 1967.

A esses instrumentos descritos acima se integra um emaranhado de leis e normas urbanísticas elaboradas pelo governo local, em momentos distintos de construção da cidade, muitas delas ainda da sua fase inicial, e que se encontram desatualizadas. Também apresentam uma leitura segmentada do espaço urbano, pois foram feitas, e continuam sendo, de forma pontual para cada setor da cidade e, às vezes, para lotes específicos. Essas normas definem os usos, taxas de ocupação, gabaritos, afastamentos, etc.³¹⁶ Embora sejam parâmetros urbanísticos tradicionais e consagrados no trabalho de gerenciamento urbano, em Brasília, essas normas são bem mais minuciosas num esforço de máximo controle da volumetria arquitetônica em que pode resultar a ocupação do lote ou projeção (edificação) – o que se pode avaliar com o passar do tempo, especialmente com o resultado da ocupação dos novos setores da cidade, como o Setor Comercial Norte, é que este modelo de normatização, rigoroso e controlador, conforme já observado, não garante a qualidade do espaço urbano, nem da arquitetura resultante.

4.2. O período de 1960 a 1985

Conforme já observado anteriormente, Brasília constituiu-se em um projeto do Estado para abrigar a sua estrutura política e administrativa e, ao mesmo tempo, afirmar a sua força política e capacidade gerencial. Daí, certamente, a preocupação governamental com a sua preservação desde os seus primeiros momentos onde a Lei Santiago Dantas, buscava garantir o controle das alterações no espaço urbano da cidade, submetendo suas aprovações ao Congresso Nacional. Entretanto, essa

³¹⁶Entre essas normas destacam-se as NGB's – Normas de Usos e Gabarito que definem a regulamentação do uso e ocupação do solo no DF.

iniciativa logo ficou esquecida, pois se mostrou impraticável, mesmo porque, a execução do plano de Lúcio Costa se encontrava na sua primeira fase, ainda muito incompleto e seu detalhamento se fazia no canteiro, ou seja, na fase executiva da obra, as definições e mudanças ocorriam durante a sua execução, não havia tempo para discussões. Naquele momento, a preocupação dos envolvidos com sua construção constituía-se, basicamente, em concluir o Plano Piloto buscando torná-lo irreversível. Nesse sentido, a NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital, em ritmo frenético de trabalho e com uma equipe de técnicos comandada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, que chefiava o Departamento de Urbanismo e Arquitetura, teve um papel decisivo no cumprimento do cronograma das obras.

Logo após a sua inauguração, Brasília mantinha-se como um grande canteiro de obras e, ao mesmo tempo, lutava para se estruturar como cidade e se consolidar como a capital do país. Pois, sobretudo com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em julho de 1961, esteve seriamente ameaçada de tornar-se uma cidade fantasma no meio do planalto central. Naquele momento, havia fortes rumores de retorno da administração federal para o Rio de Janeiro, clima que existia desde o término do mandato do Presidente Juscelino Kubitschek e que perdurou até o golpe militar de 1964, quando os militares assumem o poder e reafirmam Brasília como a capital do país, retomando o seu processo construtivo. Portanto, frente à instabilidade política do país, houve um natural arrefecimento nos ânimos de seus idealizadores e construtores, e um receio quanto à perda do controle do processo construtivo e dos destinos urbanísticos da cidade. Sobre esse momento, Niemeyer nos faz o seguinte relato:

Com a saída de J.K., de um dia para o outro nossa vida em Brasília mudou completamente. Acabou o antigo entusiasmo que tudo superava, que nos permitiu construí-la em tão pouco tempo, que nos fixou no planalto, sem outra preocupação a não ser a obra a realizar. De um dia para outro, passamos a burocratas, e daí às discussões inúteis, às divergências estéreis, enervados pelo marasmo sem fim que nos envolvia.

Preocupava-nos o lado negativo das coisas, as ameaças de modificações absurdas que sempre surgiram – modificações que desvirtuariam a nova capital, inutilizando tanto trabalho e sacrifício.(...)

Durante o governo Jânio Quadros nada se realizou em Brasília, mas nada foi feito com intuito de deturpá-la. Ao contrário dos boatos espalhados, desse Presidente só recebemos manifestações de apreço e simpatia, embora no setor de arquitetura propriamente dita, sua passagem pelo Planalto tenha se limitado à construção do pombal na Praça dos Três Podêres.³¹⁷

Brasília, correspondendo aos humores políticos da área federal, teve de 1960 a 1969 nada menos que 12 administradores – Prefeitos que eram indicados pelo

³¹⁷ Niemeyer, Oscar (1968) *Quase Memórias: Viagens. Tempos de Entusiasmo e Revolta. 1961 – 1966*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1968. Optou-se em manter a ortografia original do texto.

Presidente da República. A partir de então, com a Emenda Constitucional n.º 1, ampliou-se a competência administrativa da Prefeitura de Brasília e o cargo de prefeito passou a ser denominado de Governador do Distrito Federal. Nesse período, essas administrações tinham como responsabilidade básica dar continuidade ao processo construtivo da cidade, com atribuição meramente técnico-burocrática no gerenciamento das obras. O controle da ocupação territorial era realizado por meio da criação de cidades satélites que serviam para acomodar a população que chegava e se instalava de forma dispersa no território. Nessa época havia a obra principal - o Plano Piloto inacabado, e dezenas de acampamentos das empresas construtoras, além de diversas invasões espalhadas por todo o DF. De outro modo, na área federal a preocupação era garantir a transferência de grande parte da administração federal que ainda se encontrava no Rio de Janeiro e que, naturalmente, resistia à idéia de mudar-se para Brasília. Processo que se consolidou somente no final dos anos de 1990. Mesmo assim, com algumas ressalvas, vide BNDES, Petrobrás e o próprio Congresso Nacional que ainda mantém uma representação no Rio. A própria direção do IPHAN só se transferiu para a nova capital em 1992, depois de muita discussão e sob forte pressão política.

Em termos de gestão urbana pode-se destacar a instituição do Plano Estrutural de Organização Territorial – PEOT (1977) que propunha instituir uma estratégia para o ordenamento da ocupação do território do DF, a partir da proposição de vários cenários de crescimentos e possibilidades dessa ocupação. Já em 1964 o DF foi dividido em oito Administrações Regionais. A de Brasília englobava o Plano Piloto, a Candangolândia, o Núcleo Bandeirante e as áreas residenciais do Lago sul e Lago Norte. Em 1985 é lançado o Plano de Ocupação Territorial – POT que reafirmava as proposições do PEOT, mas que não chegou a ser institucionalizado. Em 1986 foi elaborado o Plano de Ocupação e Uso do Solo – POUZO que chegou a ser homologado, mas que também pouca eficácia teve no ordenamento territorial do DF. Esses planos, de maneira geral, se caracterizavam por uma visão fortemente tecnicista e determinista do processo de planejamento e gestão urbana da cidade, tendo o Estado como protagonista de todo o processo.

A primeira grande discussão sobre os destinos urbanos de Brasília ocorreu em 1974 em seminário promovido pelo Senado Federal, por meio da Comissão do Distrito Federal. Realizado entre os dias 05 e 21 de agosto, o 1º Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, contou com a participação de diversos especialistas na questão urbana da cidade, inclusive do urbanista Lúcio Costa que proferiu uma

concorrida palestra. Na sua apresentação Costa apontava as questões que ele julgava importantes para a preservação das características originais e desenvolvimento urbano de Brasília e que iriam reaparecer 13 anos depois no documento *Brasília Revisitada*.

Entre as questões por ele apresentadas cabe destacar a sua preocupação com dois pontos que àquela época já se mostravam problemáticos: o caminhamento de pedestres na cidade e o centro urbano. Vejamos o que nos dizia Lúcio Costa:

(...) primeiro, o caminhamento de pedestres é uma necessidade. E, como tal, é preciso que se o estude. Esse caminhamento de pedestres está desarticulado, segmentado. Que se procure a maneira mais racional, mais simples, sem grandes artificios de conectá-los para que o pedestre possa percorrer, caminhar e circular de um setor da cidade para outro, com a devida tranqüilidade e segurança. Isso é fundamental, precisa ser corrigido.

Outro ponto: a cidade continuará anômala e claudicante, enquanto não for feito o centro urbano no lugar onde foi especificamente determinado. Quer dizer, o centro urbano da cidade, o *core* da *urbs*. Toda cidade tem um *core*. Nós todos temos. É preciso que esse *core*, esse centro seja construído. E ele no momento está sendo construído de maneira inadequada. Infelizmente, os pavimentos térreos não foram tratados da forma devida para atrair a população para aquela área. Mas, ainda há muito espaço e o que já existe pode e terá que ser corrigido, a começar pela plataforma superior. A plataforma, treze anos depois, está igualzinha. Ninguém fez nada para complementá-la, porque ficaram todos meio assustados sem saber o que fazer. De modo que essa área ficou inóspita - uma área preciosa, no cruzamento dos dois eixos, aquela perspectiva que vejo lá do hotel, aquela vista comovente de manhã, à tarde, aquela presença serena, aquela coisa digna, bela, que tem de ser mantida. E aquilo é jogado fora... É preciso criar condições necessárias.

Havia, naturalmente, a previsão daquelas duas praças de pedestres, aquelas duas praças verdes para quebrar a dureza, e planos de contorno de tráfego. (...) E agora é o momento de a nova Administração e de o Seminário considerarem esse aspecto e corrigir o que está errado ali, para tornar possível a criação desse centro - Sem o que Brasília ficará capenga, uma cidade faltando apoio fundamental, que é o coração, porque nenhuma cidade pode deixar de ter o seu foco de convergência.³¹⁸

Como se percebe as dificuldades de apropriação social do espaço da área central, desde aquele momento, já se mostravam evidentes no contexto urbano da cidade. Questão que em nosso entender permanece até o momento sem solução.

De outro modo, este seminário teve uma importância singular para a leitura da questão urbana em Brasília, pois nas discussões foi externada uma série de problemas que a cidade vivenciava, em decorrência do seu acelerado processo de desenvolvimento urbano e que necessitavam ser equacionados - habitação, trânsito,

³¹⁸ Costa, Lúcio (1974) *Considerações em Torno do Plano Piloto de Brasília* in Anais do I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília. Senado Federal. 1974

infra-estrutura, transportes urbanos, especulação imobiliária entre outros. Nesse sentido, cabe citar um pequeno trecho do discurso do Presidente da Comissão do Distrito Federal do Senado, feito quando da abertura dos trabalhos, que nos dá uma visão desses problemas:

Passados, apenas, pouco mais de 14 anos de sua inauguração, vemos a cidade premida por muitos dos problemas, próprios das cidades comuns, que pretendeu evitar. O imprevisível crescimento demográfico de 14,4% ao ano, média dos primeiros dez anos, aliado a outros fatores, originou graves e patentes falhas que ora serão analisadas.³¹⁹

Também, nesse seminário, surge uma proposta importante feita pelo professor José Carlos Coutinho da UnB, e encampada por grande parte dos presentes. Coutinho propõe a instituição de um sistema de planejamento para Brasília, inclusive com previsão de um sistema de consulta à população. Obviamente, como já se viu no início deste capítulo, até o momento a cidade ainda luta para instituir tal sistema e garantir uma maior participação social no seu processo de desenvolvimento urbano.

O trabalho de preservação de Brasília só começaria a ser tratado de forma tecnicamente sistematizada e institucionalizada, a partir de 1981, com a criação no âmbito da SPHAN/PróMemória, do Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília – GT-Brasília. Deste grupo participavam: Ministério da Educação e Cultura, Governo do Distrito Federal e Universidade de Brasília. Sua finalidade era estudar, propor e adotar as medidas necessárias para a preservação do Patrimônio Cultural da cidade. A criação desse grupo se inseria no processo de reformulação do complexo administrativo da área federal de cultura, que vinha sendo promovida por Aloísio Magalhães, conforme tratado no Capítulo II.

O trabalho realizado por esse Grupo, que esteve atuante até meados de 1988, pode ser considerado como o mais amplo já realizado sobre o patrimônio cultural de Brasília. Sintetizado em vários documentos de trabalho derivou outras iniciativas e possibilitou ao setor público tomar uma série de medidas referentes ao patrimônio de Brasília. O Trabalho do GT contribuiu, particularmente, para despertar a consciência de que o acervo patrimonial em Brasília ia além do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto, ou seja, da parte projetada. Foi demonstrado que outras morfologias existentes no seu território eram importantes e necessárias para o entendimento da história de ocupação do Distrito Federal, bem como, para a composição do seu patrimônio cultural.

³¹⁹ Discurso do senador Catete Pinheiro intitulado Brasília – Cidade Contemporânea do Futuro in anais do I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília. Senado Federal. 1974

O GT-Brasília iniciou seus trabalhos com o mapeamento de toda a região do Distrito Federal, identificando e caracterizando as diferentes morfologias encontradas. Foram identificadas como significativas as seguintes manifestações:

- ▶ O pré-existente, como vernáculo da Região Centro-Oeste, expresso nas cidades de Planaltina (1859) e Brazlândia (1933) e nas sedes de fazendas antigas existentes no DF e anteriores à criação de Brasília;
- ▶ Os acampamentos das obras de construção da cidade que, embora executados em caráter provisório, constituíam testemunhos da fase pioneira. Construídos essencialmente em madeira, mesclavam os princípios do movimento da arquitetura moderna com as raízes da arquitetura tradicional;
- ▶ O meio natural, congregando ambientes originais do Cerrado, próprios de Brasília e que comparecem de forma exuberante em todo o Distrito Federal.

De outro modo, o GT-Brasília avançava na conceituação da preservação do espaço urbano de Brasília, buscando uma leitura mais além da sua condição de monumento histórico e artístico, e o estabelecimento da dimensão adequada ao tratamento preservacionista a ser dado a uma cidade em construção.

A preocupação era entendê-la como um fenômeno urbanístico vivo, incorporando análises sobre o desempenho do seu espaço urbano frente ao cotidiano de Brasília, bem como a leitura dos moradores sobre a sua cidade. Desse modo, entendia que o trabalho de preservação de Brasília deveria ser realizado em dois sentidos: o da permanência dos atributos morfológicos essenciais e significativos para a imagem e apropriação social da cidade pelos seus habitantes. E o de transformação desse espaço urbano frente ao seu dinamismo social. Na definição dos critérios de seleção deveriam ser considerados tanto os aspectos históricos e artísticos quanto de referência para a população. Em verdade, o GT-Brasília esboçava uma proposta de gerenciamento do espaço urbano que fugia do modelo centralizado na figura do especialista urbano, partir de um entendimento de cidade como organismo vivo e sem desconsiderar o fato de Brasília, especificamente, estar com seu projeto urbanístico em plena fase de implantação. Portanto, entendia que os critérios de sua preservação só poderiam ser definidos a partir da convergência de dois níveis analíticos: o "concreto" e o "perceptivo" que trabalhados de maneira complementar, estabeleceriam as suas características fundamentais e acessórias, por meio da utilização de seis categorias analíticas – sítio físico, planta baixa, silhueta, tipologia das

edificações, estrutura interna dos espaços e elementos acessórios. Cabe rever o que dizia o GT-Brasília sobre essa proposição:

(...) as tendências por categoria não podem, entretanto, fornecer automaticamente princípios de preservação, pois significam, às vezes, reforços e outros, enfraquecimento de referencial imagético. Este referencial é, por outro lado, variável ao longo da história de Brasília, e acreditamos não haver razões socialmente embasadas para que se deva voltar integralmente à imagem inicialmente prevista por Lúcio Costa. Acreditamos, sim, que a eleição de aspectos imagéticos passa por avaliação não apenas dele próprio, mas do seu desempenho frente ao processo urbano como cotidiano e como desenvolvimento, questão que envolve, necessariamente, todos os aspectos do mesmo. Em outras palavras, trata-se de uma união entre trabalhos/attitudes de preservação histórica, artística e cultural e de planejamento geral do futuro das cidades. E trata-se, finalmente, de escolhas éticas, das quais não podem mais ser aliçados os vários segmentos sociais.³²⁰

A partir desse entendimento o GT-Brasília realizou uma minuciosa caracterização do espaço do Plano Piloto avaliando a morfologia e o desempenho urbano de cada setor da cidade. Também, desenvolveu uma pesquisa de opinião pública buscando registrar a leitura dos moradores sobre o espaço da cidade, no sentido de identificar que características eram consideradas fundamentais e quais eram consideradas negativas para a imagem da cidade ou para seu funcionamento. Essa pesquisa, quiçá pioneira, denominada *Pesquisa de Imagem do Plano Piloto de Brasília, Junto à População do Distrito Federal*, envolveu mais de mil entrevistados, entre moradores e usuários do Plano Piloto, e forneceu importantes subsídios para as proposições preservacionistas formuladas pelo Grupo.³²¹

Nesse sentido, propunha dividir a área de interesse histórico do Plano Piloto em três áreas distintas, onde cada uma teria os seus critérios específicos de preservação: a primeira, denominada Área de Interesse Especial de Preservação – *A. I. Esp.*, abarcava essencialmente o Conjunto Urbanístico do Plano Piloto proposto por Lúcio Costa (o desenho do *avião*), tendo um caráter preservacionista mais rígido. Uma segunda denominada Área de Interesse de Preservação – *A.I.P.* de preocupação preservacionista mais genérica e paisagística abrangia o Lago Paranoá, seus estuários indo até a linha de cumeada (as colinas) que delimitam o sítio físico-ambiental do Plano Piloto. Uma terceira área denominada Área de Amortecimento – *A. Am.*, com preocupações paisagísticas, abrangia o entorno imediato da área do Plano Piloto, envolvendo o Parque da Cidade, o Campus da UnB, os clubes esportivos entre outras.

³²⁰ Kohlsdorf, Maria Elaine (1985) A preservação dos Espaços Urbanos: Marco Teórico para o Caso de Brasília in GT-Brasília – Síntese dos Trabalhos. GDF/UnB/MinC. Brasília, maio de 1985

³²¹ Ver Vianna Márcio (1985) Pesquisa de Imagem do Plano Piloto de Brasília, junto à População. GT-Brasília - Síntese dos Trabalhos. op. cit.

Embora o GT-Brasília tenha sido criado em 1981, os trabalhos desenvolvidos por esse grupo ficaram, de certa maneira, restritos ao ambiente das instituições participantes e só vieram a ganhar visibilidade a partir de 1985, com o Governo José Aparecido em Brasília que revalidou o Protocolo de Cooperação Mútua entre as instituições envolvidas com o trabalho – GDF, UnB e MinC e reacendeu a discussão sobre a importância da preservação da cidade. A partir de então o trabalho do GT-Brasília passou a ser conhecido e servir de referência para as ações preservacionistas em Brasília. Particularmente, em relação aos denominados *Acampamentos Pioneiros*, ou seja, os acampamentos remanescentes do período da construção da cidade, executados pelas construtoras para abrigar seus operários.

Foi o trabalho do GT-Brasília que serviu de base para a montagem do dossiê de apresentação da candidatura de Brasília à Lista do Patrimônio Mundial na UNESCO, em 1986, ficando a sua equipe responsável pela elaboração do documento técnico. Porém, a sua proposta de legislação para a proteção de Brasília como patrimônio histórico que acompanhava o Dossiê – *Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília*, foi preterida em favor da proposta elaborada pelo grupo ligado a Lúcio Costa, conforme já comentado anteriormente.

Ainda nesse período (1985) foi desenvolvido pelos arquitetos Maria Elisa Costa e Adeildo Viegas de Lima, a partir de convênio celebrado entre a Secretaria de Viação e Obras do GDF e a TERRACAP, um amplo estudo sobre os problemas urbanísticos do Plano Piloto de Brasília. Esse trabalho, que contou com a assessoria do próprio Lúcio Costa, produziu um relatório intitulado: *Brasília 57 - 85. Do plano piloto ao "Plano Piloto"*, onde foram apontados vários problemas na estrutura da cidade, muitos deles entendidos como decorrentes da alteração do desenho original, e concluía com uma série de recomendações para enfrentá-los. É importante informar que esse trabalho originou o documento *Brasília Revisitada*, elaborado por Lúcio Costa dois anos depois, conforme ele afirma em seu livro de memórias.³²²

Entre as recomendações feitas por esses autores cabe destacar a necessidade de ampliação da oferta residencial para a classe média fora do Plano Piloto, nos moldes de superquadras, no intuito de diminuir a pressão imobiliária sobre seu espaço urbano. Também, apontava para a necessidade de manutenção da sua

³²² Costa, Lúcio (1995) op. cit. p.330

volumetria urbana, a partir da permanência dos critérios originais de sua concepção. Nesse sentido, o documento destacava o seguinte:

(...) É importante que permaneçam os critérios originais que até hoje prevalecem: gabarito uniforme de 6 pavimentos nas Superquadras 100, 200 e 300, decrescente para leste e oeste, ocupação disciplinada na Esplanada dos Ministérios, arrematada de um lado pela Praça dos Três Poderes e de outro pela Torre de TV; no centro urbano, o adensamento em altura, como se o conjunto eclodisse em torno do cruzamento dos dois eixos, assegurada a continuidade da ordenação visual do Eixo Monumental através do gabarito baixo dos Setores de Diversões. E a manutenção do canteiro central do Eixo Monumental livre de ocupação – é como Brasília fosse atravessada, do nascente ao poente, por uma fatia de céu que viesse até o chão e marcasse a cidade, conferindo-lhe uma outra dimensão, outra escala, além das explicitadas pelo autor do plano: uma escala como que intocável – sagrada – onde a natureza fez uso do trabalho do homem para reinventar a paisagem.³²³

Os trabalhos aqui referenciados, embora tenham sido importantes no processo de discussão de Brasília e na formação de uma consciência sobre seus problemas urbanos e da complexidade de sua preservação, pouco avançaram na construção de um processo de planejamento e de gestão urbana para a cidade, mesmo porque é difícil perceber uma vontade política para que tal fato aconteça. Esses trabalhos – GT-Brasília e o Brasília 57/85 - traduzem duas formas distintas de entender e trabalhar a preservação de Brasília e, conseqüentemente, de conduzir o seu desenvolvimento urbano e que, de certa maneira, têm pautado as ações nessa área. Embora sejam coincidentes em alguns pontos, sobretudo na análise dos problemas – centro urbano problemático, questão habitacional, transporte coletivo entre outros, diferem frontalmente quando tratam do encaminhamento das soluções. O trabalho do GT-Brasília ao reconhecer outras dimensões na estrutura da cidade, além daquela que a considera unicamente como uma obra de arte da nossa genialidade urbanística e arquitetônica, remete suas ações para compreender as contradições existentes entre a cidade idealizada e a cidade real, além da mutabilidade do espaço. Também de trabalhar com o sentido de permanência e de transformação, incorporando a participação social dos moradores na construção de sua cidade, ou seja, reconhecendo a população como sujeito da sua história e buscando equilibrar o jogo de forças da disputa social que envolve a vida em sociedade.

De outro lado, o trabalho *Brasília 57 – 85*, representa uma visão da cidade como obra de arte acabada e monolítica, e como tal, deve ser preservada na sua originalidade, admitindo-se apenas pequenas correções em seu espaço urbano. Essa

³²³ Lima, Adeildo Viegas de & Costa, Maria Elisa (1985) Brasília 57 – 85. Do plano piloto ao “Plano Piloto” - Conclusão. In Módulo Especial, Brasília, 26 Anos. Edição n.º 89/90. Jan/fev/mar/abril 1986. Rio de Janeiro

postura, certamente, nos remete ao estabelecimento de um processo decisório fechado sobre os destinos da cidade, onde a população poucas vezes seria chamada a opinar e pouco teria a acrescentar à construção do seu espaço urbano, uma vez que esta já estaria pronta e ademais, seria uma decisão a ser tomada por especialistas.

Essas duas posições vão se manifestar em vários momentos da história da cidade, influenciando a tomada de decisões no encaminhamento do processo de gestão da cidade, em diversas oportunidades conforme se verá a seguir.

4.3. O período de 1985 a 1990

Se voltarmos um pouco no tempo, lembraremos da justificada euforia que tomou conta do país quando da chegada da Nova República, em 1985. Brasília, obviamente, também se entregou a essa *ofegante epidemia*, como nos diria o Chico Buarque em sua música *Vai Passar*. Nesse sentido, a cidade iniciou esse novo período democrático do país, confiante em outros tempos. Com o entusiasmo do Governador José Aparecido de Oliveira, nomeado para administrar Brasília com a Nova República, foram convocados “os artistas construtores - o autor do traçado do Plano Piloto, Lúcio Costa, o arquiteto dos edifícios monumentais, Oscar Niemeyer, e o paisagista da arborização, dos parques e jardins, Burle Marx.” Ainda utilizando as palavras do Governador, a preocupação era “recolocar Brasília dentro do plano original”. Com esse entendimento, foram removidos os toldos da rampa do Teatro Nacional, refeitos os arcos do Palácio da Justiça e a retirada do mármore que os revestiam. A catedral foi pintada de branco e recebeu novos vitrais coloridos. Foram refeitos os jardins do Teatro Nacional, foi construído o Panteão da Liberdade na Praça dos Três Poderes. O Gran-Circo-Lar foi instalado ao lado da Rodoviária, o Museu do Índio foi construído e teve início o polêmico projeto de construir uma ciclovias às margens do Lago Paranoá, aos fundos das mansões daquele setor, o que causou uma enorme resistência por parte dos moradores da área. À época, essa obra, por iniciativa dos moradores, foi judicialmente embargada. Entretanto ainda foram construídos cerca de dez quilômetros de pista. Hoje essa obra está esquecida.

Em termos do trabalho de preservação histórica de Brasília, também foram tomadas várias iniciativas, onde se destacam a criação da Secretaria da Cultura do Distrito Federal e a retomada do Convênio de Cooperação Mútua que garantia a formalização do GT-Brasília que, naquele momento, encontrava-se enfraquecida. Estas ações possibilitaram uma maior dinâmica nos trabalhos desenvolvidos pelos

órgãos dessa área, com ênfase na preservação dos acampamentos pioneiros. A partir de uma interação maior entre a equipe do GT-Brasília que se concentrava na SPHAN/PróMemória, e a equipe técnica do DePHA que passaram a formar basicamente um corpo único, foram realizadas uma série de iniciativas de tratamento desses acampamentos pioneiros, entre as quais cabe destaque dois exemplos.

O trabalho de reabilitação arquitetônica e ambiental desenvolvido no Conjunto do ex-Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO. Esse conjunto, de 17 edificações em madeira, inaugurado em 1957 e desativado em 1974, foi o primeiro conjunto hospitalar da cidade, desempenhando um papel fundamental como apoio médico-hospitalar à construção da cidade, além de constituir-se em significativo espaço de encontro e convivência da população pioneira daquela época, tendo em vista sua localização próxima à então Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante. O seu valor como referência histórica foi confirmado pelos antigos moradores da área que ao tomarem conhecimento de sua iminente demolição, entraram com uma ação na justiça e iniciaram uma campanha pela sua preservação, que culminou com o seu tombamento como conjunto histórico pelo Governo do Distrito Federal em 1985 (Decreto 9.036 de 13/11/85).

Essa ação provocou o nascimento do Projeto HJKO, projeto piloto de preservação e revitalização de núcleos pioneiros, que promoveu a recuperação física e a reintegração dessa área à dinâmica urbana da cidade, por meio da sua transformação no Museu Vivo da Memória Candanga. Esse espaço, além de trabalhar com um acervo ligado à memória do período pioneiro da cidade, sob o ponto de vista dos trabalhadores da construção, abriga uma série de oficinas e atividades ligadas à arte popular. Também, a partir de 1987, o HJKO passou a abrigar a sede do próprio DePHA, que se transferiu do anexo do Palácio do Buriti.

O segundo exemplo trata da Vila Planalto, cuja fixação e preservação foi possível a partir do respaldo técnico fornecido ao movimento dos moradores, pelo GT-Brasília, que culminou na elaboração do documento *Projeto Vila Planalto - Proposta - Abril/87*. Esse trabalho, elaborado a partir de discussões com diversos órgãos da administração do GDF e a população local, caracterizava este núcleo como significativo referencial do processo de construção de Brasília e argumentava sobre a necessidade de sua preservação como testemunho histórico, pois ainda mantinha vários testemunhos daquela época. Portanto, não deveria ter o mesmo tratamento dado a outros núcleos habitacionais pioneiros, ou seja, ser remanejado. O argumento defendido pelo GT-Brasília e a pressão popular exercida pelos moradores da área

conseguiram fazer frente a outros setores da sociedade de Brasília que reagiam a fixação desse acampamento e, convencer o governo local promover a sua preservação. Desse modo, a Vila Planalto, um dos principais acampamentos do período de construção da cidade, depois de um longo embate, foi tombado como monumento histórico em 21 de abril de 1988 (Decreto GDF n.º 11.079).

Quanto à repercussão e desdobramentos desses dois trabalhos pode-se dizer que depois do sucesso inicial de público e mídia, o projeto HJKO, a partir de 1991, começou a sofrer de um certo esquecimento, entrando em declínio por falta de apoio político e recursos financeiros para sua manutenção e conclusão do projeto de recuperação da área. O Museu Vivo da Memória Candanga funciona hoje de maneira precária, seu projeto não chegou a ser concluído e as edificações que foram restauradas já necessitam de novas intervenções. O DePHA, desde 1999, transferiu sua sede para o Plano Piloto, passando a funcionar nas instalações da Secretaria da Cultura que fica nas dependências do Teatro Nacional. A Vila Planalto depois do tombamento entrou em um outro momento da sua história onde a transformação urbana do seu espaço original transcorreu em ritmo acelerado. Atualmente perdeu muito das características que motivaram o movimento para sua preservação. Entre os fatores que concorreram para isso cabe destaque a fragilidade técnico-institucional da política de preservação posta em prática pelo GDF e a dubiedade da política habitacional para essa área. Pois, ao mesmo tempo em que defendia a preservação da área como testemunho histórico, incentivava o seu adensamento populacional permitindo o surgimento de novas edificações e a desfiguração de sua estrutura espacial. Naturalmente, por sua localização privilegiada no Plano Piloto, próxima à Praça dos Três Poderes, entre os Palácios da Alvorada e do Planalto, essa área sofre um forte processo de valorização e especulação imobiliária o que tem alimentado toda essa transformação urbanística.

Outro acontecimento significativo desse período, se não o mais relevante, foi a inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial, o que possibilitou a instituição da primeira legislação específica de proteção do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto de Brasília, o Decreto n.º 10.829 de 14 de outubro de 1987 do Governo do Distrito Federal que, em verdade, regulamentava o artigo 38 da Lei Federal n.º 3.751 de 13 de abril de 1960, a Lei Santiago Dantas. Essa lei trata da proteção de Brasília sem, contudo, especificar a área e os critérios de preservação. Na oportunidade havia duas proposições: a do GT-Brasília que, fundamentado nos seus trabalhos, propunha um anteprojeto de lei que envolvia, além do Conjunto do Plano Piloto, a proteção de

manifestações vernáculas no espaço do Distrito Federal – cidades anteriores à capital, fazendas antigas, acampamentos pioneiros e o patrimônio natural. Incluía ainda, a instituição de um conselho gestor, o Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Brasília, a ser constituído pelo governo local. Essa proposta era extensa e de complexa aplicação, indo bem além da exigência da UNESCO que, naturalmente, tinha preocupações apenas com o espaço do Plano Piloto.

A outra proposta era o tombamento de Brasília como monumento histórico, questão defendida pela Direção do IPHAN, representada por Ítalo Campofiorito, em comum acordo com Lúcio Costa. Entretanto, essa ação exigiria um demorado processo de análise pelo IPHAN e Congresso Nacional. Surgindo daí uma terceira opção que seria regulamentar a Lei Santiago Dantas pelo Governo do Distrito Federal. Sobre esse momento assim se manifesta Campofiorito:

(...) Dois caminhos apontavam suas respectivas soluções. Um amplo estudo fora elaborado por um grupo de Trabalho (MinC, UnB e GDF) e nele se descreviam numa abordagem morfológica abrangente e exaustiva as características urbanas a preservar (Inclusive as fazendas locais antigas, os acampamentos, as cidades satélites e demais resíduos da implantação). Outra solução foi pensada por mim e proposta a Lúcio Costa que a aceitou: criava-se o instituto jurídico do tombamento de Brasília e tombava-se a cidade de forma inovadora – fixando-se a sua “escala” no essencial, liberando-se as edificações em geral, com exceção dos monumentos excepcionais, para qualquer modificação que não rompesse com a *escala* em que se inseria. A primeira solução pareceu a Lúcio Costa e ao Governador adequada apenas “para uso interno” (Lúcio Costa), ou seja, para medidas de proteção tão vastas e minuciosas que teriam forçosamente existência transitória, não interessando à UNESCO, preocupada apenas com a proposição urbana e arquitetônica original. A segunda mostrou-se impraticável do ponto de vista prático-legal. (...) Restou um terceiro caminho: regulamentar a Lei Santiago Dantas (...) essa oportunidade era mais instigante e desafiadora e, ao mesmo tempo, mais concreta e eficaz do que um tombamento surpreendente demais. Em 7 capítulos e 16 artigos condensou-se o essencial da única cidade modernista existente por inteiro.³²⁴

A opção escolhida naquele momento, não deixa dúvida sobre o caminho preservacionista adotado, ou seja, tentar preservar a cidade a partir do entendimento dessa como uma obra de arte acabada e monolítica, concentrando sua preocupação na manutenção do seu desenho original (contido no Relatório do Plano Piloto) concebido a partir das quatro escalas definidoras da sua estrutura urbana descritas anteriormente – Monumental, Gregária, Residencial e Bucólica.

Contrariando o discurso de preservar somente as “características essenciais”, a legislação adotada tem um caráter fortemente rigoroso no sentido de coibir a ocupação urbana não prevista originalmente no Relatório do Plano Piloto, mantendo

³²⁴Campofiorito, Ítalo (1990) op. cit.

como **non-aedificandi** todos os terrenos contidos no perímetro de proteção, que não estivessem edificados ou institucionalmente destinados para tal fim (art. 10). Bem como, inalteradas todas as normas urbanísticas vigentes na data de sua publicação (art. 12). Também faz observações bastante genéricas sobre o tratamento em diversas áreas da cidade, ignorando aspectos relevantes para a sua composição urbana. A origem dos critérios estabelecidos nesse instrumento jurídico pode ser identificada nas recomendações contidas no documento *Brasília Revisitada*, publicado naquele ano de 1987 e que, juntamente com o Relatório do Plano Piloto de Brasília, passou a fazer parte desse Decreto como anexo.

O que se deduz pelo texto desse Decreto e pela experiência de sua aplicação ao logo desses anos, é que o mesmo embute uma série de problemas para Brasília sua aplicabilidade e eficácia protecionista. Se por um lado, o seu caráter restritivo aparentemente tem dificultado intervenções de maior vulto no seu espaço urbano, por outro, não tem contribuído para conduzir um processo de gestão urbana melhor compartilhado entre governo e sociedade, ao mesmo tempo, em que consagra visíveis problemas no espaço urbano da cidade – normas urbanísticas defasadas, vazios urbanos em áreas residuais, desagregação espacial na área central entre outros. Dos aspectos problemáticos encontrados nessa legislação podemos apontar:

- ▶ Extensão da área protegida – 112, 25Km², seguramente a maior área de proteção histórica do mundo, incluindo setores que têm, no mínimo, uma discutível participação na composição e valorização do conjunto original – Candangolândia (acampamento pioneiro reparcelado e transformado em assentamento habitacional), Cruzeiro Novo e Velho, Octogonal (setores habitacionais surgidos *a posteriori* do Plano Piloto);
- ▶ Trata toda a área de proteção como possuidora de um conjunto urbanístico monolítico, não fazendo nenhuma distinção entre as diversas morfologias encontradas no seu interior que ficam submetidas aos mesmos princípios preservacionistas. Áreas de espacialidade e de significado simbólico diferenciados entre si, tais como: Esplanada dos Ministérios e W3 Norte; Superquadras do Plano Piloto e Superquadras do Cruzeiro que têm os mesmos critérios de intervenção;
- ▶ Ignora a dinâmica urbana da cidade ao manter inalterados todos os critérios de ocupação do espaço urbano vigentes na época de sua promulgação. Leia-se legislação urbanística;

- ▶ Ignora a participação física do Lago Paranoá (lâmina d'água e margens) na composição do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto, ao restringir a área de proteção histórica à sua orla Leste;
- ▶ Não faz nenhuma menção sobre o processo decisório das intervenções no espaço urbano, ignorando a participação da sociedade no processo de preservação de Brasília;
- ▶ Não prevê nenhuma penalidade aos atos de infração.

Consciente das dificuldades operacionais do Decreto n.º 10.829, amplamente discutidas pelos órgãos locais que reivindicavam uma legislação protecionista de maior amplitude para Brasília, o Governo local, já sob nova administração, iniciou em 1988, por meio de uma ampla comissão técnica³²⁵, a elaboração de um Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Distrito Federal. Esse Anteprojeto, concluído ao final de 1989, e retomando várias proposições feitas em trabalhos anteriores, particularmente, o trabalho do GT-Brasília, definia os princípios básicos e as diretrizes fundamentais da política de preservação, identificava e classificava o patrimônio a ser preservado, definia as competências institucionais especificando ainda, as infrações e estabelecia prioridades de ação. Em verdade, o Anteprojeto propunha a instituição de uma política de preservação do patrimônio do Distrito Federal, estruturada a partir de um sistema de gestão, por meio da criação do Instituto do Patrimônio Cultural do DF, do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do DF e do Fundo do Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

Em termos da preservação físico-espacial era criada uma área de preservação prioritária que, abarcava o Conjunto do Plano Piloto e entorno imediato, e subdividia-se em três subáreas – A, B e C, com critérios específicos de proteção e classificadas da seguinte forma:

- ▶ Subárea “A” do Plano Piloto compreendia a estrutura urbana definida pelos Eixos Monumental e Rodoviário, e se constituía basicamente no desenho do avião;
- ▶ Subárea “B” do Plano Piloto, abrangendo as áreas adjacentes a este e limitava-se a leste pelo lago Paranoá e a Oeste pela DF-003;

³²⁵ Esta Comissão, criada pelo Decreto n.º 11.210 de 18.08.88, era constituída por representantes de vários órgãos. Pelo GDF: Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico - DePHA, Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SDU, CODEPLAN, Secretaria de Transportes, CAESB, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAUMA, Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia- SEMATEC e Procuradoria-Geral – PRG/DF. Pela Área Federal: Ministério da Cultura representada pelo complexo SPHAN/PróMemória/8ª Diretoria Regional e GT-Brasília além da UnB. Entretanto, apenas o DePHA, CAUMA, PRG/DF e 8ª DR, participaram efetivamente dos trabalhos. O GT-Brasília nesse momento já se encontrava praticamente desativado. Ver documento final da Comissão que se encontra no processo n.º 000056/90 arquivado no DePHA.

- ▶ Subárea “C”, denominada de “Entorno Paisagístico do Plano Piloto”, compreendia o Lago Paranoá incluindo sua margem Leste e indo até o divisor de águas que corresponde à linha de cumeada das colinas que envolvem a cidade.

Como se percebe essa divisão físico-territorial da área de preservação prioritária (área tombada), muito se assemelhava à proposta feita pelo GT-Brasília quando da inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial.

Esse trabalho, após ser concluído, ainda tramitou por cerca de um ano pelos gabinetes de diversas instituições, recebendo inúmeros pareceres e sugestões, sendo posteriormente devolvido para a Secretaria de Cultura que o encaminhou ao seu lugar de origem, o DePHA, que não teve alternativa a não ser arquivá-lo para, em seguida, esquecê-lo de vez. Esse procedimento administrativo foi consequência da desarticulação institucional das entidades que participaram de sua elaboração um ano antes, além de, naquele momento, a cidade vivenciava um outro momento político, onde o encaminhamento desse trabalho exigiria a remontagem de uma nova estratégia político-institucional de difícil construção.

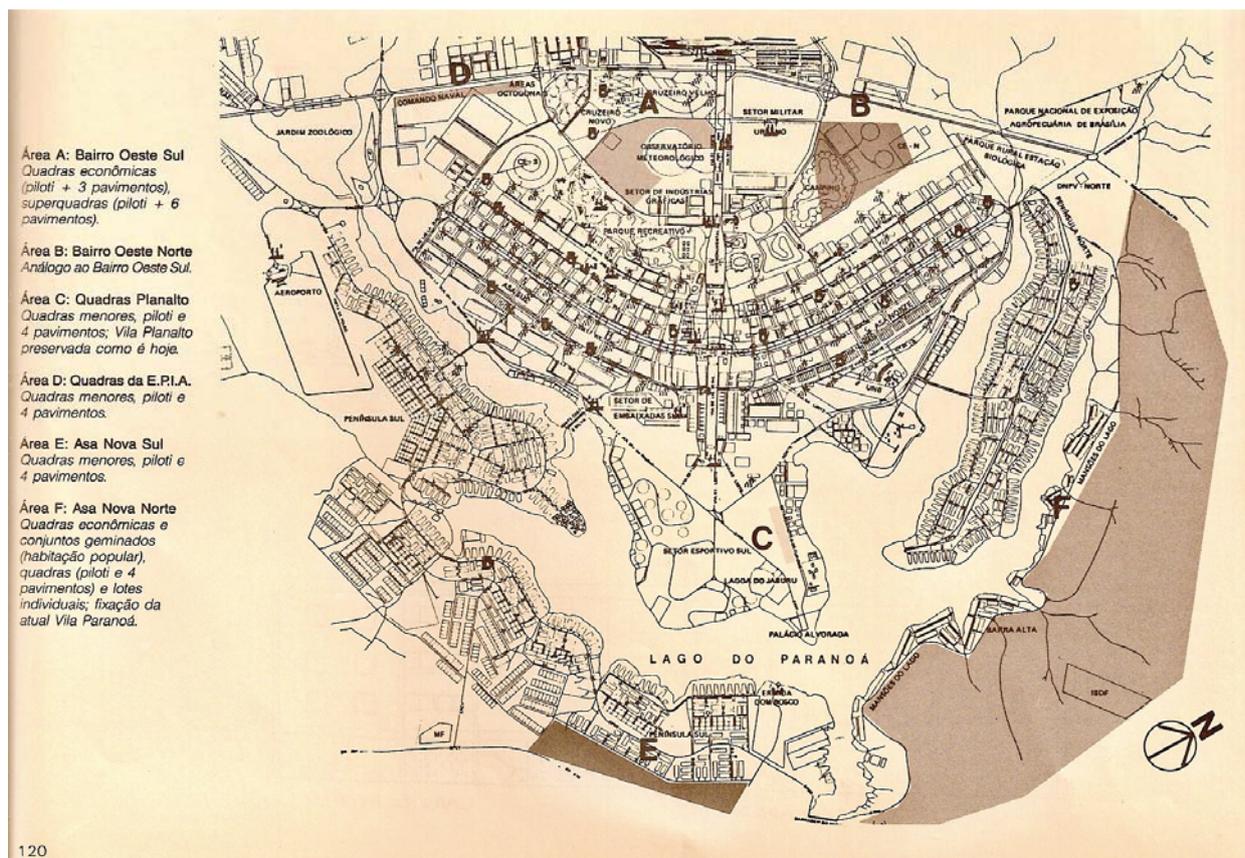
Ainda desse período cabe registrar as proposições feitas por Lúcio Costa no documento *Brasília Revisitada* de 1987. Nesse trabalho, Costa faz uma série de proposições para a complementação, preservação, adensamento e expansão urbana da cidade que passam a integrar o corpo dos diplomas legais de proteção seu conjunto urbanístico, algumas incorporadas ao próprio texto, conforme já comentado: Decreto N.º10.829 e Portaria N.º 314 do IPHAN. Também reitera as características fundamentais da cidade descritas no Relatório do Plano Piloto, acentuando a importância de preservá-las a partir da manutenção das suas quatro escalas urbanas. Entre as proposições apresentadas destacamos:

- ▶ Propõe o tombamento do conjunto urbanístico – arquitetônico da Praça dos Três Poderes incluindo o Palácio do Itamarati e da Justiça;
- ▶ Manutenção do gabarito existente no Eixo Monumental e no Eixo Rodoviário, incluindo o entorno imediato e os setores de grandes áreas. E, como “não edificáveis as áreas livres diretamente contíguas,” e com baixa densidade as áreas já previstas para ocupação entre o Lago e a cidade;
- ▶ Manter a estrutura da unidade de vizinhança na área residencial – superquadras com acesso único, articuladas de quatro em quatro, pilotis livres, área verde etc.;

- ▶ Reestudar os projetos da área central “no sentido de propiciar a efetiva existência da escala gregária (...) prevendo percursos contínuos e animados para pedestres e circulação de veículos dentro dos vários quarteirões”;
- ▶ Rever a excessiva setorização funcional da cidade, possibilitando novos usos exceto nas áreas residenciais e no centro cívico;
- ▶ Criação de um grupo técnico permanente “orientado por pessoa com bagagem cultural e sensibilidade” para responder pela coordenação das intervenções em “tom menor” no espaço público da cidade – sinalização urbana, mobiliário urbano e outros pequenos equipamentos;
- ▶ Criação de seis novas áreas de expansão urbana (A, B, C, D, E,F) próximas ao Plano Piloto, a serem implantadas nos moldes das superquadras originais, além de uma outra, mais afastada, ao lado da cidade satélite do Guará (15 Km do Plano) denominada de quadra econômica.

A implantação da maioria dessas áreas na forma idealizada, propostas como manchas urbanas, se mostrou inviável sobre vários aspectos – técnico, político, financeiro, fundiário, demanda habitacional entre outros.

- ▶ Área A – Bairro Oeste Sul: foi implantado e corresponde ao Bairro Sudoeste em fase final de ocupação;
- ▶ Área B – Bairro Oeste Norte: corresponderá ao Bairro Noroeste cujo projeto urbanístico já se encontra desenvolvido, porém ainda não implantado;
- ▶ Área C - Quadras Planalto: não implantada, no local permaneceu o acampamento pioneiro da Vila Planalto;
- ▶ Área D – Quadras E.P.I.A.: não implantada, existe outra destinação para este local. Parte já está ocupada;
- ▶ Área E – Asa Nova Sul: não implantada. Na região indicada existe uma série de condomínios irregulares;
- ▶ Área F - Nova Asa Norte: não implantada. Parte situa-se em região de topografia bastante acentuada e ocupada por chácaras e condomínios irregulares. Outra parte foi utilizada para fixação e ampliação do antigo acampamento da Vila Paranoá (54.929 Hab. IBGE/2000/dados preliminares);
- ▶ Quadras Econômicas do Guará – Implantada.



Brasília Revisitada - manchas de expansão. Revista Projeto Nº 100. 1987 pg. 120.

Durante a elaboração do PDOT, foram realizados uma série de seminários para obtenção de subsídios técnicos. Esses seminários, coordenados pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, mesmo que tenham avançado no encaminhamento das discussões dos problemas da cidade e na ampliação do número e diversidade dos interlocutores - sobretudo em relação ao Seminário promovido pelo Senado em 1974 - envolvendo entidades de classe e lideranças comunitárias, ainda se constituíram em uma discussão pela ótica de especialistas, técnicos e dos detentores do capital. Sobre isso Schvasberg faz a seguinte análise:

Desse avanço verificou-se a diversidade e amplitude de temas enfocados, quanto dos interlocutores e visões diferenciadas, especialistas acadêmicos e setores produtivos urbanos e rurais. O mesmo não se limita à defesa da concepção de Brasília ou não face a ameaças as mais diversas. E, sobretudo, inscreve a discussão numa perspectiva de grandes mudanças políticas e institucionais com as primeiras eleições presidenciais após a ditadura militar e principalmente a autonomia política do DF, com eleições para Governo Local e a constituição de uma Câmara Distrital.

(...) Porém, não comparecem com nitidez nos debates visões críticas de sindicatos, partidos e entidades de movimento popular confrontando política e ideologicamente projetos de cidade, e na cidade, com segmentos do capital imobiliário e comercial, por exemplo. (...) ³²⁶

³²⁶ Schvasberg, Benny (1999) Mudanças e Desafios ao Planejamento e à Gestão Territorial: a experiência do Distrito Federal. In Espaço e Geografia Ano 2. n.º 1 (1999) Brasília. Instituto de Ciências Humanas. UnB, 1998.

4. O período de 1990 a 1998

Esse período se inicia com a posse dos primeiros mandatários da Capital da República eleitos por voto direto, fato que trazia certa esperança de mudança nos destinos da cidade, porém já sem o mesmo entusiasmo existente quando da instituição da Nova República em 1985. A instalação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, conforme já observado anteriormente, estabeleceu uma nova correlação de forças na condução do processo de desenvolvimento urbano da cidade. De outro modo, é nesse período que as instituições públicas brasileiras, de maneira geral, sofrem forte enfraquecimento por conta da política neoliberal posta em prática no país. Nesse sentido, particularmente as instituições afeitas à área da cultura sofrem um esvaziamento institucional ainda maior. Em Brasília essa situação não poderia ser diferente, também aqui os órgãos diretamente envolvidos com essa área sofrem, ao logo da década de 1990, um visível encolhimento nas suas ações.

Ainda no Começo de 1990 Brasília é tombada como Patrimônio Histórico Nacional e a regulamentação desse ato é feita pela Portaria N.º 04 do SPHAN que, essencialmente, repetia o texto do Decreto n.º 10.829 e que depois, em 1992, foi alterada pela Portaria n.º 314. Essa repetição do conteúdo desses instrumentos nos remete a deduzir, pelos comentários já efetuados, que nada se avançou na instrumentação jurídica de preservação da cidade desde a promulgação do Decreto do GDF, quando da inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial. Outro fator que cabe destacar é que com o tombamento federal a decisão final sobre as intervenções no espaço urbano do Plano Piloto caberia ao IPHAN, o que reduziria ainda mais a participação da área local no processo de preservação cidade. Uma vez que a manifestação do GDF (no caso o DePHA) ainda tinha que ser aprovada pela área federal. E muitas vezes ocorreram manifestações distintas sobre o mesmo caso. Ou ainda, como a manifestação do DePHA não poderia ser definitiva, visto a sua limitada competência legal, os interessados passaram a fazer um caminho direto até o IPHAN, inclusive o próprio GDF (as suas Secretarias) ficando o DePHA com a função de mero atravessador de processos.

Essa realidade jurídica criou uma situação inusitada uma vez que a 14ª SR/IPHAN, responsável pela ação da área federal em Brasília, não estava aparelhada para responder por esse volume de processos, que lhe chegavam cotidianamente para emitir parecer. Pois, todos os pedidos de intervenção na área tombada, eram obrigados a serem remetidos para a 14ª SR. Obviamente, essa situação gerou um congestionamento de processos e grande uma grande pressão dos seus interessados

na equipe técnica do IPHAN, o que demandou um esforço enorme da área federal para superar a sua limitada capacidade operacional.

Esse imbróglgio institucional levou a criação de um grupo de trabalho envolvendo os órgãos responsáveis pela ação de preservação histórica da área federal e local, respectivamente, 14^a CR e DePHA. Assim, nascia em 03. 07 de 1992, por meio da Portaria n.º 06 do então IBPC, o Grupo de Trabalho Conjunto – GTC - IBPC/DePHA, cuja missão era desenvolver um trabalho integrado no encaminhamento da preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, analisando em conjunto os pedidos de intervenção na área de proteção histórica. Esse Grupo esteve atuante até meados de 1995.

Para se entender um pouco mais esse momento de dificuldades operacionais é interessante citar um trecho de uma comunicação desse Grupo, onde eram relatadas as dificuldades no desenvolvimento do trabalho e sugeridas mudanças de encaminhamento, uma vez, que os instrumentos jurídicos existentes apresentavam problemas de aplicação.³²⁷

(...) Temos verificado o surgimento de inúmeras demandas referentes à alteração de obra ou setor urbano já existente, à criação de novas áreas de ocupação ou mesmo à alteração de aspectos da legislação em lotes ou setores que sequer foram edificados (...). São, na grande maioria, demandas cujo conteúdo aponta explícita ou implicitamente, no sentido da alteração da legislação de ocupação do solo urbano (NGBs) em áreas públicas ou privadas.

(...) que seja iniciado no âmbito do IBPC e do DePHA uma reavaliação da eficácia e eficiência dos atuais instrumentos jurídicos que regulam a preservação do Plano Piloto de Brasília (Portaria N.º 04/SPHAN de 13/março/90 e Decreto - Lei N.º 10.829 de 14/outubro/87) (...)

Em que pese esse entendimento do corpo técnico envolvido com o trabalho, nenhuma iniciativa foi tomada nesse sentido. Ainda em 1992 é criada uma nova Comissão no âmbito do Governo do Distrito Federal para estudar e propor medidas para a implementação da Política de Preservação e Promoção do Patrimônio Cultural do DF, que estava contida no plano de governo (Decreto n.º 13.763 de 23.01.1992). Essa Comissão, envolvendo vários órgãos do GDF, teve vida bem curta e seu trabalho não teve repercussão. Em seu relatório apontava os mesmos problemas já detectados nessa área, entre esses se destacam: ³²⁸

- ▶ Insuficiência de instrumentos legais para a preservação do patrimônio cultural da cidade;

³²⁷Ofício Interno n.º 01/92 – GTC/DePHA - IBPC encaminhado ao Coordenador da 14ª CR/IBPC, em 15 de setembro de 1992. Arquivo DePHA.

³²⁸ Cópia desse Relatório, apócrifo e sem data, integra o acervo documental particular do autor deste trabalho.

- ▶ Falta de articulação entre os diversos órgãos envolvidos com esse trabalho;
- ▶ Inadequação da estrutura administrativa, operacional e financeira frente à responsabilidade do tombamento federal.

Logo após, em 1993, a arquiteta Maria Elisa Costa, novamente realiza um estudo sobre o espaço urbano do Plano Piloto, mas precisamente sobre a área central – *Análise da Área Urbana de Brasília - Núcleo Central*, onde são defendidas a concepção e a intencionalidade da proposta original para esse setor, e sugeridas uma série de recomendações para sua integração espacial qualificação urbana. Porém, essas propostas não prosperaram, não tendo nenhum desdobramento para a melhoria urbana desse setor.

Ao final de 1995, técnicos que participaram do GTC/DePHA – IBPC (à época já desativado) apresentam um conjunto de diretrizes para o tratamento preservacionista da área tombada. Esse trabalho, intitulado *Brasília, Patrimônio Cultural Contemporâneo: Critérios de Preservação para o Conjunto Urbanístico do Plano Piloto*, fruto da experiência desses profissionais com esse tema, retomava parte das proposições contidas no trabalho do GT-Brasília (1985), bem como, no *Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico*, elaborado pela Comissão Técnica do GDF (1989). A proposta desse grupo se fundamentava no entendimento de que os instrumentos jurídicos existentes eram “*insuficientes e incompletos*” para promover a implementação de um trabalho de preservação de maior amplitude. A esses instrumentos faltava, “*agilidade para acompanhar a dinâmica do processo de desenvolvimento em uma cidade tão recente.*”³²⁹

Com a proposta apresentada, esse grupo buscava reabrir a discussão entre os órgãos envolvidos com a preservação de Brasília, no sentido de provocar na esfera local e federal, um consenso sobre a necessidade de reformulação dos instrumentos de proteção do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto e retomar a proposta de construção de uma articulação maior entre os órgãos responsáveis por esse trabalho.

Esse grupo propunha a divisão da área tombada em quatro grandes áreas, acrescida de uma quinta área, denominada de proteção paisagística, que se constituía na proposta já efetuada no trabalho da Comissão Técnica de 1989. Cada uma dessas áreas foi subdividida em subáreas, conforme a sua morfologia urbana e significado simbólico no conjunto como um todo, onde foram estabelecidos critérios

³²⁹ Barroso, Dulce Blanco, Reis, Carlos Madson, & Ribeiro, Sandra Bernardes (1995) *Brasília, Patrimônio Cultural Contemporâneo: Critérios de Preservação para o Conjunto Urbanístico do Plano Piloto*. DePHA/IPHAN/IPDF. Brasília. 1995. mimeo.

específicos de preservação, a partir das características que deveriam ser mantidas e as que poderiam ser alteradas.

Apesar da aceitação do trabalho por parte dos órgãos envolvidos e de muita discussão em vários fóruns institucionais, ainda não foi dessa vez que se conseguiu dar um novo encaminhamento ao trabalho de preservação de Brasília. E assim, essa iniciativa também não gerou maiores conseqüências naquilo que se propunha: reabrir um processo de reavaliação e remodelação do processo de gestão da área tombada.

Durante a administração do Partido dos Trabalhadores (1995 - 1998), pode-se constatar que se houve um fortalecimento da área de desenvolvimento e planejamento urbano, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e do fortalecimento político e institucional do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano – IPDF. De outro lado, todo aquele processo de trabalho conjunto entre área federal e local que estava sendo consolidado por meio do GTC - DePHA/IPHAN foi desmontado. Concorreu para isso a mudança na estrutura político-administrativa do DePHA, com a reformulação quase total do seu quadro técnico, que levou um tempo para ser recomposto. E, sobretudo, a reorientação político-institucional do IPHAN, que retirou da 14^a SR a responsabilidade técnica sobre a preservação da área tombada, passando então para a Comissão Especial Brasília - CEB, criada especificamente para esse fim e que ficava subordinada diretamente à Direção do IPHAN, mas precisamente ao Departamento de Proteção – DEPROT. A partir de então se volta a um processo de trabalho de caráter centralizado e burocratizado, com pouca participação de outras instituições na discussão da área tombada, e onde a relação institucional entre a área federal e local, passa a ser feita, essencialmente, por pareceres técnicos.

Conforme observado, a partir de 1995 a atuação do IPDF se fortaleceu frente aos demais órgãos responsáveis pela gestão da área tombada. Esse fortalecimento foi fruto de uma reforma conceitual e operacional em sua estrutura organizacional, por meio da modernização de seu processo de trabalho. Durante esse período, esteve voltado para a construção de um modelo de planejamento e desenvolvimento urbano que fosse mais bem sistematizado e com maior participação social. E como estratégia dessa linha de trabalho, concentrou suas ações na instituição de uma Política de Desenvolvimento Urbano para o DF, a partir da montagem do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano, onde o Plano Diretor Municipal – PDL e seus respectivos Conselhos Locais de Planejamento, a serem montados para cada cidade

do DF, (Regiões Administrativas) compareciam como instrumentos fundamentais. A elaboração desses planos diretores estava amparada por um amplo processo de discussão que envolvia os diversos segmentos sociais de cada localidade.³³⁰

Em relação à área tombada, Região Administrativa 1, o trabalho de elaboração do seu Plano Diretor foi iniciado, mais não teve continuidade por falta de entendimentos com a Comissão Especial Brasília/IPHAN sobre o encaminhamento dos trabalhos. Do mesmo modo, e pelo mesmo motivo, não teve continuidade a proposta de realização de um concurso nacional de idéias para o reestudo urbanístico visando a requalificação da área central da cidade. Essa proposição, iniciativa do GDF, gerou grande polêmica, promovendo inclusive a dissolução da comissão coordenadora dos trabalhos que era constituída por representantes do IAB, GDF, UnB e 14ª SR/IPHAN. Sendo, também, um dos motivos para criação da Comissão Especial Brasília – CEB, diretamente ligada ao DEPROT.

Cabe destacar ainda dois outros projetos que causaram muita polêmica e que foram aprovados pela área federal com restrições: o Projeto Orla que tinha como objetivo básico promover tratamento urbanístico e ocupação da orla do Lago Paranoá, a partir da criação de vários pólos de atração, que abrigariam as mais diversas atividades de caráter recreativo, cultural, hotelaria, lazer entre outras. E a reforma da Rodoviária que objetivava recuperar e ordenar a utilização de seu espaço depois de quarenta anos de uso.

Brasília, ao longo de sua história, como se pode aferir pela descrição apresentada, sempre teve o seu processo de gestão urbana caracterizado por um modelo controlador, determinista, burocratizado e centralizando no Estado, onde toda a responsabilidade de condução foi sua. Outra característica é que esse modelo buscou trabalhar com uma situação idealizada e irreal de cidade, ignorando, sobretudo o papel e os interesses de grande maioria dos diversos atores sociais. Outro aspecto a ser considerado é o da legislação jurídica que respalda todo esse processo, que com seu forte caráter restritivo, não foi eficaz no controle do quadro de irregularidades no espaço do Plano Piloto, assim como, no restante do DF. A este quadro acrescenta-se o comprometimento da capacidade de investimento do Estado e a própria incapacidade de gerenciamento, que estão refletidas na desarticulação das políticas públicas e no sucateamento da máquina administrativa.

³³⁰No período de 95/98 foram elaborados e aprovados os PDL's de Sobradinho, Taguatinga e Candangolândia. Os PDL's de: Ceilândia, Samambaia, Planaltina e Gama foram concluídos e encaminhados à Câmara para aprovação. Também foram iniciados os Planos do Guará, Cruzeiro, Plano Piloto, Lago Sul, Lago Norte e Núcleo Bandeirante. Sendo implantados nove Conselhos Locais de Planejamento. In Relatório de Atividades 1995 - 1998 IPDF. 1998.

Também se percebe que a busca de um processo de gestão urbana em Brasília mais participativo e interativo com a sociedade civil, tem sido feito a partir de avanços e recuos em toda a sua trajetória como capital. Todavia, não podemos nos iludir com a idéia que esta realidade seja fruto do acaso e da mera incapacidade administrativa de alguns governantes. Na verdade, este cenário foi construído ao longo do tempo a partir de uma lógica que associa práticas políticas muito conhecidas, e que estão caracterizadas por uma promíscua relação entre Poder Público e capital especulativo.

Também se sabe que a construção de um processo democrático de gestão urbana calcado em uma outra lógica social, em um país como o Brasil, não se constitui em tarefa simples, e vários são os fatores que contribuem para isso. Afora os de ordem estrutural – conjuntura econômica, política, jurídica entre outras, cabe destacar três pontos que parecem fundamentais para entendimento dessa dificuldade.

O primeiro diz respeito à autarquização do modelo institucional de Governo, que ao mesmo tempo em que fragmenta o seu desempenho, com a dispersão de responsabilidades por vários órgãos, dificulta a formalização de uma ação integrada do Poder Público na gestão do território. Outro ponto é a necessidade de substituição do pensamento e prática urbanística, de caráter tecnicista e determinista que ainda estão fortemente arraigados nos quadros funcionais das instituições públicas do Distrito Federal.

Esses dois pontos nos remetem a premente necessidade de uma reforma institucional e administrativa que busque não só melhor instrumentar a máquina pública, mas também, rever todo o mecanismo de atribuições e relações existentes entre os diversos organismos estatais, dando-lhes uma nova ordem administrativa e uma nova dinâmica operacional.

O terceiro ponto se relaciona com a própria construção do modelo participativo, que pressupõe uma estratégia gerencial que busque equilibrar o jogo de força dentro do processo de discussão da cidade. Para isso torna-se necessário ampliar e fortalecer os canais de participação da sociedade na gestão do seu território, particularmente dos segmentos menos favorecidos que quase nunca têm direito a voz. Criar mecanismos para tal fim e qualificar essa participação social, com legitimidade e representatividade é um dos grandes desafios a serem enfrentados.

Obviamente, não se está querendo dizer que a criação de instrumentos jurídicos e institucionais mais precisos seja, por si só, suficiente para promover a implantação de um processo de gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília com

melhores resultados urbanísticos para a cidade. Pois, muitas cidades têm legislação de proteção atualizada, instituições estruturadas e, no entanto, também não conseguem avançar na gestão do seu espaço urbano. O que se busca dizer é que, com esse modelo adotado, calcado na leitura conceitual da cidade como uma obra de arte acabada e monolítica, na manutenção da legislação existente e no alheamento da sociedade, dificilmente se conseguirá obter melhores resultados do que estão sendo obtidos. Portanto, torna-se necessário a construção de um outro modelo de gestão urbana, baseado em novos princípios, com ênfase no exercício da cidadania. Nesse sentido, cabe refletir sobre o que nos observa Schvasberg sobre as dificuldades de construção de um modelo de gestão participativa, a partir de sua experiência à frente do IPDF, no período de 1994 - 1998:

(...) Nem sempre a discussão encaminhou e orientou práticas de planejamento, nem estas, quando ocorreram, promoveram suficientemente a discussão. Por outro lado, estabeleceu-se ao longo do tempo uma certa dicotomia entre *ação*, como intervenção concreta sobre o espaço urbano e territorial, e *planejamento*. No passado, assistimos a práticas de ação sem planejamento, ou de longos planejamentos sem ação prática. (...) E há uma impaciência entre governantes, mesmo os de esquerda, geralmente sensíveis à participação popular, com o processo de planejamento, face às pressões demandas sociais. Assim prevalece um espírito de "fazejamento" que pressiona sistematicamente todas as iniciativas e esforços de planejamento, mais ainda quando se trata de um território marcado por perversas desigualdades sócio-espaciais.³³¹

Nesse quadro, o encaminhamento das questões urbanas em Brasília, torna-se preocupante uma vez que se percebe um nítido retrocesso no quadro gerencial e institucional. Basta lembrar que a reforma administrativa realizada pela nova gestão do Distrito Federal, extinguiu o IPDF, assim como foram esvaziados o DePHA e os Conselhos Locais de Planejamento – CLP's e o Conselho de Planejamento do Distrito Federal – CONPLAN, além do próprio Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do DF – SISPLAN, que haviam sido implantados em 1998 e estavam em fase de consolidação.

³³¹ Schvasberg, Benny (1999) op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Na opinião do filósofo Eplixírnus,
o primeiro intelectual importante a se exilar,
"Adrixerlinus expressa o fracasso da profunda aspiração do
ser humano à ordem e à justiça plenas.
O erro de Hipidroxérnus foi não entender
que ao ser humano só é dada a metade do ouro."*

*E foram tantos a fugir que, em pouco tempo, a população
de Adrixerlinus caiu a menos da metade.
Hipidroxérnus tentou introduzir mudanças em seu projeto, (...)
mas esbarrou na discordância dos chefes militares.*

*Vendo que a situação se tornava insustentável
e que ele mesmo era visto com desconfiança pelos generais,
passou a conspirar com outros descontentes.*

*A conspiração foi descoberta.
Hipidroxérnus fugiu para Nadrixerlinus.
E ali chegando, declarou:
"Ao que tudo indica, só os homens perfeitos
suportam viver na cidade perfeita.
E eu não sou um deles."*

Ferreira Gullar
Cidades Inventadas
Adrixerlinus

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*...Mas ele concordou que a vida é boa
embora seja apenas a coroa; a cara é o vazio
E ele riu e riu e riu e ria
E eu disse: basta de filosofia
a mim me bastava que um prefeito
desse um jeito na cidade da Bahia.*

Caetano Veloso
Ele me deu um beijo na boca

No desenvolvimento do trabalho buscou-se fornecer elementos para uma reflexão sobre a realidade espacial e o modelo de gerenciamento urbano praticado em Brasília, na tentativa de identificar a cultura urbanística que lhe tem dado sustentação. Partindo-se da análise dos aspectos conceituais que caracterizam a sua espacialidade, e da remontagem da trajetória de seu processo de desenvolvimento urbano, visto sob o prisma da preservação do seu conjunto urbanístico, argumentou-se que a constituição do espaço urbano da cidade vem se realizando a partir de uma cultura urbanística socialmente e espacialmente segregadora, fruto, sobretudo, da aplicação dos princípios urbanísticos modernistas. Do mesmo modo, essa cultura se ampara em um modelo de gestão urbana, caracterizado como central-desenvolvimentista ³³³ onde o Estado é o protagonista, e a participação da sociedade organizada na construção e gerenciamento do processo de desenvolvimento urbano da cidade, torna-se uma questão secundária. Assim, esse processo de desenvolvimento urbano, tem dificultado a utilização do espaço público como local de convívio e de interação social.

Na construção desse argumento foram utilizadas duas linhas de abordagem: a primeira, de caráter físico-espacial, analisou os aspectos conceituais que caracterizam a concepção urbanística da cidade e a realidade espacial dos espaços decorrentes dessa concepção. Nesse sentido, foi nítida a identificação da filiação da cidade aos princípios estabelecidos pelo movimento moderno de arquitetura, notadamente os preconizados pelos CIAMs da corrente de Le Corbusier, aspecto que é ressaltado pelo próprio autor do plano urbanístico da cidade. Também foram identificados vínculos com o modelo da cidade linear desenvolvido por Soria y Mata e da cidade jardim proposto por Howard.

³³³ Bonduki, Nabil (2000) op. cit.

Como decorrência desses princípios, configurados nas quatro escalas definidoras do espaço urbano da cidade, pode-se caracterizá-la por possuir uma forte setorização funcional, uma baixa densidade urbana e rarefação do seu tecido urbano que geram enormes vazios e descontinuidades na sua estrutura espacial. Esses aspectos, somados às grandes distâncias e à precária qualidade dos espaços urbanos, especialmente da área central da cidade, dificultam a sua apropriação social e, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma vida urbana mais intensa.

A segunda linha investigativa buscou descrever a trajetória do processo de gestão instituído na cidade, a partir do trabalho desenvolvido na preservação histórica do seu conjunto urbanístico, no sentido de identificar os padrões de gerenciamento adotado, bem como, pontuar os principais acontecimentos políticos e administrativos que influenciaram no seu processo de desenvolvimento urbano.

Como resultado da investigação que o trabalho se propôs a fazer, cabe destacar algumas questões que foram discutidas ao longo do seu desenvolvimento e que configuram um quadro de gerenciamento urbano em Brasília, marcado por contradições e descontinuidades.

Uma primeira questão diz respeito ao ideário urbanístico que dar sustentação ao projeto de Brasília, cuja base é fruto do sentimento de racionalidade e de ordenação social que, de certa forma, tem perpassado toda a história da humanidade, sendo assumido de forma plena pelo Movimento Moderno de Arquitetura. Esse Movimento, conforme se sabe, tem como uma de suas premissas a racionalidade espacial como modeladora de comportamentos sociais. Ou seja, o desenho do espaço urbano determinaria o comportamento da sociedade que nele vivesse. Espaço esse, obviamente, sempre visto de maneira idealizada, ordenada e romantizada. Desse modo, Brasília, sob esse aspecto, longe de ser um caso único ou excepcional na história do urbanismo, seria mais um exemplo entre tantas outras tentativas de construção do espaço urbano ideal.

Nesse sentido, buscou-se ilustrar essa percepção com textos do poeta Ferreira Gullar, extraído do livro *Cidades Inventadas*, os quais foram utilizados, em ordem diversa do original, no início de cada capítulo. Essa obra, publicada em 1997 e a primeira de contos desse autor, faz uma agradável e bem humorada viagem pelo universo urbanístico, descrevendo 23 cidades imaginárias inventadas por ele, tanto no passado

quanto no futuro. Nesse livro, Gullar, com muita criatividade e sem perder o senso crítico, monta um divertido jogo com os nossos dilemas urbanos, utilizando-se de conhecimentos literários, históricos e bibliográficos reais ou fictícios, sobre as questões que povoam o imaginário dos profissionais envolvidos com o tema cidade. No presente estudo utilizou-se a descrição de *Adrixerlinus*, que traduz o sonho da cidade perfeita.

Uma segunda questão que merece destaque é a condição de Brasília como Monumento Histórico Nacional e integrante da lista dos bens classificados como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Distinção que, como vimos, submete sua estrutura urbana a um rígido controle legal e, ao mesmo tempo, embute uma série de contradições e imprecisões sobre a real dimensão simbólica e funcional do seu espaço urbano. Particularmente, por tratar-se de uma cidade nova, ainda não estratificada pelo tempo, com um projeto urbanístico autoral, inconcluso e que apresenta visíveis problemas de desempenho urbanístico em vários setores.

Essa questão nos remete a uma outra que está relacionada com o tratamento preservacionista dado à Brasília e que tem prevalecido na esfera institucional. Esse tratamento parte do entendimento da cidade como uma obra de arte acabada e monolítica, concentrando suas preocupações na busca da manutenção do desenho da cidade, dentro dos preceitos idealizados em seu projeto original, de caráter racionalista e utópico, admitindo apenas correções e adequações ao seu espaço urbano. Como se viu esse discurso tem uma sustentação prática complicada, pois, desde o início da cidade, o seu projeto urbanístico tem sofrido modificações que alteraram a sua forma original, ainda que tenha se mantido em sua essência.

Uma outra questão diz respeito à fragilidade, precariedade e desarticulação da estrutura institucional estabelecida para gerenciar o cumprimento dos preceitos estabelecidos para a preservação do conjunto urbanístico da cidade, e mesmo do seu desenvolvimento urbano, que se ressentem de uma estruturação adequada para realizar um trabalho de tamanha envergadura e fazer frente ao poderio político e econômico das forças que determinam a condução do desenvolvimento urbano da cidade e, servir de contraponto a esses interesses. Acrescente-se ainda a legislação específica de proteção que, com seu caráter restritivo e genérico, se apresenta insuficiente e inadequada para respaldar a realização do trabalho de preservação da cidade. Falta-lhe, sobretudo, agilidade para acompanhar a dinâmica urbana. Ainda sobre a questão

legal cabe ressaltar que a legislação urbanística vigente na cidade se compõe de um emaranhado de normas e decretos que também necessitam ser revisados e atualizados.

E uma outra questão, de fundamental importância, se relaciona com o próprio modelo de gestão instituído na cidade que tem ignorado, solenemente, a participação da sociedade no processo de gestão do seu espaço urbano. Exceto por dois momentos - um com o GT/Brasília que esboçou uma proposta de participação social no desenvolvimento dos seus trabalhos; o outro, durante a administração do Partido dos Trabalhadores, que teve maior amplitude política, pois se constituiu em uma ação de governo, mas que ainda ficou aquém das possibilidades, pode-se afirmar que durante toda a história da cidade seu processo de gerenciamento urbano foi realizado de maneira burocratizada, impositiva e sem nenhuma participação dos segmentos sociais organizados. E que, por outro lado, tem se mostrado ineficiente e ineficaz, em pelo menos um ponto daquilo que se propõe a realizar: produzir um espaço urbano melhor qualificado e ordenado.

Em termos gerais pode-se dizer que o estabelecimento de um novo paradigma de desenvolvimento, calcado em outra lógica social e que busque reverter um cenário urbano excludente e sem urbanidade, constitui-se no momento no principal desafio do gerenciamento urbano na maioria das cidades do terceiro mundo. Nesse dilema sociourbano, onde a urbanidade, a inclusão social e a diversidade urbanística são preteridas, nos parece que o caso de Brasília torna-se uma situação emblemática. Pois é difícil encontrar, como aqui, um alinhamento de forças políticas e institucionais tão adverso à construção de um processo de desenvolvimento urbano socialmente mais justo e espacialmente mais rico.

Por um lado, tem-se toda a herança dos princípios configuracionais do movimento moderno e por decorrência, toda uma cultura urbanística embasada em seus valores estéticos e conceituais. De outro, uma prática de gestão urbana centrada no protagonismo do Estado, burocratizada, autoritária, com uma rígida, defasada e ineficiente legislação urbanística. E no meio, uma sociedade padrão classe média cujos valores sociais e éticos têm dado sustentação a todo esse processo de segregação socioespacial que o Distrito Federal tem vivenciado. Portanto, o enfrentamento dessa questão não é uma tarefa simples, seu equacionamento pressupõe a construção de um complexo projeto político que busque compatibilizar os interesses dos mais diversos

segmentos envolvidos no processo de construção da cidade. Portanto, os pressupostos básicos para o rompimento desse quadro devem ser a participação social e o debate democrático. Nesse sentido, torna-se imprescindível ampliar, qualificar e fortalecer os canais de participação da sociedade na gestão dos seus problemas. Isso diz respeito, particularmente, a criação de mecanismos que contemplem a participação dos movimentos sociais organizados, no sentido de se buscar equilibrar o jogo de força inerente ao processo de desenvolvimento urbano. O que se busca demonstrar é que o desafio da urbanidade é também o desafio da construção da cidadania.

Conforme comentado anteriormente, as cidades que melhor estão enfrentando o desafio de construir um cenário urbano socialmente mais justo e espacialmente mais aprazível, são aquelas que inseriram novos conceitos e novas práticas no seu processo de gestão política. Por isso, muitas vezes somos levados a um *embasbacamento* (às vezes até justificado) com a realidade urbana de algumas cidades que visitamos. Mas, pouco nos perguntamos como conseguiram chegar a esse estágio de urbanidade. Se formos investigar, quase sempre vamos encontrar respostas no seu modelo gerencial que, construído a partir de princípios democráticos, possibilitam a implantação de uma prática urbana amparada na participação social, na diversidade cultural e urbanística, na integração e complementaridade das políticas públicas, na valorização do espaço público, no aproveitamento da criatividade dos seus habitantes e na superação de dogmas e preconceitos urbanísticos e preservacionistas. E, acima de tudo, na busca da superação da miséria e da exclusão social.

Quando se aborda essas questões, nos espelhamos em algumas cidades espanholas e, particularmente, em Barcelona, Madri e Sevilha, cujas ações em seus centros históricos podem, no momento, serem consideradas, referenciais de tratamento urbanístico e de gestão urbana. Porém, não se trata de fazer uma apologia gratuita da urbanidade espanhola atual, nem tampouco de importação de uma imagem idealizada de cidade do 1º Mundo, pois se tem plena consciência das distâncias sociais, culturais e econômicas que nos diferenciam. Ou seja, se sabe das *léguas que existem a nos separar* – como bem nos lembra o Chico Buarque, na sua canção *Tanto Mar*. Também, se tem ciência das dificuldades, contradições e desafios ali existentes, associados ainda a outros dilemas que a própria construção de um modelo de gestão urbana participativo embute. Contudo o que se quer ressaltar é que o equacionamento dos problemas urbanos que

hoje se vivencia em nossos centros históricos, exige uma nova postura política e técnica e requer, entre outras ações, o fortalecimento institucional das entidades responsáveis, a ampliação do diálogo social e, especialmente, uma mudança de mentalidade e de prática urbanística.

Portanto, acredita-se que discutir a urbanidade do Plano Piloto de Brasília significa debater os seus princípios configuracionais, a sua lógica socioespacial e o seu processo de gestão político-administrativa. Pois, somente assim, será possível entender a sua realidade urbana com pouco convívio social, com espaços públicos desertificados e possuidora de um significativo número de setores já deteriorados. Com esse entendimento, defende-se a necessidade de uma reformulação na sua cultura e prática urbanística, bem como a instituição um modelo gerencial urbano com maiores possibilidades de inserção de novos interlocutores sociais.

Naturalmente, as dificuldades encontradas no desenvolvimento desse trabalho, nos impõem comentar os alcances e limites de sua abordagem. O primeiro aspecto diz respeito à disponibilidade de dados sobre o processo de gerenciamento urbano de Brasília, que são poucos e se encontram dispersos e desorganizados. O que se percebe é que as instituições não possuem um registro formalizado e sistematizado de sua produção técnica. Embora se reconheça que o DePHA possui um acervo bem estruturado, ainda que pequeno. Normalmente, fora alguns relatórios burocráticos, a obtenção de informações depende do relato de técnicos que participam do trabalho cotidiano e que, em nosso caso, tornou-se um agravante, pois a maioria envolvida com o trabalho de preservação do período pesquisado, já não se encontra mais nas instituições estudadas. Nesse caso, somente o trabalho do GT/Brasília encontra-se devidamente documentado. Portanto, seria necessário um tempo maior de pesquisa para que esses dados pudessem ser mais bem sistematizados e analisados com maior profundidade.

Também é relevante colocar que o trabalho de preservação histórica de cidades novas (modernas) é recente e ainda prescinde de uma bibliografia específica e de experiências concretas para que possam ser formulados novos conceitos e avaliadas práticas de execução. Nesse sentido, Brasília torna-se um caso inédito na experiência preservacionista de núcleos históricos, não encontrando paralelo nessa atividade.

Constata-se também, que a bibliografia encontrada se refere, essencialmente, aos núcleos urbanos já historicamente estratificados, cuja abordagem, muitas vezes, foge

da realidade urbana vivenciada por uma cidade contemporânea como Brasília. Por outro lado, a bibliografia que trata especificamente de política e gestão urbana, quase sempre, não faz referências ao trabalho de preservação histórica e se atém aos problemas específicos desse tema o que, em nosso entender, acolhe somente uma face do problema estudado. Ainda que, em verdade, Brasília seja um objeto constante de pesquisa e estudos por parte de pesquisadores do tema cidade, entretanto, quase sempre, com enfoque distinto do que se buscou analisar.

Esses dois aspectos nos levam a reconhecer restrições contidas no trabalho e, ao mesmo tempo, apontar para a necessidade de aprofundamento dessas questões, para que se possa produzir um material de pesquisa, mais específico e abrangente sobre esse tema. Do mesmo modo, aponta-se para a necessidade de aprofundamento de aspectos que envolvem a participação comunitária no processo de gerenciamento urbano. Nesse sentido, é imprescindível que uma nova pesquisa envolva entrevistas com atores sociais da cidade, para que se explicita a leitura da cidade e se amplie o conhecimento sobre a relação cidade e população. Também, torna-se necessário discutir um pouco mais experiências recentes de preservação de núcleos históricos brasileiros frente aos novos modelos de reabilitação urbana, onde se destacam os exemplos de intervenção realizados nos centros históricos de São Luís (MA), Salvador (BA) e Recife (PE).

E por fim, fiquemos com as observações de Jordi Borja sobre a qualificação do espaço urbano público:

Las ciudades tienen calles, no carreteras.
Hacer ciudades es construir lugares para la gente, para andar y encontrarse.
Es hacer comercios y plazas, restaurantes y cines. En la calle.
Las vías solo sirven secundariamente para los vehículos.
Para los públicos primero. Luego nada. Luego los privados.
La ciudad es, ante todo, un conjunto de espacios públicos rodeados de edificios y árboles (...)
El progreso de la ciudad se mide por el progreso en cantidad y calidad de sus espacios públicos.³³⁴

³³⁴ Borja, Jordi (1995) *Por um desarrollo urbano afortunado*. Texto síntese de palestra apresentada em Brasília. 1995. mimeo.

BIBLIOGRAFIA

ABRIL Editora (1979) Arte no Brasil V.2. São Paulo. 1979.

ALEMPART, S. R. (?) Naturaleza y Ciudad: Planificación Urbana y Procesos Ecológicos. Capítulos 1, 2 e 3. Barcelona, Gustavo Gili. Mimeo.

ANDERSON, Stanford. (1991). *A Ficção da Função*. Anais do 4º SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Tradução Hélia de S. C. Ramos.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. (1991). *A cidade dos blocos isolados*. Anais do 4º SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

ANDRÉS, Luiz Phelipe, (1986). *Programa de Preservação e Revitalização no Centro Histórico de São Luís – MA*. Anais do II SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

ANPUR (1990) I Encontro Nacional de História Urbana. Salvador (Ba), realizado pelo Mestrado de Arquitetura e Urbanismo da UFBA.

ARANTES, Antônio A. (1998). *Repensando os aspectos sociais da sustentabilidade. A conservação integrada do patrimônio ambiental urbano*. Texto da palestra de abertura do 2º Seminário Internacional & 4ª Reunião Internacional. "Conservação e Desenvolvimento Sustentável Urbano: uma estrutura teórica. CECI/ICRROM/ICCOMOS/IPHAN". Recife.

ARQUIAMÉRICA I (1991). *Intervenções em estruturas urbanas consolidadas*. Texto do subtema 2: estruturas urbanas e sem autor definido.

AZEVEDO, Paulo Ormino de (1984). *O caso Pelourinho*. In Produzindo o Passado. Organizador Antônio A. Arantes. São Paulo. Brasiliense.

----- (1994) Evolución de las políticas referentes a los centros históricos en Brasil. comunicação Seminário Taller Sobre Rehabilitación Integral em Areas o Sitios Históricos Latinoamericanos. Quito - Equador.

BALESTRA, Maria Isabel M. de e Décio Rigatti (1986). *Projetando a cidade. Recontextualizar: um pressuposto para a articulação das partes com o todo*. Anais do II

SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

BARROSO, Dulce Blanco, **Reis**, Carlos Madson e **Ribeiro**, Sandra Bernardes (1995). *Crítérios de Preservação do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto de Brasília*. Mimeo.

BENCHIMOL, Jaime Larry (1984). *Pereira Passos: um Haussamam tropical*. Dissertação de Mestrado. IPPUR. RJ. 1984.

BENÉVOLO, Leonardo. (1979) *Los Origenes del Urbanismo Moderno*. H. Blume.

BICCA, Paulo (1985). *Brasília, Mitos e Realidade*. Mimeo.

BOLLE, Willi (1991). *A Cidade como Escrita*. In *Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. Org. Maria Clementina Pereira Cunha. São Paulo DPH/SMC (1992).

BONDUKI, Nabil (2000). *Habitar São Paulo: reflexões sobre gestão urbana*. São Paulo. Estação Liberdade. 2000.

BOSI, Vera. (1987). *Participação e pesquisa na preservação do patrimônio cultural*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 22.

BRIANE P. Bicca. Vianna Márcio. Kohlsdorf, Maria Elaine e Barbosa, Iêda.(1986). "A Preservação do espaço de Brasília: Diretrizes para a sua Área de Interesse especial" – Anais do II SEDUR – Benamy Turkienics, Mauricio Malta – UnB / CNPq / FINEP / PINI.

BRITO, Marcelo (1997) *Gestão do patrimônio cultural no Brasil: em busca da sustentabilidade*. Revista Ágora nº1. Brasília. Paralelo 15.

BRESCIANI, M. Estella (1991). *Cidades: espaço e memória*. In *Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. Org. Maria Clementina Pereira Cunha. São Paulo DPH/SMC (1992).

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório da 3ª reunião realizada em 23.4.81. Comissão Parlamentar de Inquérito designada a investigar a situação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e avaliar a política do governo federal para sua defesa e conservação.

CAMPOFIORITO, Ítalo (1990). *Brasília Revisitada*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Edição Especial /1990. RJ.

CANCLINI, Nestor Garcia (1987). *Políticas culturales en América Latina*. México: Grijalbo.

CARMO, Sonia Irene Silva do & Couto Eliane F.B. (1997). *A Consolidação do capitalismo e o Brasil Império*. Atual. 1997.

CARPINTERO, Antônio Carlos (1998). *Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998*. Tese de Doutorado apresentada na USP. São Paulo. Mimeo.

- CASTELLS**, Manuel (1993). A Política Urbana (cap. IV) in: A questão urbana. Paz e Terra, RJ.
- CAVALCANTI**, Lauro (1996). *O cidadão Moderno*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional N.º 24 – Cidadania. Curadoria de Antônio Arantes.
- CHAUÍ**, Marilena. (1984). *Cultura e Democracia*. São Paulo: Cortez. Seminários. São Paulo: Brasiliense, 1984, 2ª. Ed.
- (1989) Conformismo e resistência. São Paulo: Brasiliense.
- (1990) *Uma política de cidadania cultural* (entrevista a Gabriel Cohn). Lua Nova.
- (1991). *Política cultural, cultura política e patrimônio histórico*. In Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania, Parte III. Org. Maria Clementina Pereira Cunha. São Paulo DPH/SMC (1992).
- CHAP CHAP**, Romeu (1991). *Os (Des.) caminhos da preservação (debate)*. In Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania, Parte III. Org. Maria Clementina Pereira Cunha. São Paulo, DPH/SMC (1992).
- CIDADE**, Lúcia Cony. (1998) *"Planejamento das Cidades: modelos tradicionais e tendências contemporâneas"* in Espaço e Geografia N.º1, Dept.º de Geografia, UnB.
- COSTA**, Lúcio (1957). Relatório do Plano Piloto de Brasília.
- (1987). *Brasília Revisitada*. I Revista Projeto nº 100/julho 1987.
- (1995). Registro de uma Vivência. São Paulo.
- CUNHA**, Maria Clementina Pereira (1991). *Patrimônio Histórico e cidadania: uma discussão necessária*. In Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. Org. Maria Clementina Pereira Cunha. São Paulo DPH/SMC (1992).
- DEL RIO**, Vicente (1991) *"Revitalização de Centros Urbanos: Modelos de Um Novo Paradigma de Desenvolvimento"*, Anais do 4º SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.
- DELSON**, Roberta Marx (1979). Novas Vilas para o Brasil – Colônia: planejamento espacial no século XVII. Brasília. Alva – CIORD. 1997.
- DURHAM**, Eunice Ribeiro. (1984). *Movimentos sociais e construção da cidadania*. Novos Estudos, 10, pp. 24-30.
- FENELON**, Déa Ribeiro (1991). *Políticas culturais e patrimônio histórico*. In Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. Org. Maria Clementina Pereira Cunha. São Paulo DPH/SMC (1992).

FONSECA, Maria Augusta (1982). Oswald de Andrade. Coleção encanto radical 2ª edição, 1982.

FONSECA, Maria Cecília Londres (1996). *Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional N.º 24 – Cidadania. Curadoria de Antônio A. Arantes.

-----, (1997) O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ/IPHAN.

GDF, Governo do Distrito Federal. Comissão Técnica (1991). *Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do DF*.

---- Decreto n.º 10.829, de 14/10/87.

----Administração Regional de Brasília – RA1 (1994). *Pré-Diagnóstico dos Principais problemas urbanos do Plano Piloto de Brasília*. Mimeo.

----- (1995). Comissão de Estudo da Área Central. Mimeo.

----- (1998). *Relatório de Atividades 1995- 1998*. Brasília.

----- (1998) Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano. *O Que Faz a Diferença?*

GOROVITZ, Matheus (1991). *Brasília – Sobre a unidade de vizinhança*. Anais do 4º SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

GRAEFF, Edgard. *A Cidade Utopia*. Ed. USP / Ed. Vegas S.A. 1979.

GT/Brasília. (1985). *Síntese de Trabalho – Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília*.

GULLAR, Ferreira (1997). *Cidades Inventadas*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1997.

GÜNTER, Hartmut (1991). Viver em Brasília: um estudo empírico. *Anais do 4º SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília*.

GUTIÉRREZ, Ramón (1991). *História, memória e comunidade: o direito ao patrimônio Construído*. In Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. Org. Maria Clementina Pereira Cunha. São Paulo. DPH/SMC (1992).

HALL, Peter (1995). *Cidades do Amanhã*. Perspectiva. São Paulo. 1995.

HILLIER, Bill (1982) *A lógica social do espaço hoje* (mimeo) Tradução e notas Frederico de Holanda.

----- (1992 (1982)) *Em defesa do espaço* (mimeo) Tradução Jussara Zottman e revisão Frederico de Holanda.

HOLANDA, Frederico de (1991) A Cidade e a Questão da Beleza. *Anais do 4º SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.*

----- (1997) "A determinação negativa do movimento moderno" comunicação II Seminário DOCOMOS BRASIL, Universidade Federal da Bahia, Salvador (mimeo).

----- (1997) O Espaço de Exceção, *tese de doutorado apresentada na Universidade de Londres (mimeo).*

HOLLANDA, Heloísa Buarque de, (1991). Org. *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco.

HOLSTON, James. (1993). A Cidade Modernista. Uma Crítica de Brasília e Sua Utopia. *Cia. Das Letras.*

IBPC (1992). Notícias Patrimônio Cultural – Edição especial – Lúcio Costa. Homenagem aos seus 90 anos.

----- (1992) – Ministério da Cultura. Portaria n.º 314 de 08/10/92.

----- (1992). Patrimônio Cultural. Boletim Informativo da 14ª CR. Edição Especial nov/dez 1992. Brasília.

IPHAN (1981) *Mário de Andrade: Cartas de Trabalho – correspondência com Rodrigo Mello F. de Andrade (1936-1945.)* Brasília, 1981.

----- (1995) *Cartas Patrimoniais*. Cadernos Documentos n° 3. RJ.

JORDI, Borja (1995) *Por un desarrollo urbano afortunado*, texto síntese de palestra apresentada no Palácio do Buriti, Brasília (mimeo).

KOHLSDORF, Maria Elaine (1991) *Uma leitura do setor comercial sul de Brasília*. Anais do 4º SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil, FAU/UnB.

KOOSAH, Muhdi (?). *Algumas considerações sobre a tipologia das áreas centrais e a morfologia urbana*. Universidade de Brasília. Faculdade de Urbanismo (mimeo).

LE CORBUSIER (1923). *Por Uma Arquitetura*. São Paulo. Perspectiva, Ed. USP. 1973.

LE MOS, Carlos. (1982). *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed.

- LEMOS**, Carlos Alberto Cerqueira (1991). *Os (Des.) caminhos da preservação (debate)*. In Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. Org. Maria Clementina Pereira Cunha. São Paulo DPH/SMC (1992).
- LEVITAS**, Glória (1978). *Antropología y Sociología de las Calles*. Mimeo.
- LIMA**, Adeildo Viegas de & **Costa**, Maria Elisa (1985). *Brasília 57-85. Do Plano Piloto ao "Plano Piloto"*.
- LOMBARDI**, Giorgio (1991). *A cidade histórica como suporte da memória*. In Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. Org. Maria Clementina Pereira Cunha. São Paulo. DPH/SMC (1992).
- LOUZADA**, Nilson Moulin (1991). *Diferentes suportes para a memória*. In Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. Org. Maria Clementina Pereira Cunha. São Paulo. DPH/SMC (1992).
- MACEDO**, Silvio Soares (1986). Os espaços livres de edificação e o desenho da paisagem urbana. Anais do II SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.
- MALGADI**, Cássia (1991) *Memória, História e Cidadania*. In Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. Org. Maria Clementina Pereira Cunha. São Paulo. DPH/SMC (1992).
- MALTA**, Cândido. (1989) "*Uma nova política de desenvolvimento intraurbano para o Brasil*" (Cap. IV) in: Cidades Brasileiras: seu controle ou caos, Nobel, S.P.
- MATTA**, Roberto da. *O que faz do Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- MARIANI**, Riccardo (1986). *A Cidade Moderna: entre a história e a cultura*. São Paulo. Nobel, 1986.
- (1991). *Patrick Geddes e a presença da história no projeto urbano* In Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. Org. Maria Clementina Pereira Cunha. São Paulo. DPH/SMC (1992).
- MARICATO**, Ermínia (1994) *Reforma urbana: limites e possibilidades*. Em RIBEIRO, Luiz César; JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos (orgs.), *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- MARX**, Murillo (1980). *Cidade Brasileira. Melhoramentos*: Editora USP. 1980.

- MATTOS**, Olgária (1991). Memória e História em Walter Benjamin. In Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. Org. Maria Clementina Pereira Cunha. São Paulo. DPH/SMC (1992).
- MASCARÓ**, Juan L. (1986). *A forma urbana e seus custos*. Anais do II SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.
- MEDEIROS**, Layse do Rosário Lima (1996). *Viva Distrito Federal: estudos sociais*. SP. 1996.
- MILET**, Vera. (1988). *A teimosa das pedras: um estudo sobre a proteção do patrimônio ambiental urbano*. Olinda: Prefeitura de Olinda.
- MÓDULO**. Edição Especial 89/90. *Brasília 26 anos – textos diversos*.
- MONNET**, Jèrome (1996) “*O Álibi do Patrimônio: crise da cidade – gestão urbana e nostalgia do passado*” in: Revista do Patrimônio, n.º 24, Brasília.
- NIEMEYER**, Oscar (1968). *Quase Memórias: tempos de entusiasmo e revolta*. 1961 – 1966. Civilização Brasileira. RJ, 1968.
- PANERAI**, Philippe (1994). *O retorno à cidade: O espaço público como desafio do projeto urbano* – Ensaio e Pesquisa – Revista Projeto – abril/94.
- PAOLI**, Maria Célia (1991). *Memória, história e cidadania: o direito ao passado*. In Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. Org. Maria Clementina Pereira Cunha. São Paulo. DPH/SMC (1992).
- PAVIANI**, Aldo. (1989) *Brasília, a Metrópole em Crise – ensaios de Urbanização* Ed. UnB.
- PEPONIS**, Jonh (1989) “*Espaço, cultura e desenho urbano no modernismo tardio e além dele*”, Boletim do IA, N.º 51, Trad. Frederico de Holanda.
- PINHEIRO**, Augusto Ivan de Freitas (1986). *Corredor Cultural, um projeto para o centro do Rio de Janeiro*. Anais do II SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.
- Plano de Circulação para a Área Central Sul do Plano de Brasília** (1991) Temas para Discussão n.º 2 – Transporte Público – GDF / Secretaria de Desenvolvimento Urbano – UnB / Dept.º de Eng. Civil – Mestrado em Transportes Urbanos.
- REIS**, Carlos Madson (1994) *Preservação do patrimônio histórico em Brasília: uma experiência recente*. Comunicação para o Seminario Taller Sobre Rehabilitación Integral en Areas o Sitios Históricos. Quito – Equador.

----- (1999) *Plano Piloto de Brasília: espaço e urbanidade*. Monografia da disciplina Desenho Urbano e Organização Social do curso de mestrado UnB.

----- (1999). Centros Urbanos: preservação e desenvolvimento. *Monografia da disciplina Teoria do Conhecimento dos Espaços Construídos, do curso de mestrado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB*.

REIS FILHO, Nestor Goulart (1967). *Urbanização e Teoria. Contribuição ao estudo das perspectivas atuais para o conhecimento dos fenômenos de urbanização*. Tese para provimento da Cátedra 22 – História da Arquitetura II. USP. São Paulo. 1967. Mimeo.

RIBEIRO, Ana Clara T. (1996) " *Urbanização Sem Urbanidade: um cenário de incertezas*". (Cap. 2) in: *Urbanidade e Vida Metropolitana*, Jobran Ed., R., J. 1996.

RODRIGUES, Marly (1996). *De quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional N.º 24 – Cidadania. Curadoria de Antônio A. Arantes.

ROLNIK, Raquel (1991). *Preservação e Modernidade (debate)*. In *Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. Org. Maria Clementina Pereira Cunha. São Paulo DPH/SMC (1992).

----- (1994) *Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas*. Em **Ribeiro**, Luiz César; **Júnior**, Orlando Alves dos Santos (orgs.), *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

RUBINO, Silvana (1996). *O mapa do Brasil passado*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional N.º 24 – Cidadania. Curadoria de Antônio A. Arantes.

SÁ, Cristina (1995). *Ordem e Transgressão – No espaço Urbano de Brasília, uma Cidade como Qualquer Outra* – Ensaio e Pesquisa – revista Projeto Abril – 1995.

SALVIATI, Eurico (1980) *Os Espaços Livres Urbanos de Brasília: uma avaliação preliminar*. Texto apresentado no Curso de Especialização de Paisagismo da FAUUSP.

SILVA, Elvam (1995) - *Brasília, Utopia – O Compromisso entre o Projeto, a Realidade e o Futuro*. Ensaio e Pesquisa – Revista Projeto N.º Abril.

SILVA, Ernesto (1971) – *História de Brasília*. Editora Brasília. BSB. 1971.

SPHAN (1983). Boletim informativo n.º 22.

- SANCHEZ**, Fernanda (1999) "*Políticas Urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes*" in Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Número 1, Anpur, SP.
- SANTOS**, Carlos F. dos (1986). *A cidade como se fosse um jogo de cartas*. Anais do II SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.
- SANTOS**, Mariza Veloso Motta (1996). Nasce a Academia SPHAN. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional N° 24 – Cidadania. Curadoria de Antônio A. Arantes.
- SANTOS**, Milton. (1979) *Espaço e Sociedade*. Rio de Janeiro. Vozes
- (1985) *Espaço e Método* – São Paulo. Nobel.
- SAWAYA**, Silvio Barros. (1991). *Método de Apreensão da Cidade*. Anais do 4º SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.
- SCHVASBERG**, Benny (1999). *Mudanças e Desafios do Planejamento e à Gestão Territorial: a experiência do Distrito Federal*. Espaço e Geografia ano 2. N° 1 (1999). Brasília. Instituto de Ciências Humanas. UnB, 1999.
- SEGAWA**, Hugo (1991) *Preservação e Modernidade (debate)*. In Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. Org. **Cunha**, Maria Clementina Pereira. São Paulo DPH/SMC (1992).
- SEGRES**, Roberto (1991). Havana: o resgate social da memória. In Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. Org. **Cunha**, Maria Clementina Pereira. São Paulo DPH/SMC (1992).
- SENADO FEDERAL** (1974). Anais do I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília. BSB, 1994.
- SENNETT**, R. (1988). (1974). *O declínio do homem público - as tiranias da intimidade*. (mimeo).
- SILVA**, Maria Beatriz S. de Rezende (1996). *Preservação na Gestão das Cidades*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional N. ° 24 – Cidadania. Curadoria de Antônio A. Arantes.
- TOLEDO**, Benedito Lima (1982). O Ecomuseu. Comunicação no Seminário Arquimemória I. São Paulo. Mimeo.

TORAL, Héran Crespo (1994). Discurso de abertura do Seminário Taller: Reabilitación em Áreas y sítios históricos latinos americanos. Quito. In Memórias del Seminário.

VIANNA, Márcio (1985). Pesquisa de Imagem do Plano Piloto. GT/Brasília, Síntese dos Trabalhos. BSB, 1985.

XAVIER, Alberto F. (1973). Bibliografia sobre Brasília e Arquitetura Moderna. Brasília, UnB, IAA. 1973. Mimeo.

ZUKIN, Sharon (1996). *Paisagens urbanas Pós-Modernas; mapeando cultura e poder*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional N.º 24 – Cidadania. Curadoria de Antônio A. Arantes.

WARHAVCHIK, Gregori (1925) Acerca da Arquitetura Moderna. Catálogo da exposição *Warchavchik e as origens da arquitetura moderna no Brasil*. São Paulo, MASP, 1971.